



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

LIDERANÇAS - 2013

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR - (COLIGAÇÃO PSDB - PSD - DEM - PEN - PHS - PPS - PR - PRTB - PTDOB)

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende e Deputados Bosco, Fred Costa, João Vítor Xavier e Rômulo Viegas.

BLOCO AVANÇA MINAS - BAM - (COLIGAÇÃO PV - PTB - PSC - PSB - PP - PMN - PTC - PCDOB)

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputado Inácio Franco

BLOCO MINAS SEM CENSURA - MSC - (COLIGAÇÃO PT-PMDB - PRB)

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo, Pompílio Canavez, Rogério Correia, Vanderlei Miranda e Deputada Maria Tereza Lara

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Paulo Guedes

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Bonifácio Mourão.
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Duarte Bechir, Leonardo Moreira e Luiz Henrique.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa	BTR
----------------------	-----



Deputado Juarez Távora	BAM
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Ulysses Gomes	PT
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Carlos Pimenta	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Paulo Guedes	PT
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Lafayette de Andrada	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Gustavo Perrella	SDD	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Rogério Correia	PT

**COMISSÃO DE CULTURA**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Zé Maia	BTR

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	PROS	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Braulio Braz	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Liza Prado	PROS	Presidente
Deputado	PMDB	Vice-presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR
Deputado Leonídio Bouças	PMDB
Deputado Fred Costa	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR



Deputada Maria Tereza Lara

PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo

PT

Presidente

Deputado Rômulo Viegas

BTR

Vice-Presidente

Deputado Rogério Correia

PT

Deputado Sebastião Costa

BTR

Deputado Zé Maia

BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara

PT

Deputado Bonifácio Mourão

BTR

Deputado Sargento Rodrigues

PDT

Deputado Duarte Bechir

BTR

Deputado Célio Moreira

BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir

BTR

Presidente

Deputada Maria Tereza Lara

PT

Vice-Presidente

Deputado Bosco

BTR

Deputado Deiró Marra

BTR

Deputado Elismar Prado

PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta

BTR

Deputada Luzia Ferreira

BTR

Deputado Rômulo Viegas

BTR

Deputado Rogério Correia

PT

Deputado Paulo Lamac

PT

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu

BAM

Presidente

Deputado Ulysses Gomes

PT

Vice-Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite

PMDB

Deputado Mário Henrique Caixa

BAM

Deputado Tenente Lúcio

PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Juarez Távora

BAM



Deputado Cabo Júlio	PMDB
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado André Quintão	PT
Deputado Carlos Pimenta	PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Jayro Lessa	BTR	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado João Leite	BTR
Deputado	PMDB
Deputado Paulo Guedes	PT
Deputado Tiago Ulisses	BAM

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Inácio Franco	BAM
Deputado	PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
---------------------------	------	------------



Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Juarez Távora	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR
Deputado Bosco	BTR

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Ulysses Gomes	PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Paulo Guedes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Glaycon Franco	BTR
Deputado Duílio de Castro	BAM
Deputado Antonio Lerin	BAM
Deputado Durval Ângelo	PT

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputada Célio Moreira	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Marques Abreu	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB
Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado João Leite	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR
Deputada Liza Prado	PROS

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	BAM	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes	BTR
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BAM	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM
Deputado Glaycon Franco	BTR



Deputado Durval Ângelo

PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Leonardo Moreira	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Leonídio Bouças	PMDB
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Bosco	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	
Deputado Juninho Araújo	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputada Ana Maria Resende	BTR
Deputado Marques Abreu	BAM
Deputado Bráulio Braz	BAM

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	Vice-Presidente
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB
---------------------------	------



Deputado Elismar Prado	PT
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Juarez Távora	BAM
Deputado Inácio Franco	BAM

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Perrella	SDD	Presidente
Deputado Braulio Braz	BAM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Elismar Prado	PT

COMISSÃO DE ÉTICA

Reuniões Ordinárias -

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BMC	
Deputado Paulo Lamac	BMC	
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputado Fabiano Tolentino	BTR
Deputado Gilberto Abramo	BMC
Deputado Rogério Correia	BMC
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Rômulo Veneroso	BAM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

- 1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR
- 2 - ATAS



2.1 - 48ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a homenagear a maçonaria

2.2 - 49ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a homenagear o Centro de Quimioterapia Antilástica e Imunoterapia - CQAI - pelos 40 anos de sua fundação

2.3 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

* Almir Paraca

Ana Maria de Resende Vieira (PSDB)

* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Anselmo José Gomes Domingos (PTC)

* Anselmo José Domingos

Antônio Carlos Arantes (PSDB)

* Antônio Carlos Arantes

Antônio dos Reis Gonçalves Lerin (PSB)

* Antonio Lerin

Antônio Genaro Oliveira (PSC)

* Antônio Genaro

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Bráulio José Tanus Braz (PTB)

* Bráulio Braz

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)

* Carlos Mosconi

Carlos Henrique Alves da Silva (PRB)

* Carlos Henrique

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PSDB)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PR)

* Deiró Marra

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PP)

* Dinis Pinheiro

Duílio de Castro Faria (PMN)
*Duílio de Castro
Durval Ângelo Andrade (PT)
* Durval Ângelo
Edy Araújo Júnior (PTB)
* Juninho Araújo
Elismar Fernandes Prado (PT)
* Elismar Prado
Fabiano Galletti Tolentino (PSD)
* Fabiano Tolentino
Frederico Borges da Costa (PEN)
* Fred Costa
Gilberto Aparecido Abramo (PRB)
* Gilberto Abramo
Glycon Moreira Franco (PRTB)
* Glaycon Franco
Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PSDB)
* Gustavo Valadares
Gustavo de Faria Dias Corrêa (DEM)
* Gustavo Corrêa
Gustavo Henrique Perrella Amaral Costa (SDD)
* Gustavo Perrella
Hélio Gomes Alves (PSD)
* Hélio Gomes
Hely Tarquínio (PV)
* Hely Tarquínio
Inácio Franco (PV)
* Inácio Franco
Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)
* Ivair Nogueira
Jayro Luiz Lessa (DEM)
* Jayro Lessa
João Bosco (PTdoB)
* Bosco
João Leite da Silva Neto (PSDB)
* João Leite
João Vítor Xavier Faustino (PSDB)
* João Vítor Xavier
José Bonifácio Mourão (PSDB)
* Bonifácio Mourão
José Célio de Alvarenga (PCdoB)
* Celinho do Sinttrocel
José de Freitas Maia (PSDB)
* Zé Maia
Juarez Távora de Freitas Júnior (PV)
* Juarez Távora
Júlio César Gomes dos Santos (PMDB)
* Cabo Júlio
Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)
* Lafayette de Andrada
Leonardo Fernandes Moreira (PSDB)
* Leonardo Moreira
Leonídio Henrique Correa Bouças (PMDB)
* Leonídio Bouças
Liza Fernandes Prado (PROS)
* Liza Prado
Luiz Fábio Cherem (PSD)
* Fábio Cherem
Luiz Henrique Maia Santiago (PSDB)
* Luiz Henrique
Luiz Humberto Carneiro (PSDB)
* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Sávio de Souza Cruz (PMDB)
* Sávio Souza Cruz
Luiz Tadeu Martins Leite (PMDB)
* Tadeu Martins Leite
Luzia Maria Ferreira (PPS)
* Luzia Ferreira
Maria Tereza Lara (PT)
* Maria Tereza Lara
Mário Henrique da Silva (PCdoB)
* Mário Henrique Caixa
Marques Batista de Abreu (PTB)
* Marques Abreu
Nacib Duarte Bechir (PSD)
* Duarte Bechir
Neider Moreira de Faria (PSD)
* Neider Moreira
Neilando Alves Pimenta (PHS)
* Neilando Pimenta
Paulo José Carlos Guedes (PT)
* Paulo Guedes
Paulo Roberto Lamac Junior (PT)
* Paulo Lamac
Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)
* Pinduca Ferreira
Pompílio de Lourdes Canavez (PT)
* Pompílio Canavez
Rogério Correia de Moura Baptista (PT)
* Rogério Correia
Romel Anísio Jorge (PP)
* Romel Anízio
Rômulo Antônio Viegas (PSDB)
* Rômulo Viegas
Rômulo Victor Pinheiro Veneroso (PV)
* Rômulo Veneroso
Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)
* Rosângela Reis
Sebastião Costa da Silva (PPS)
* Sebastião Costa
Sérgio Lúcio de Almeida (PDT)
* Tenente Lúcio
Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)
* Tiago Ulisses
Ulysses Gomes de Oliveira Neto (PT)
* Ulysses Gomes
Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)
* Vanderlei Miranda
Washington Fernando Rodrigues (PDT)
* Sargento Rodrigues
Wilson Roberto Batista (PSD)
* Doutor Wilson Batista

Em 4/10/2013

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.



ATA DA 48ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/10/2013

Presidência do Deputado Fabiano Tolentino

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Presidente - Entrega de Placas - Palavras do Sr. Lázaro Emanuel Franco Salles - Palavras do Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas - Palavras do Sr. Rodrigo Alexander Gomes de Araújo - Palavras do Sr. Janir Adir Moreira - Palavras do Deputado Federal Domingos Sávio - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Sebastião Costa - Tiago Ulisses.

Abertura

O presidente (deputado Fabiano Tolentino) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Duarte Bechir, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a maçonaria.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Rodrigo Alexander Gomes de Araújo, presidente da Poderosa Assembleia Legislativa do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais; Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, grande primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Lázaro Emanuel Franco Salles, grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais e presidente da Confederação Maçônica do Brasil - Comab; deputado federal Domingos Sávio; Janir Adir Moreira, secretário-geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; Álvaro Azevedo, grande mestre estadual do Grande Capítulo da Ordem DeMolay; Rodrigo Otávio dos Anjos, grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay; e Pier Senesi, secretário municipal adjunto de Gestão Compartilhada, representando o prefeito municipal, Marcio Lacerda.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do deputado federal Gabriel Campos de Oliveira, coordenador líder da bancada mineira na soberana Assembleia Legislativa Federal, em nome de quem estendemos as nossas saudações a todos os componentes da maçonaria.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Fabiano Tolentino, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Boa noite, meus irmãos, minhas cunhadas, todos os presentes. Gostaria de cumprimentar a Mesa: os Srs. Rodrigo Alexander Gomes de Araújo, presidente da Poderosa Assembleia Legislativa do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais; Lázaro Emanuel Franco Salles, grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais e presidente da Confederação Maçônica do Brasil - Comab; Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, grande primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; deputado federal Domingos Sávio, que iniciou nesta Assembleia o nosso ato maçônico, portanto ficamos muito honrados com sua presença nesta noite; Janir Adir Moreira, secretário-geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, nosso ex-grão-mestre; Álvaro Azevedo, grande mestre estadual do Grande Capítulo da Ordem DeMolay; Rodrigo Otávio dos Anjos, grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay; Pier Senesi, secretário municipal adjunto de Gestão Compartilhada, neste ato representando o nosso prefeito Márcio Lacerda. Cumprimento todos vocês aqui presentes.

É com grande satisfação que venho a esta tribuna para dizer algumas palavras sobre o Dia do Maçom, esse grande construtor social. E dizer ainda que os autores do requerimento fomos eu, deputado Fabiano Tolentino, a deputada Liza Prado e o deputado Juninho Araújo. Ambos não estão presentes porque tiveram alguns problemas, mas me ligaram e pediram que lhes transmitisse a palavra e dissesse que foi com muito carinho que fizeram o requerimento juntos conosco.

A origem da instituição foi fundamentada nos direitos individuais e coletivos de cunho universal e imutável, em defesa da construção de uma sociedade melhor para se viver. Essa é a maçonaria, da qual foram pioneiros grandes nomes da nossa história e na qual eu busco constantemente inspiração para colocar em prática a minha função como deputado estadual.

A sua universalidade, o seu cosmopolitismo, a sua moral sã e seus princípios, tão belos como a criação, são apresentados em suas lojas, para o bem de todas as pessoas. Isso porque a maçonaria proclama a existência de um Criador, acessível aos homens de todas as raças, classes e crenças, sejam elas religiosas ou políticas, não privando o homem da liberdade de consciência, da manifestação do pensamento e da dignidade humana.



A maçonaria ainda se constitui numa sociedade que prega a democracia, a justiça social, o amor ao próximo. O verdadeiro maçom não fica alheio aos destinos de sua cidade, à defesa de seu estado, e jamais se furta ao destino de seu país. Pelo contrário, ele participa direta ou indiretamente dos debates da construção dos grandes projetos para a nossa nação. A Ordem precisa ser mantida para darmos sustentação aos novos desafios que enfrentaremos na condução de um estado de direito que não seja conivente com a corrupção, com o autoritarismo político e com as injustiças sociais.

Tenho a convicção de que atitude gera atitude. Por isso, meus amigos e irmãos maçons, procuro compartilhar com o nosso povo somente as ações que sirvam de exemplo para as futuras gerações de nosso país. Assim, em razão de sempre ter combatido a ignorância, a superstição, o fanatismo, o orgulho, a intemperança, o vício, a discórdia, a dominação e os privilégios, a maçonaria universal, em especial a brasileira, merece receber todas as homenagens que neste momento se realizam. É por isso que estamos aqui, para homenagear essa Grande Ordem, a maçonaria. Como deputado, estou há dois anos e meio, quase três neste Parlamento e fico feliz por também representar a Ordem Maçônica por todas as cidades em que andamos, indo a várias lojas e passando os nossos projetos.

Quero dizer que nesta Casa - até para conhecimento dos senhores - fui relator do projeto Queijo Minas Artesanal, que estava na Casa há muito tempo, precisando ser normatizado. Fizemos a relatoria, e hoje o nosso queijo mineiro pode ser vendido para todo o Brasil. Esse foi um projeto importante que teve o nosso viés, o nosso olhar e se concretizou.

Ainda queria citar - como a maçonaria prega - alguns dados: fui o primeiro deputado a abrir mão do 14º e do 15º salário, que o nosso presidente Dinis Pinheiro conseguiu extinguir neste Parlamento. Hoje os deputados desta Casa não recebem mais o 14º e o 15º, tão questionados pela sociedade. Este ano extinguimos o fim das reuniões extraordinárias pagas. Hoje ainda temos reuniões extraordinárias, quase toda semana, mas não recebemos mais para fazê-las. Isso foi um grande avanço desta Assembleia, desta Casa do povo.

A abolição do voto secreto foi um grande avanço neste ano. No meio do ano votamos o fim do voto secreto. Hoje, ao votar um projeto de lei, do mais simples ao mais complexo, de qualquer demanda, e veto do governador, o voto aparece no painel: o “sim” ou o “não” dos deputados. Isso é muito importante, pois temos a transparência do Poder Legislativo. Os nossos eleitores e as pessoas que nos acompanham vão saber da eficiência do nosso voto e de que forma estamos votando. Portanto, esse foi um grande avanço desta Casa. Compartilhamos e apoiamos o presidente Dinis Pinheiro nesta grande oferta à sociedade: a extinção do voto secreto na Assembleia Legislativa.

Há também a não reeleição do presidente da Assembleia. Votamos em primeiro turno e votaremos em segundo turno para que o presidente não seja reeleito para o segundo mandato. Porque acaba não havendo rodízio da Mesa Diretora dessa forma. Já aprovamos e acredito que será aprovado também em segundo turno. Avançaremos nesse ponto pois teremos um rodízio, serão mais pessoas ocupando a presidência e os demais cargos da Mesa, oxigenando a Casa, vindo com novas ideias e novos pensamentos. Portanto, esse é um outro avanço desta Casa, que tem o compartilhamento e o apoio do nosso presidente Dinis Pinheiro.

Senhores irmãos e senhores maçons presentes, abrimos mão do auxílio moradia no valor de R\$2.850,00. Esse valor é pago para que os deputados de fora possam estar em Belo Horizonte e tenham condição de pagar a sua moradia. No meu caso, vou e volto de Divinópolis todos os dias, portanto não estou ficando em Belo Horizonte. Assim, abri mão do meu auxílio moradia, pois não vejo como receber aquilo que não estou usando. Temos de ter esse pensamento na Casa do povo, na Assembleia Legislativa e mudar algumas concepções para que possamos fazer um Brasil melhor e principalmente uma Minas Gerais melhor. Todos esses atos foram feitos este ano.

Acredito que são atos maçônicos, são atos que realmente querem o bem de uma nação e de uma Minas Gerais. Sempre podem contar conosco. Podem contar com os deputados que realmente querem fazer a diferença, principalmente com o nosso presidente, que nos apoiou em todos esses atos, na sua excelência e na sua essência. Esse é o nosso trabalho. Acredito que tenhamos muito a fazer. Podem contar sempre conosco.

Agradeço ao grande deputado federal pela maçonaria, Gabriel, e ao Altair, em nome de quem agradeço a todos os maçons - os dois são da minha querida Divinópolis e os menciono com muito carinho. Agradeço a todos vocês, que em uma noite festiva vieram à Casa do povo receber essa homenagem simples, mas de coração da nossa Assembleia. Muito obrigado a todos. Continuaremos com a reunião. Boa noite.

Entrega de Placas

O locutor - Neste instante, o deputado Fabiano Tolentino, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega aos senhores grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, Lázaro Emanuel Franco Salles; grande primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, e presidente da Poderosa Assembleia Legislativa do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais, Rodrigo Alexander Gomes de Araújo, de placas alusivas a esta homenagem. As placas a serem entregues contêm os seguintes dizeres: “Há pelo menos quatro séculos, a maçonaria reúne homens de diferentes origens, classes sociais, posições políticas e credos, com o objetivo de buscar o desenvolvimento dos povos e a prática do bem. Proclamando a liberdade de consciência como direito precípua do ser humano e defendendo a justiça, a tolerância e a fraternidade universais, a organização é pautada por valores como a família e o trabalho e por princípios morais e éticos, como o respeito às leis e a busca incessante da verdade. Ao prestar justa homenagem ao Grande Oriente de Minas Gerais, à Grande Loja Maçônica de Minas Gerais e ao Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais reconhece o valor das relevantes ações sociais, culturais e educativas desenvolvidas pela maçonaria em prol do nosso estado”.

O presidente - Gostaria de convidar o deputado Domingos Sávio, aqui representando também a maçonaria e o nosso Congresso Nacional, os DeMolay e o representante do prefeito Márcio Lacerda a participar desta entrega. Gostaria que estivéssemos todos juntos ao fazer esta homenagem à maçonaria.

- Procede-se à entrega das placas.



Palavras do Sr. Lázaro Emanuel Franco Salles

Meu querido irmão deputado Fabiano Tolentino, autor de toda esta festa; meu querido irmão Rodrigo Alexander, presidente da Poderosa Assembleia Legislativa do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais; meu querido irmão Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, grande primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; meu queridíssimo irmão deputado federal Domingos Sávio; meu queridíssimo irmão Janir Adir Moreira, ex-grão-mestre e atual secretário-geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; meu queridíssimo Álvaro Azevedo, grande mestre estadual do Capítulo da Ordem DeMolay; meu querido irmão Rodrigo Otávio dos Anjos, grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay; Sr. Pier Senesi, secretário municipal adjunto de Gestão Compartilhada, representando S. Exa., o prefeito municipal, Dr. Márcio Lacerda; meus caros irmãos, senhoras e senhores presentes.

Em primeiro lugar, quero falar da nossa alegria em aqui estar. Os nossos agradecimentos a esta casa de leis, aqui tão bem representada pelo nosso queridíssimo Fabiano Tolentino, que tanto honra a maçonaria dentro da Assembleia Legislativa do nosso estado. Os maçons aqui vêm, com muito orgulho, satisfação, humildade e carinho, para receber esta homenagem, porque sabemos o peso que tem esta Casa para o Estado de Minas Gerais.

Mas, meus irmãos, autoridades presentes, a maçonaria não pode, de forma alguma, deixar de aproveitar o foro que temos aqui, essa plateia tão seleta, na maioria composta por maçons, para falar um pouco - eu diria que não de maçonaria, porque de maçonaria já falamos bastante... Os irmãos já sabem sobejamente o que é maçonaria, o que ela fez e faz para o engrandecimento do nosso país, para o aprimoramento do ser humano. Queremos, nesta oportunidade, falar sobre o que a maçonaria ainda pode fazer. Gostaria, inicialmente, meus irmãos, de falar sobre a união. Hoje temos, em nosso país, três segmentos importantes da maçonaria brasileira. Partindo do princípio de que todos eles estão bem representados, gostaria de dizer aos nossos irmãos que devemos ter união, porque, no dia em que a fraternidade maçônica desaparecer, tenho certeza de que nada mais restará dela. Tenho certeza de que todos nós entendemos que a fraternidade maçônica está acima de qualquer potência. Dessa forma, conclamo todos os irmãos, em princípio, as nossas autoridades aqui presentes, os irmãos da base maçônica de Belo Horizonte e de todo o Estado aqui representados, para se unirem em torno de um objetivo comum.

O nosso objetivo comum, além de nos tornar melhores, além de fazer o gênero humano melhor, fará com que tenhamos uma nação melhor, meus irmãos. Sempre digo que todos os fatos notórios da política nacional passaram necessariamente pelo interior das lojas maçônicas. Nós, maçons, temos de lembrar àqueles que nos representam tudo isso. Hoje estamos aqui muito bem representados. Não poderia haver ninguém melhor que meu querido irmão, Domingos Sávio, para nos representar no Congresso Nacional, nem o nosso irmão Fabiano Tolentino, que tão bem nos representa nesta casa estadual. Quero pedir a ambos que usem dessa influência e pujança, conseguidas dentro dos nossos umbrais, para trabalharem, por meio dessa liderança, em prol do progresso do nosso povo. O País, meus irmãos, atravessa uma de suas piores crises de valores. Esses valores, sem dúvida, serão conseguidos dentro dos nossos tempos. Vamos criar esses valores dentro dos nossos tempos, como fizeram aqui esses dois valorosos irmãos e outros que emprestaram sua capacidade e sua liderança em prol do nosso povo.

A maçonaria precisa readquirir aquela pujança do passado, que a fez notória na proa da nossa sociedade por todos esses anos. Vamos continuar de mãos dadas, unidos. Por meio dessa união, vamos conseguir fazer com que tenhamos dias melhores para nossas famílias. Precisamos fazer o país dos nossos filhos, dos nossos netos, porque corremos o risco sério de não termos oportunidade de criar um país melhor para as gerações que aqui estão.

Quero, sim, em nome da Confederação Maçônica do Brasil e, em particular, do meu querido Grande Oriente de Minas Gerais, agradecer enormemente ao deputado Fabiano Tolentino e aos seus pares que também assinam esse requerimento. Creia, queridíssimo irmão, que estamos muito honrados em receber esta homenagem e em trazer a esta Casa um foro tão seletivo de bons irmãos, que, sem dúvida, irão trabalhar também pelo engrandecimento desta cidade e sobretudo do nosso Estado. MUITÍSSIMO obrigado a todos vocês e a todos os irmãos. Vamos continuar a fazer da maçonaria o nosso polo de cultura. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas

Boa noite a todos. Senhoras e senhores, quero cumprimentar efusivamente o deputado Fabiano Tolentino, que preside esta reunião especial e um dos autores do requerimento de homenagem à maçonaria. Cumprimento também o irmão Rodrigo Alexander Gomes de Araújo, presidente da Poderosa Assembleia Estadual Legislativa do Grande Oriente do Brasil; o querido Lázaro Emanuel Franco Salles, grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais e presidente da Confederação Maçônica do Brasil; o Exmo. Sr. deputado federal e irmão Domingos Sávio; Janir Adir Moreira, grão-mestre *ad-vitam* da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais e secretário-geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; Álvaro Azevedo, grande mestre estadual do Grande Capítulo da Ordem DeMolay; o querido irmão Rodrigo Otávio dos Anjos, grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil; e o nosso irmão Pier Senesi, secretário municipal adjunto de Gestão Compartilhada, representando o prefeito Márcio Lacerda.

Caríssimos irmãos, distintos convidados, com a responsabilidade de representar o grão-mestre Leonel Ricardo de Andrade, trazendo a sua mensagem de otimismo e o agradecimento de toda a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, queremos afirmar-lhes que é com grande satisfação que retornamos a esta Casa, em oportunidade tão cara a todos nós, quando esta Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em reunião especial requerida pelos ilustres deputados Fabiano Tolentino, Juninho Araújo e Liza Prado, a exemplo de anos anteriores, presta significativa homenagem à maçonaria, reiterando o seu apreço, confiança e respeito à nossa instituição, representada pela Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais e Grande Oriente de Minas Gerais.

A maçonaria, meus irmãos, como é notório, sempre esteve presente e atuante nos principais e grandes movimentos políticos e sociais deste país. A distinção e a consideração do Parlamento mineiro robustecem a nossa já imensa responsabilidade para com a sociedade, a pátria e a humanidade. Asseguramos-lhes que nos manteremos sempre atentos às aspirações e necessidades da



coletividade, contribuindo com os poderes constituídos e a sociedade civil organizada na busca do aperfeiçoamento de nossas instituições e sistemas político, social e econômico, etc., e de melhores condições de vida e dignidade para o cidadão.

Sabemos, meus irmãos, que os desafios para a construção do futuro são enormes neste mundo moderno de mudanças profundas e velozes, de grande evolução do pensamento, da ciência, de avanços inimagináveis na área tecnológica, de quebra de paradigmas de variadas nuances, mas não impossíveis de serem superados, se alicerçarmos esse trabalho no entusiasmo, na vontade de fazer, no compromisso e respeito para com o cidadão. As nossas atitudes, não temos dúvidas, é que farão a diferença.

Confessamos, deputado Fabiano Tolentino, que acompanhamos com entusiasmo e orgulho o trabalho que aqui se desenvolve e as vitoriosas iniciativas desta Casa do povo mineiro, podendo citar, entre inúmeras, apenas para ilustrar, a campanha Assine + Saúde, lançada em novembro de 2012 e brilhantemente capitaneada pelo ilustre presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro, à qual tivemos a oportunidade de aderir no primeiro momento, assumindo o compromisso de mobilizar as nossas lojas maçônicas espalhadas por toda Minas Gerais para a coleta de assinaturas junto aos maçons, familiares e comunidades em que estão inseridas, com excelentes resultados.

Deputado Fabiano Tolentino, esta Casa pode contar sempre com a parceria da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais em movimentos e iniciativas que visem ao fortalecimento da cidadania e das instituições. Concluindo, Sr. Presidente, reiteramos os nossos agradecimentos por mais esta honrosa distinção que nos fortalece, afirmando que, em nossa caminhada de construtores sociais, nos manteremos firmes em nossos compromissos para com a sociedade, fiéis aos princípios fundamentais que nos regem e permanentemente mobilizados e empunhando sempre a bandeira da ética na política, da moralidade no trato da coisa pública e contra a corrupção e a impunidade, como sabemos ser também o pensamento que norteia esta Casa.

Destacamos, neste contexto, que não podemos ignorar ou olvidar as recentes manifestações de indignação que levaram milhares de brasileiros às ruas e praças de nossas cidades, externando claro desacordo com relação ao desempenho e comportamento de grande parte daqueles que deveriam trabalhar pela causa do povo, exigindo legítimas mudanças e aperfeiçoamentos na política, nas instituições, na administração pública, etc.

Precisamos, meus irmãos, ouvir, compreender e assimilar o clamor do povo. Caríssimo deputado Fabiano Tolentino, desejamos muito sucesso no seu labor parlamentar. Pedimos que transmita aos deputados Juninho Araújo e Liza Prado os nossos melhores votos de felicidade, permitindo-nos agradecer-lhes, chamando-os de amigos da maçonaria.

Nesta oportunidade, queremos também agradecer ao nosso irmão Domingos Sávio pelo trabalho incansável no Parlamento, na Câmara, em Brasília, sempre atento aos problemas que afligem a comunidade, a sociedade, sempre honrando e dignificando esta grande Ordem nossa, que é a maçonaria. Muito obrigado a todos vocês.

Palavras do Sr. Rodrigo Alexander Gomes de Araújo

Exmos. Srs. deputado Fabiano Tolentino, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; querido e fraterno irmão Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, grande primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; meu querido irmão Lázaro Emanuel Franco Salles, grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais e presidente da Confederação Maçônica do Brasil - Comab; deputado federal, companheiro de Assembleia e fraterno irmão Domingos Sávio; fraterno companheiro e irmão Janir Adir Moreira, secretário-geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; Álvaro Azevedo, grande mestre estadual do Grande Capítulo da Ordem DeMolay; Rodrigo Otávio dos Anjos, grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay; e Pier Senesi, secretário municipal adjunto de Gestão Compartilhada, representando o prefeito municipal Marcio Lacerda; boa noite. Em nome do Grande Oriente do Brasil, por meio do nosso soberano grão-mestre Marcos José da Silva e do nosso eminente grão-mestre estadual Amintas de Araújo Xavier, cumprimento todos os presentes, fraternos irmãos, cunhadas, amigos e amigas da maçonaria presentes a esta sessão belíssima em homenagem ao Dia do Maçom.

Eu poderia discorrer aqui sobre a origem da maçonaria, seus feitos em favor dos povos, ou mesmo enumerar uma infinidade de maçons ilustres que prestaram valorosos e imensuráveis serviços à humanidade, mas gostaria de aproveitar esta oportunidade para convidá-los a uma reflexão, mas não uma reflexão sobre a maçonaria, cujos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade são amplamente difundidos mundo afora, muito embora na Ordem Maçônica muitas questões de foro interno sejam tratadas com reservas entre seus membros. A reflexão para a qual eu os convido tem sim, naturalmente, tudo a ver com a maçonaria e suas doutrinas, mas também, e principalmente, com toda a sociedade brasileira, que assistiu, ao longo deste ano de 2013, a inusitadas, fortes e muito bem fundamentadas manifestações populares em favor de uma pátria mais justa e igualitária. São gritos de basta a tanta corrupção e tantas injustiças. São gritos que clamam por uma pátria onde a questão das desigualdades deve ser vista como um mal que precisa ser combatido com energia e vigor.

Devemos refletir, senhoras e senhores, sobre esta pátria onde os detentores do poder - estejam eles no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário - precisam ter a mais absoluta consciência dos reais impactos de suas decisões no contexto de um povo cuja maioria absoluta é de uma gente sofrida, trabalhadora, honesta e que nunca perde a esperança, apesar do esforço hercúleo que alguns detentores do poder, com seus atos e atitudes, têm feito para semear de forma covarde, irresponsável e inconsequente, a desesperança por este Brasil afora.

Nós, maçons, homens livres e de bons costumes, não podemos e não devemos nos silenciar diante das injustiças e da malversação da coisa pública, praticadas por pessoas ímporas, detentoras de mandato ou nomeadas por elas. Sr. Presidente e demais presentes, a maçonaria não impõe limites à investigação da verdade. Esta é a hora de uma investigação profunda que nos permita uma assepsia geral. Esta é a hora de nos dedicarmos com todo o vigor à responsabilização civil e criminal daqueles que desonram a sociedade brasileira. É hora, Sr. Presidente, senhoras e senhores, de sermos sinceros. É hora de não menosprezarmos a inteligência das pessoas.

Proteger neste momento determinadas lideranças, blindando determinados setores, considerando-os isentos em relação aos escândalos de corrupção que atormentam o País, não é ser absolutamente sincero. E não é esse o pensamento maçônico. Não há como negar que nosso país vive uma crise moral, com um sem-número de escândalos que envolvem agentes públicos e são revelados a cada



dia. Vivemos um momento, senhoras e senhores, em que acordamos nos perguntando qual é o próximo rombo bilionário que será trazido à baila por uma operação da Polícia Federal, ou qual será a próxima decepção de nossa gente com uma decisão parcial e corporativista proferida por algum inconsequente detentor do poder. Não, nós não podemos mais viver subjugados por esse sistema doente. Cabe a nós o dever de buscar a cura dessa enfermidade.

Para encerrar, reafirmo aqui o meu sentimento de total confiança nas pessoas de bem deste país, pessoas como o Exmo. presidente Diniz Pinheiro e os nobres deputados Fabiano Tolentino, Juninho Araújo e Liza Prado, na pessoa dos quais agradeço e cumprimento a todos os integrantes da Casa Legislativa mineira, por esta homenagem pelo Dia do Maçom.

Reafirmo que tenho a mais absoluta confiança de que daqui, das Minas Gerais, de Tiradentes e de tantos outros valorosos homens e mulheres, poderá ecoar um grito forte em favor da moralização deste país continental. Daqui poderemos tirar a energia necessária para nos fazer emergir dos escombros resultantes dos seguidos escândalos que afloram dia após dia, no Brasil, para um novo momento. Um momento de esperança, esperança esta alicerçada nos princípios da justiça, da igualdade e da fraternidade. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Janir Adir Moreira

Ilustre deputado Fabiano Tolentino, que preside esta reunião, ilustre irmão Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, grande primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; ilustre irmão Lázaro Emanuel Franco Salles, grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais e presidente da Confederação Maçônica do Brasil - Comab; ilustre irmão Rodrigo Alexander Gomes de Araújo, presidente da Poderosa Assembleia Estadual Legislativa do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais; Exmo. Sr. e nosso querido irmão deputado federal Domingos Sávio; Sr. Álvaro Azevedo, grande mestre estadual do Grande Capítulo da Ordem DeMolay; nosso querido irmão Rodrigo Otávio dos Anjos, grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay; e Exmo. Sr. Pier Senesi, secretário municipal adjunto de Gestão Compartilhada, representando nesta solenidade o prefeito municipal Marcio Lacerda. Meus queridos irmãos, cunhadas, amigos da maçonaria e pessoas que nos assistem por todos os rincões desta nossa Minas Gerais, por meio da TV Assembleia; boa noite.

É com muita alegria que nós também, depois de vários anos frequentando esta Assembleia anualmente, podemos presenciar mais uma sessão em que a Casa do povo mineiro homenageia a nossa instituição. Desta feita, em nome das demais 26 grandes lojas maçônicas brasileiras, podemos também agradecer à Assembleia Mineira por esta tão significativa homenagem. E, nesta oportunidade também, não poderíamos deixar de anunciar que a maçonaria é uma instituição que tem ramificações por todos os rincões do nosso estado e do nosso país. Por menor que seja a cidade de Minas Gerais lá, com toda a certeza, encontraremos maçons e suas famílias trabalhando em defesa dos interesses da sociedade.

Essa instituição, com essa envergadura, com essa importância e com esse comprometimento com as causas do povo, vai, no próximo ano, realizar em Belo Horizonte a reunião da assembleia geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil - CMSB. Contaremos com a presença de irmãos de todas as obediências maçônicas de todo o nosso país, sem contar autoridades estrangeiras que vão nos visitar. Nessa empreitada, estamos contando com o apoio, a parceria e a colaboração das autoridades constituídas do nosso estado, desta Casa Legislativa, do governo do Estado, da Prefeitura de Belo Horizonte, porque, afinal de contas, a maçonaria se encontra integrada às demais organizações da sociedade, quer sejam organizações privadas ou organizações públicas.

Realizaremos, portanto, em julho do próximo ano, essa importante assembleia da nossa confederação. Registramos para todo o povo mineiro, para todos os nossos irmãos que estão espalhados pelos rincões de Minas Gerais a importância desse encontro. Esperamos recebê-los em julho do próximo ano, aqui, em Belo Horizonte.

Deputado Fabiano Tolentino, agradecidos por tão significativa homenagem, aproveitamos o ensejo para reafirmar o nosso compromisso como maçons, o compromisso das instituições da maçonaria brasileira vinculadas aos sistemas das grandes lojas: trabalhar sempre em defesa da sociedade, principalmente a daqui de Minas, de onde os ideais maçônicos da Inconfidência Mineira fizeram refletir em nossa bandeira um triângulo maçônico, que espelha o nosso compromisso com a liberdade, com a igualdade e com a fraternidade. Minas é um berço maçônico. Como berço maçônico, temos consciência de que a noção de pátria tem de ser para nós o mais importante. Meus irmãos e amigos, pátria, muito mais que a extensão territorial de um país, representa para nós, acima de tudo, um compromisso que temos com a preservação dos valores morais e éticos de um povo. Devemos preservar esse compromisso que todos assumimos, a fim de deixá-lo como legado aos nossos filhos e netos. É dessa forma que nós, com certeza, cumpriremos os nossos compromissos. Aqui, reafirmamos esse mesmo compromisso. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Domingos Sávio

Boa noite a todos os meus irmãos, cunhadas, a todos os que nos prestigiam na casa do povo mineiro. Cumprimento, de modo especial, o deputado Fabiano Tolentino, nosso querido irmão, presidente desta reunião, autor da iniciativa que nos brinda com uma noite de justa homenagem à ordem maçônica. Saúdo o meu querido irmão Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, grande primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; o querido irmão Lázaro Emanuel Franco Salles, grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais e presidente da Confederação Maçônica do Brasil - Comab; o querido irmão Rodrigo Alexander Gomes de Araújo, presidente da Poderosa Assembleia Legislativa do Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais; o irmão Janir Adir Moreira, nosso eterno grão-mestre, essa figura que é exemplo, referência para todos nós, hoje secretário-geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; o nosso querido irmão Álvaro Azevedo, grande mestre estadual do Grande Capítulo da Ordem DeMolay; o irmão Rodrigo Otávio dos Anjos, grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay; Exmo. Sr. Pier Senesi, secretário municipal adjunto de Gestão, levando o nosso abraço ao querido prefeito Marcio Lacerda. Agradecemos muito a sua presença. Na pessoa do meu colega de Assembleia Federal Maçônica, querido irmão Gabriel, estendo o cumprimento aos demais irmãos.

Fabiano, tenho a honra de estar aqui representando a Câmara Federal, mas, acima de tudo, tenho a alegria de estar aqui como irmão e sempre procurei não fazer isso de uma forma desmedida, até porque a nossa maçonaria não é secreta, mas é discreta, tem a compreensão de que muito mais valem os gestos, as ações do que propriamente as palavras. Mas aqui é o momento oportuno, de maneira muito ativa e muito tranquila, de dizer do orgulho que tenho, porque há mais de 20 anos, antes mesmo de enveredar pelo



caminho da representação política no mundo profano, já tinha o privilégio de estar entre colunas, recebendo, no convívio com os irmãos, o fortalecimento dos princípios basilares dessa ordem milenar. E vejo que o irmão Tolentino segue também esse caminho. Para nós que exercemos a vida pública, isso é essencial, porque não há o que esperar de alguém que se dispõe a representar o povo se ele não estiver bem alicerçado em valores morais, em princípios éticos. E é esse o grande sentido da ordem maçônica. A história nos mostra isso - a história, por seus momentos fantásticos no Brasil e fora dele, na Revolução Francesa, na Proclamação da República, na Inconfidência Mineira, na libertação da escravidão e de tantas outras situações perante as quais a maçonaria nunca se furtou a se posicionar.

Ainda agora, o irmão Geraldo relembra que, no momento presente, de maneira muito clara, a maçonaria foi às ruas, saindo dos limites dos templos maçônicos, para dizer que o País precisa de mais investimento em saúde, contribuindo com uma ação extremamente correta do nosso querido presidente Dinis Pinheiro, liderada por ele, mas de toda a Assembleia, inclusive com um trabalho bonito do nosso irmão Fabiano, para propor ao País, pela iniciativa popular, que, de fato, o governo federal aplique pelo menos 10% em saúde pública, já que todos sabem, e o próprio governo federal sabe disso, que o problema de saúde é uma calamidade no Brasil, e faltam investimentos de Norte a Sul. E isso não se resolve com propagandas, com demagogia, com medidas paliativas, mas com uma política pública séria e responsável. Esse é só um dos exemplos.

Meus irmãos, se, por um lado, algumas ações positivas, como aquelas elencadas aqui pelo irmão Fabiano - de cuja postura ética, correta, de tomar a iniciativa, como ele lembrou, sou testemunha -, de acabar com algumas alternativas que ele próprio compreendeu como desnecessárias e repercutiu positivamente nesta Casa e na Câmara Federal - com certeza, gestos como esse precisam ser tomados como exemplo -, estão sendo empenhadas e colocadas em prática, não posso deixar de trazer à reflexão, neste momento de homenagem, algo que, de certa forma, pode nos levar a um chamamento à maçonaria para os grandes desafios que vivemos hoje. Como eu dizia, há mais de duas décadas tenho o privilégio do convívio com os irmãos da ordem maçônica e o faço, querido irmão Lázaro, em todas as potências maçônicas, porque, felizmente, encontramos hoje um ambiente de união entre as diversas potências maçônicas em todos os orientes. E Divinópolis é um exemplo disso, onde os irmãos da Grande Loja do Grande Oriente de Minas Gerais, o Grande Oriente do Brasil convivem de uma forma absolutamente harmoniosa.

Meu irmão Gabriel, meus queridos irmãos aqui presentes e o irmão Altair são testemunhas disso. Mas em que pese, eu dizia, termos coisas positivas acontecendo, o chamamento que quero compartilhar com os irmãos nesta hora de homenagem - já tendo passado por esta Assembleia, onde por oito anos tive o privilégio de conviver com seções bonitas como esta e com embates calorosos - é que estou, hoje, na Câmara Federal e a cada dia, mais perplexo com o ambiente de caos nas instituições brasileiras, com a gravidade do que se vive hoje no Brasil.

Não é só o desastre da saúde pública, da segurança pública, com as drogas invadindo os lares em todos os cantos do Brasil. Há a situação lastimável da educação, em que os valores éticos e morais são considerados coisas insignificantes. Neste momento, no Brasil, vivemos a dilapidação de princípios essenciais para uma vida respeitosa. Vivemos isso no Brasil sob o pretexto da liberdade plena, e alguns que proclamam isso não conseguem compreender que a nossa liberdade deve encontrar limite no momento em que fere e constrange a liberdade do nosso semelhante ou desrespeita o nosso semelhante - aqueles que, a pretexto de que todos podem fazer tudo, desonram princípios essenciais de uma vida em família, valores que a nossa ordem preza. Desprezam princípios essenciais da relação entre os seres humanos fundamentada na ética, no respeito. E, quando chegamos nas nossas instituições, meus irmãos, a situação é lastimável. Caminhamos para um ambiente de despotismo absoluto. Nós, que temos como princípios cavar masmorras aos vícios e elevar templos às virtudes, estamos assistindo à idolatria dos vícios, à destruição de princípios morais como se fosse a banalização do que é certo, a banalização da corrupção, como algo rotineiro, como um câncer sem cura nas instituições do nosso país. Estamos assistindo - e é outro princípio fundamental pelo qual a maçonaria lutou - ao massacre, em todo o planeta e em todos os tempos da história da humanidade, do princípio da liberdade, da plena democracia, com atitudes daqueles que entendem que o poder deve servir a eles, a um pequeno grupo.

Percebemos essa tendência não só em Executivos. Digo-lhes, com muita clareza, o Legislativo Federal, a Câmara e o Senado submetem-se, ajoelham-se, envergonham o País não mostrando autonomia para enfrentar as nossas grandes mazelas. Submetem-se ao Executivo, e não falo aqui de natureza partidária, isso vem ao longo do tempo e se enraizando. Como se isso não bastasse, agora o próprio Supremo, com a expectativa que sempre tivemos no nascimento da nossa democracia, ainda jovem, de ser o ponto de equilíbrio, começa a dar mostras claras de ingerência político-partidária. Começa a mostrar, de maneira triste, uma face de subserviência a interesses que não o das liberdades e da soberania plena do Estado de Direito. O direito à propriedade, princípio basilar da nossa Constituição, cláusula pétrea, em seu art. 5º - nosso douto irmão Janir bem sabe disso -, vem sendo sucateado, ignorado, por governantes de Norte a Sul no Brasil, estimulando a própria sociedade a caminhar para um processo de absoluta anarquia, com a invasão de propriedade passando a ser concebida como um ato natural. E os próprios instrumentos legais da lei, como a reintegração de posse, sendo considerados algo descartável.

Perdoe-me, querido deputado Fabiano Tolentino, que promove esta reunião belíssima, se trago esse chamamento, mas, se o faço, é porque confio nos princípios dos irmãos que aqui vieram, confio na história da nossa Ordem Maçônica em toda a humanidade, e não é diferente aqui no Brasil. Neste espaço da casa do povo mineiro há homens como V. Exa., deputado Fabiano Tolentino, que vejo, no dia a dia, no interior de Minas, lutando de maneira séria, procurando superar as dificuldades em cada município que serve.

Mas não haveremos de construir nada, se os princípios fundamentais de uma sociedade justa, livre e soberana forem aniquilados por esses que não prezam os valores elementares para nós, maçons. Portanto, meus irmãos, é hora de revigorarmos o nosso espírito maçônico com essa homenagem que esse jovem, talentoso deputado estadual e irmão maçom, nos propicia. É hora de nos revigorarmos para fazermos uso desse vigor no bom combate, para abrir os olhos do povo brasileiro. Não vivemos essa maravilha que estão apregoando. Estamos à beira do caos. Estamos à beira do despotismo absoluto pela cooptação daqueles que se dizem representantes do povo, que ali chegam e se curvam, e agora até do Supremo Tribunal Federal. Fica o desafio para que cada loja maçônica, cada homem de bem, cada homem livre e de bons costumes saiba que esse chamado é para ele. Não há como dormir o sono



dos justos com um barulho desse a nossa volta, com a nossa família ameaçada, com as liberdades do nosso país sendo aniquiladas, com a corrupção se estabelecendo como se fosse uma coisa natural dentro da ordem pública. Não podemos esperar que esse ou aquele representante resolva. Nessa hora, todos nós somos chamados.

Muito obrigado. Parabéns pela iniciativa. Confio na ordem maçônica para que ela cumpra o seu papel histórico: chamar a sociedade a uma reflexão mais séria sobre os absurdos que aí estão, sobre os absurdos da omissão dos representantes do povo nas três esferas ou nos três níveis de poder que temos, independentemente de partido, volto a lembrar. Essas são questões de que a maçonaria não abre mão. A maçonaria não tem partido político, mas tem princípios. E, baseados neles, não pode fugir a essa luta, que tem um viés político e é interesse do povo do nosso país. Muito obrigado e parabéns. Viva a maçonaria!

O locutor - Com a palavra, o deputado Fabiano Tolentino, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro.

Palavras do Presidente

Tenho uma mensagem do presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, a qual vou ler. (- Lê:)

“Tenho imensa alegria em participar desta reunião especial, iniciativa dos deputados Fabiano Tolentino, Juninho Araújo e Liza Prado, em que prestamos homenagem à maçonaria pelo Dia do Maçom, comemorado em 20 de agosto. Entidade filosófica e progressista, a maçonaria sempre esteve comprometida com a defesa da liberdade, da igualdade dos direitos e obrigações de cada indivíduo e da fraternidade entre todos os seres humanos.

A expansão internacional da maçonaria se deu no século XVIII, no mesmo momento em que se difundia o iluminismo. A filosofia maçônica teve, tal qual as ideias iluministas, importante papel na revolução francesa e na independência dos Estados Unidos. Também no desenrolar da história do Brasil, desempenhou a maçonaria destacado papel, estando presente desde o período colonial. Os ideais maçônicos influenciaram tanto a Conjuração Baiana quanto a Inconfidência Mineira, estando diretamente relacionados ao caráter libertário das duas sublevações. De fato, a atual bandeira do Estado de Minas, inspirada nos inconfidentes, remete a símbolos maçônicos. O triângulo vermelho sobre fundo branco, sugestão de Tiradentes, é contornado pela expressão em latim *libertas quae sera tamen*, verso do poeta romano Virgílio, proposta por Alvarenga Peixoto. Para os maçons, o triângulo, delta luminoso, é o olho da sabedoria, enquanto a liberdade, também presente no lema de nossa bandeira, é o supremo ideal maçônico.

Quando o País finalmente se tornou independente de Portugal, novamente as ideias maçônicas tiveram papel decisivo. Os irmãos Andrada, artífices de nossa independência, foram notáveis líderes da maçonaria, e José Bonifácio, o patriarca, foi seu primeiro grão-mestre no Brasil. Durante o segundo reinado, vários dos políticos mais importantes da Nação eram maçons. O Visconde do Rio Branco, considerado por muitos o maior estadista do período, era, por exemplo, grão-mestre da maçonaria, tendo exercido grande ascendência sobre o imperador Dom Pedro II em questões envolvendo as relações entre a monarquia e a Igreja Católica.

Ainda no século XIX, os maçons trabalharam com ardor pela abolição do tráfico negreiro e da escravidão, podendo se orgulhar de estarem entre os primeiros defensores dos direitos humanos no País. No período republicano, as atividades maçônicas se expandiram no Brasil. Vários presidentes da República, como o mineiro Wenceslau Brás, eram oriundos de seus quadros. Embora tenha sido perseguida e combatida injustamente em tantos momentos, a maçonaria persiste, numa tradição secular, trabalhando desinteressadamente pelo bem-estar do homem, difundindo o progresso, a educação e a filantropia.

O maçom pratica, em seu cotidiano, os ideais da justiça e da solidariedade humana, acolhendo pessoas de todos os grupos sociais, em um conagração que visa ao constante aperfeiçoamento da coletividade. Assim, parabenizamos, pelo seu dia e pelo seu incansável trabalho em defesa da tolerância, da sabedoria, da ética e da razão, todos os maçons do Brasil e de Minas Gerais.

Apresentamos os cumprimentos desta Casa, especialmente, ao Grande Oriente de Minas Gerais, na pessoa do grão-mestre Lázaro Emanuel Franco Salles, ao Grande Oriente do Brasil - Minas Gerais, na pessoa do presidente da Assembleia Maçônica, Rodrigo Alexander de Araújo, e à Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, na pessoa do grande primeiro vigilante, Geraldo Eustáquio de Freitas. Notável congregação difusora dos mesmos princípios democráticos que regem esta Casa, a maçonaria, por sua história e por sua atuação, é merecedora dos aplausos do Legislativo mineiro! Muito obrigado!”

Portanto, esta é a mensagem do deputado Dinis Pinheiro para a maçonaria.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 7, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 49ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/10/2013

Presidência do deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Arlen Santiago - Exibição de Vídeo - Entrega de Placa - Palavras do Sr. Eduardo Nascimento - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Ivair Nogueira - Arlen Santiago - Duarte Bechir.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Duarte Bechir, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Centro de Quimioterapia Antitumoral e Imunoterapia - CQAI - pelos 40 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Eduardo Nascimento e Sebastião Cabral Filho, diretores do Centro de Quimioterapia Antitumoral e Imunoterapia; a Exma. Sra. Maria do Carmo Barros de Melo, 1ª-secretária da Associação Médica de Minas Gerais, representando a referida associação; e os Exmos. Srs. vereador Edson Moreira, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença da Exma. Sra. Marta Lopes de Paula Cipriano, assessora do secretário de Estado de Saúde, Antônio Jorge de Souza Marques.

Registramos o recebimento de mensagens que nos foram enviadas pelos Exmos. Srs. Saulo Levindo Coelho, provedor da Santa Casa de Belo Horizonte, e Antonio Anastasia, governador do Estado, pelas quais lamentam ausência, em razão de compromissos previamente agendados, parabenizam o deputado Arlen Santiago pela iniciativa e cumprimentam o centro homenageado por esta Assembleia.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Grupo Vianna Musicais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Arlen Santiago

Exmo. Sr. Presidente, deputado e amigo Ivair Nogueira, valoroso companheiro desta Casa, representando o nosso presidente, deputado Dinis Pinheiro, de uma Assembleia que se tem adiantado aos anseios populares, visto que o voto aberto já é fato nesta Casa, mesmo que ele ainda não tenha sido votado no Senado nem no Congresso Nacional.

Meu caro amigo Sebastião Cabral Filho, oncologista clínico e diretor do Centro de Quimioterapia Antitumoral e Imunoterapia - CQAI -, meu companheiro de pelada e professor; caro amigo Dr. Eduardo Nascimento, oncopediatra, diretor do CQAI. Quero também cumprimentar este grande delegado responsável pela elucidação de tantos crimes em Minas Gerais, uma das maiores autoridades do mundo em desvendar sequestros, o vereador Edson Moreira, de Belo Horizonte. Gostaria de cumprimentar ainda todos os médicos, enfermeiros e funcionários do Centro de Oncologia de Minas Gerais e do CQAI, na pessoa de apenas três amigos e professores: Wagner Brant, oncologista e diretor clínico; Célio Galante, esse grande amigo e colega radioterapeuta; e Miguel Torres, outro grande amigo e radioterapeuta. Por fim, quero cumprimentar a Sra. Maria do Carmo Barros de Melo, 1ª-secretária da Associação Médica de Minas Gerais - AMMG -, representando essa nossa importante associação; senhoras, senhores e amigos de quem luta pela vida, esta reunião especial destina-se a homenagear o CQAI pelos 40 anos de sua fundação. O nome é complicado? Podem chamá-lo de Centro de Apoio à Vida, que é a mesma coisa. É isso que o centro de quimioterapia faz desde a sua inauguração em 1973. Nestes 40 anos, os médicos oncologistas clínicos Sebastião Cabral Filho, Eduardo Nascimento e o já falecido Dr. João Augusto Moreira escreveram uma história de ousadia, coragem e dedicação à medicina. Foram pioneiros no atendimento aos pacientes carentes com câncer, em uma unidade instalada na santa casa de misericórdia. Pouco tempo depois, criaram uma nova unidade no Hospital Santa Mônica, atualmente Hospital Belo Horizonte. O centro já era referência nacional e atendia pacientes dos Estados da Bahia, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tempos duros não, Drs. Sebastião e Eduardo?

Não apenas pela falta de dinheiro e pelo trabalho estressante, pois até já nos acostumamos com isso. Difícil mesmo era se sentir impotente diante de uma doença que levava pacientes que se tornavam nossos amigos. Sofremos a angústia de não conseguir dominar uma doença que até hoje consome vidas e recursos em pesquisas.

Lembro-me de que, em 1980, quando ficava de plantão aos sábados e aos domingos à noite, no 11º andar da Santa Casa, contava mais de 110 pacientes pobres, internados, com doenças em estágio extremamente avançado, mal diagnosticadas e que aqui eram recebidos com muito carinho, mas também com muita técnica e ciência. Foi a busca por respostas ao sofrimento alheio que levou os Drs. Sebastião, Eduardo e João Augusto a consumir o pouco tempo que a atividade diária lhes permitia, em estudos, palestras, pesquisas e publicação de artigos.

Alguns anos depois, o Centro de Quimioterapia cria na Santa Casa a primeira residência em oncologia clínica fora do eixo Rio-São Paulo. Atualmente, já são mais de 100 médicos diplomados atuando em todo o Brasil, contribuindo para diminuir a falta de profissionais da área e para que Minas Gerais mantenha a posição de um dos maiores centros de formação de oncologistas clínicos do Brasil, responsável por cerca de 2/3 dos profissionais brasileiros.

Ainda na área acadêmica, o CQAI estruturou o seu Centro de Estudos e Pesquisas Oncológicas de Minas Gerais - CEOMG -, entidade que, desde 1973, é voltada para o estudo e a pesquisa no tratamento do câncer. O trabalho do CEOMG, sempre inovador, possibilita a realização de cursos, seminários, congressos, entre outras atividades, visando promover a atualização dos profissionais da área, a educação continuada e a democratização de experiências. Além disso, concede bolsas de estudos a residentes, estagiários e acadêmicos. Mantém ainda, uma excelente biblioteca com acervo sempre atualizado, e promove muitas outras contribuições, incluindo o desenvolvimento de um sistema de processamento de dados que facilita as pesquisas sobre o tratamento do câncer no Estado e no País.

Os profissionais que atuam na área de oncologia sabem, e aqui dou o meu testemunho, o sofrimento das famílias que têm um de seus parentes em tratamento. Foi para dar assistência e conforto aos pacientes com câncer de mama, ou que já passaram por ele, e aos



seus familiares, que se concebeu o ConheSer. O projeto, que está em sua 35ª edição, realiza palestras e compartilha experiências, ajudando na superação dos traumas advindos da doença e de seu tratamento. O ConheSer é apenas um exemplo do compromisso e do engajamento desses notáveis cidadãos que transformaram conhecimento em esperança de cura para milhares de pessoas. Eles souberam servir a uma causa com desprendimento, preocupados apenas em criar condições de minimizar o sofrimento alheio.

Poderia aqui passar muito tempo citando ações desenvolvidas por estes empreendedores. Mas não quero me estender demais em minha fala. Cito apenas o fato de o Dr. Sebastião Cabral Filho ter seu nome escolhido para batizar um dos importantes prêmios da indústria farmacêutica, no incentivo às pesquisas clínicas: o Prêmio Sebastião Cabral Filho, encabeçado pelo Laboratório Sandoz. Um reconhecimento desse nível sintetiza toda a importância do trabalho dessa equipe.

Disse que não queria me aprofundar, mas não posso perder a oportunidade de pedir mais respeito com a saúde neste Brasil. O nosso governo federal, que recebe mais de 70% dos impostos brasileiros, concentrando o poder e trazendo inúmeras dificuldades aos estados e municípios, insiste em pagar por uma consulta médica apenas R\$10,00, insiste que uma pessoa que tenha sangramento retal e precisa de uma retossigmoidoscopia tenha que encontrar um hospital e um médico que queira realizar o procedimento. É preciso sedar a pessoa, avaliá-la e, depois de 90 a 120 dias, receber R\$37,00. Quer esse governo federal que consigamos, recebendo R\$62,00, fazer a biópsia de uma mulher com possibilidade de ter câncer de mama, quando apenas a agulha para realizar esse procedimento custa R\$100,00.

Quem tinha a obrigação de prover a saúde não se importa tanto com isso e fica agredindo a classe médica, com atuações mirabolantes na imprensa, tentando convencer o sofrido brasileiro, que hoje recebe menos apoio da saúde pública do que o Uruguai, a Argentina ou o Chile, que gastam mais *per capita* pública que o nosso país brasileiro, a 7ª economia do mundo. Basta, caro Cabral, ligar a televisão, em qualquer dia e canal, e ver as mazelas do povo brasileiro, porque infelizmente o governo federal não quer fazer com que a tabela do SUS remunere pelo menos o custo.

Mesmo assim, o Centro de Quimioterapia Antiblástica tem se mantido em pé, enfrentando toda a sorte de adversidades para que na Santa Casa se pratique para os mais carentes uma medicina de alto nível, buscando os ensinamentos dos alemães, dos estado-unidenses e dessa equipe extremamente importante, que produz conhecimento científico.

Medidas eleitoreiras, por melhor que sejam, não trarão soluções concretas. Precisamos de ações efetivas, de comprometimento real, não apenas do governo, mas de toda a sociedade com o setor saúde. Não se faz saúde sem profissionalismo, competência e seriedade. De nada adianta termos um avançado sistema de saúde, no papel. Teoricamente seria perfeito, mas qualquer unidade de saúde mostra a nossa incapacidade de viabilizar aquilo que a Constituição, há 25 anos, definiu como direito inalienável do povo.

É hora de gritar, de protestar em todo lugar, até mesmo numa solenidade comemorativa como esta. Chega de brincar com os profissionais da saúde e, principalmente, com o povo brasileiro. Por que não seguir o exemplo de quem fundou o Centro de Quimioterapia Antiblástica, que agregou profissionais como o Wagner Brant, o Eduardo Brandão e tantos outros? Por que não seguir esse exemplo? Por que não querer fazer um trabalho sério? Desculpas há muitas, mas o exemplo fala mais, muito mais do que, infelizmente, têm tentado fazer os nossos governos pela saúde pública.

Parabéns, Centro de Quimioterapia Antiblástica; parabéns, Eduardo Nascimento, Cabral, João Augusto, Célio Galante, Oscar Perez, Tigre, Tônico e tantos outros que começaram a fazer em Minas Gerais uma medicina de ponta na área da oncologia, apenas vista em poucos lugares de São Paulo. E Minas Gerais sempre despontando, formando, crescendo, doando o saber de vocês.

Eu, como ex-residente do Ceomg, só tenho que falar muito obrigado. Que Deus lhes dê o máximo possível de vida e que formem mais pessoas para salvar a vida dos brasileiros. Quem sabe um dia consigam colocar esse compromisso na cabeça dos nossos governantes do Planalto e alguém entenda isso e queira dar ao povo brasileiro a saúde que merece? Parabéns, Cabral. Estamos com você.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o deputado Ivair Nogueira, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega aos Srs. Eduardo Nascimento e Sebastião Cabral Filho, diretores do CQAI, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: “Na luta contra o câncer, ter como aliado o Centro de Quimioterapia Antiblástica e Imunoterapia - CQAI - se torna um grande alento. Isso porque essa instituição, há muitas décadas, investe em alta tecnologia e na qualificação de sua equipe para atender o paciente oncológico. Além de excelente estrutura, a clínica se distingue também pelos princípios de humanidade, transparência e integralidade, o que a torna uma referência na sociedade mineira. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer o valor do CQAI para o Estado, presta a essa entidade honrosa homenagem pelos 40 anos de sua fundação”.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Eduardo Nascimento

Exmos. Srs. Deputado Ivair Nogueira, meu amigo e vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o deputado e amigo Dinis Pinheiro, presidente da Casa; e Sebastião Cabral Filho, meu caro colega, companheiro de muitas lutas; Exma. Sra. Maria do Carmo Barros de Melo, secretária da AMMG, representando a associação; meu prezado vereador Edson Moreira, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Deputado Arlen Santiago, nosso querido amigo e ex-companheiro do centro de radioterapia, autor desse requerimento que muito nos honrou; meus companheiros de serviço; meus convidados; senhoras e senhores, boa noite.

Há 40 anos, a sociedade via nascer, das clínicas estruturadas sobre o pilar da humanização do tratamento do paciente com câncer, o CQAI. Foi um desafio abraçado por nós, especialistas, sensibilizados com o estigma dessa doença que nem sequer tinha seu nome



pronunciado e cujo tratamento ainda prescindia de cuidados especializados, medicamentos avançados e de estruturas adequadas que proporcionassem melhor prática médica e conforto e segurança ao paciente em sua sobrevivência.

O ideal médico da equipe, formada pelos oncologistas clínicos Drs. Sebastião Cabral Filho e João Augusto Moreira e por mim, contribuiu para que em Minas Gerais fossem alicerçados os pilares de um centro de quimioterapia, pioneiro em oncologia, que privilegiava o prolongamento da vida de pacientes, sobretudo aqueles do SUS.

A luta que hoje o CQAI empreende, por meio da nossa equipe formada por médicos, enfermeiros, farmacêuticos, psicólogos, assistentes sociais e funcionários administrativos, tem foco no diagnóstico precoce, procurando realizar uma intervenção que favoreça a qualidade de vida dos pacientes com câncer. Para isso, os processos de acolhimento humanizados são alguns dos diferenciais desses profissionais, que se somam ao trabalho multidisciplinar que os oncologistas clínicos que lá atuam oferecem a seus pacientes.

Para maior adesão ao tratamento da doença, o CQAI desenvolveu projetos sociais, com o objetivo de sensibilizar pacientes com câncer de mama no enfrentamento da doença. O projeto Conheser, há 12 anos, reúne pacientes e ex-pacientes para trocarem experiências e obterem, por meio de palestras, orientações de profissionais ligados à área. É uma busca constante por maior conforto e esclarecimentos de dúvidas, em que a nossa equipe de profissionais está empenhada, para oferecer aos pacientes, principalmente aqueles que iniciam o tratamento.

Para as crianças, o CQAI desenvolve projetos que despertam a alegria e a motivação, com a tradicional festa das crianças em tratamento do câncer. O evento culmina com a edição de um calendário anual cujo projeto traz desenhos produzidos pelas crianças, como uma forma de introduzir o lazer e a descontração e de, subliminarmente, integrá-las a nossos projetos de tratamento com cura eficaz. Durante a nossa atenção integral, tudo isso se caracteriza como um projeto de intervenção humanizada.

Assim, há 40 anos prestamos serviços ao SUS para adultos e crianças com câncer, sendo pioneiros em Minas Gerais. Durante esses anos temos sido responsáveis pelo atendimento de 60% dos casos de leucemia e de 45% dos casos de quimioterapia em tumores sólidos. Como todos os serviços de saúde no Brasil prestados ao SUS, com um trabalho de solidariedade e parceria com a Santa Casa de Belo Horizonte, enfrentamos dificuldades de trabalho, com pouco apoio das instituições públicas e privadas, como é do conhecimento de todos e já foi relatado por nosso anfitrião. Estar hoje aqui recebendo essa homenagem possibilita-nos adicionar à nossa história o reconhecimento público desta Casa, que tem feito o mesmo com muitos outros setores da nossa sociedade. Muito obrigado. Que ela abra suas portas ao CQAI com essa distintividade.

Assim, manifestamos nossa gratidão aos amigos, ao nosso corpo clínico, aos funcionários e à Comissão de Saúde, especialmente ao deputado e doutor Arlen Santiago, que reconhece e acompanha o nosso trabalho, e ao meu especial amigo deputado Dinis Pinheiro, tão bem representado aqui pelo também amigo deputado Ivair Nogueira. A todos, muito obrigado.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. Dr. Eduardo Nascimento, diretor do Centro de Quimioterapia Antitumoral e Imunoterapia; Exmo. Sr. Sebastião Cabral Filho, diretor do Centro de Quimioterapia Antitumoral e Imunoterapia; Maria do Carmo Barros de Melo, 1ª-secretária da Associação Médica de Minas Gerais, representando a associação; meu amigo Edson Moreira, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; meu amigo, deputado Arlen Santiago, não só autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, mas também um grande guerreiro, um grande deputado, que tem lutado pelos interesses de Minas Gerais e que, quando se trata de saúde, é um dos deputados que tem colaborado com a participação, com a iniciativa, com a discussão, sempre representando muito bem a Assembleia junto aos segmentos médicos de Minas Gerais e do Brasil, porque é médico e tem um amplo conhecimento. O deputado Arlen Santiago nos enche de orgulho, estando aqui há vários mandatos. Deputado Arlen Santiago, V. Exa. foi muito feliz em tomar a iniciativa de fazer tão justa homenagem.

Tomo a liberdade de cumprimentar o amigo Renato Travassos, da nossa querida Magnesita, que nos honra com sua presença. Muito obrigado pela presença.

Antes de iniciar o pronunciamento, representando meu amigo e jovem presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, que hoje tinha vários compromissos - estava em Uberaba hoje pela manhã - e pediu que eu fosse seu porta-voz para trazer um abraço muito especial ao Arlen Santiago, como deputado e autor do requerimento, bem como aos homenageados, quero lembrar que o deputado Arlen Santiago disse uma coisa importante, que todos nós sabemos, sobre o triângulo de prioridades: saúde, educação e segurança pública. Hoje incluímos a mobilidade urbana. Quando olhamos por todos os aspectos, sabemos que a saúde é a base de tudo, é o principal objetivo, mas, infelizmente, não tem sido cuidada com o carinho e a prioridade com que deveria ter sido olhada.

Quando discutimos que é preciso haver uma reforma, que o dinheiro precisa estar mais nas mãos dos municípios e do governo do Estado, para que não haja tanta demora, tanta dificuldade na liberação de recursos, que existem muitas pessoas morrendo nas filas por falta de atendimento e por falta de medicamentos, quero citar, deputado Arlen Santiago, uma iniciativa da qual V. Exa. foi pioneiro e com a qual contribuiu de forma muito positiva, ao lado do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro. Falo da iniciativa inédita, ao lado de tantas outras que têm sido tomadas na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, como disse V. Exa., do voto aberto. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, muito antes da Câmara dos Deputados, tomou essa iniciativa pioneira. V. Exa., ao lado do presidente Dinis Pinheiro, também teve a feliz iniciativa de percorrer o Estado de Minas Gerais, contou com o apoio das entidades médicas e colheu assinaturas para um projeto de iniciativa popular, que não precisaria ter sido elaborado se houvesse a boa vontade do governo federal em liberar os recursos necessários para um investimento maior na saúde. Essa é a maior reivindicação de toda a população, seja quem estiver no poder, independentemente de coloração partidária e de outros que já passaram por ali.

Entendemos que este é o grande momento, em que a população foi às ruas, está reivindicando e a Assembleia está fazendo o seu papel de tomar esse projeto, que contou com iniciativa do presidente deputado Dinis Pinheiro. Portanto, que tal projeto seja coroado de êxito e sejamos vencedores de uma etapa que precisamos definir. Assim como foi com a educação, que a saúde também logre esse êxito tão importante.



Já vimos aberrações muito grandes na educação: pavimentava-se rua para acesso à escola, e aí se considerava investimento dos 25% da educação. Já vimos também investimentos na saúde que não eram levados em consideração, como aquele fato devido à rubrica orçamentária da saúde.

Sou do PMDB, mas hoje convivo no Estado. O secretário Antônio Jorge tem feito um bom trabalho em Minas Gerais. Ele tem trabalhado junto aos consórcios, que são o elo, buscando alternativas e soluções que minimizem esse problema. Investimentos têm sido feitos no Estado, ainda muito longe do ideal, mas eu gostaria de registrar que o deputado Antônio Jorge, como secretário de Saúde, tem feito um trabalho à altura, procurando corresponder. E nós, aqui na Assembleia, além de fiscalizar, estamos sempre cobrando mais. Tomara que possamos galgar, cada dia mais, importantes passos para que, no processo democrático, tenhamos maior investimento na saúde.

A merecida homenagem aos 40 anos de fundação do CQAI configura o reconhecimento e a admiração da Assembleia Legislativa mineira pelo relevante trabalho dedicado aos pacientes com câncer. Ainda causando cerca de 13% das mortes no mundo, com suas características presentes desde o antigo Egito e identificadas em sua época por Hipócrates, o câncer vem continuamente afetando a humanidade em todas as faixas etárias. Aliadas ao diagnóstico precoce, técnicas de tratamento menos agressivas têm se mostrado eficazes na cura dos doentes, desde o diagnóstico à cirurgia, bem como no campo da radioterapia e da quimioterapia, trazendo-nos cada vez mais alento e esperança.

Quando, em 1973, os médicos Sebastião Cabral Filho, Eduardo Nascimento e João Augusto Moreira criaram, na Santa Casa, o embrião do que se transformaria no CQAI, se dedicavam humanitariamente ao cuidado dos pacientes pobres. Mais tarde, o trabalho seria levado também ao atual Hospital Belo Horizonte, numa época em que a cura da doença era altamente desacreditada e a luta diária dos médicos e do corpo hospitalar visava ao aumento da sobrevivência das pessoas afetadas.

Voltado para a pesquisa e para o tratamento do câncer, o CQAI criou a residência médica especializada da Santa Casa e já diplomou uma centena de clínicos altamente preparados, que atuam em todo o Brasil, modelando um futuro capaz de promover uma sociedade mais bem-assistida.

Belo Horizonte tornou-se sede da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica num desdobramento do trabalho daquela equipe pioneira, sendo hoje uma das grandes referências no País nesse tipo de tratamento. Os mais de 100 funcionários do centro, incluindo-se médicos, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, além do pessoal administrativo, já se ocuparam, ao longo destes anos, de mais de 100 mil adultos e crianças.

Esse trabalho árduo e generoso deve ser coroado com a futura construção de uma unidade hospitalar exclusiva e dedicada à oncologia de ponta. Extremamente preocupada com a saúde pública, especialmente com o nosso SUS, para o qual temos defendido mais recursos da União, esta Casa louva as iniciativas que visam a uma medicina voltada para todos os que lutam para vencer o câncer. Essa luta é possível, e vemos o exemplo da própria presidenta Dilma, do ex-presidente Lula, da apresentadora Ana Maria Braga e do atleta Oscar Schmidt, todos eles sobreviventes a essa doença anteriormente tida como fatídica.

Os avanços das últimas décadas, sobretudo na área da quimioterapia antilblástica, têm facilitado o tratamento e permitido um número maior de curas. Portanto, temos de aplaudir essas quatro décadas de brilhante atividade profissional em nosso estado, que vêm demonstrando que é possível enfrentar a doença e seguir adiante. Prevenir e amparar quem sofre de câncer é, mais que um ato de solidariedade, um dever de todos e uma verdadeira guerra, que requer um número cada vez maior de combatentes ativos e bem-informados.

Em nome do povo deste estado, que representamos nesta Casa, abraço cada clínico e cada funcionário do CQAI, agradecendo também à sua atual diretoria, na pessoa do Dr. Eduardo Nascimento, a sua zelosa atenção com os que recorrem aos seus abençoados serviços. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Grupo Vianna Musicais, que apresentará as seguintes músicas: “Quem sabe isto quer dizer amor”, de Lô Borges, e “Here, there and everywhere”, dos Beatles.

- Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 8, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 8/10/2013.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE GUSTAVO HORTA PALHARES PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA RMBH, EM 11/6/2013

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ana Maria Resende (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR) e os deputados João Leite, André Quintão e Rômulo Viegas, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº

76/2013 (relator: deputado João Leite). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2013.

João Leite, Presidente – Ana Maria Resende – Rômulo Viegas – André Quintão.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/9/2013

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Romel Anízio. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a política estadual de segurança pública, a partir do monitoramento dos programas e ações do PPAG 2012-2015, exercício 2013, relativos a essa política. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cássia Virgínia Gontijo, secretária adjunta de Defesa Social; Camila Silva Nicácio, subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Defesa Social e gestora das Ações Atendimento às Medidas Socioeducativas e Unidades de Saúde do Sistema Socioeducativo, representando também a Sra. Giselle da Silva Cyrillo, gestora das ações Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei - Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Meio Fechado; Leticia Baptista Gamboge Reis, delegada de Polícia Civil e gestora da Ação Delegacia Modelo; Gleysiane Freire Diniz, gestora da Ação Prevenção à Criminalidade; Sheyla Venâncio, assessora, representando o Sr. Daniel Nunes, gestor da ação Implantação do Centro Integrado de Comando e Controle; e os Srs. Daniel de Oliveira Malard, subsecretário de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social da Secretaria de Estado de Defesa Social e gestor das ações Segurança na Copa e da Política de Integração do Sistema de Defesa Social; Murilo Andrade de Oliveira, subsecretário de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social e gestor das ações Modernização, Humanização e Unidades de Saúde do Sistema Prisional e Implantação de Apac e Custódia e Ressocialização de Presos; Marco Aurélio Gomes Veado, diretor de Planejamento Setorial, representando o Sr. Henrique de Oliveira, superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças e Gestor da Frota da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; André José Gomes, perito e assessor, representando o Sr. Gilmar Freitas de Souza, superintendente de Polícia Técnico-Científica e gestor da ação Perícia Criminal Integrada no Estado de Minas Gerais - Seds da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Albert Xavier Freitas, superintendente de Análise Integrada e Avaliação das Informações de Defesa Social; Ten.-Cel. PM Eduardo Lucas de Almeida, diretor de Apoio Operacional do Comitê Gestor de Integração e Informações de Defesa Social e gestor da ação Polícia para Cidadania; Tales Andrade Souza, Coordenador da Prevenção à Criminalidade, representando Andreza Rafaela Abreu Gomes Naves, diretora de Articulação Comunitária e gestora da ação Implantação dos Centros de Prevenção à Criminalidade; Ten.-Cel. PM Rodrigo Souza Rodrigues, subchefe de Assessoria de Desenvolvimento Organizacional da PMMG; Ten.-Cel. PM Wagner Demaria, representando a Cel. PM Neuza Maria Aparecida Mendes, gestora da ação Implantação de Videomonitoramento - Projeto Olho-Vivo; Ten.-Cel. PM Winston Coelho Costa, gestor das ações Segurança Rural e Grupos Especializados em Policiamento em Áreas de Risco; Maj. PM Rogério Marques, gestor da ação Frota da PMMG, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2013.

João Leite, presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/9/2013

Às 10h43min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Ana Maria Resende e Maria Tereza Lara e o deputado Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências: do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em que encaminha o relatório de sugestões para a agenda da ALMG 2013-2015. O documento apresenta a contextualização das políticas públicas, relacionadas aos temas, compilação das propostas apresentadas nos encontros regionais, bem como a análise da viabilidade de implementação e incorporação dessas demandas nas atividades da casa por meio das comissões; do Sr. Gilvaldo de Vasconcellos Costa, diretor-presidente da Transbetim, na qual presta informações acerca da fiscalização realizada no transporte público municipal objetivando aferir a acessibilidade e apresenta quantitativo de veículos acessíveis, publicada no *Diário do Legislativo* de 23/8/2013; e do Sr. Levy Nogueira, representante da Rede de Supermercados Epa, na qual presta informações acerca da acessibilidade para as pessoas com deficiência em suas unidades e sobre o número de pessoas com deficiência contratadas, por unidade, em cumprimento à Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, publicada no *Diário do Legislativo* de 29/8/2013. A presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.127/2013, em 1º turno, do qual designou como relator o deputado Glaycon



Franco. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.332 e 5.348/2013 (deputada Liza Prado). Submetidos a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.123/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater a política educacional de surdos no Estado, bem como para comemorar o Dia Nacional dos Surdos, celebrado no dia 26 de setembro; do deputado Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para debater a abordagem e o atendimento dispensados às pessoas com doenças raras, genéticas e contagiosas pelas companhias aéreas; da deputada Ana Maria Resende em que solicita seja realizada audiência pública para debater o convênio Confaz 38/2012, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas com deficiência física, visual, mental ou autista; e da deputada Liza Prado (4) em que solicita seja encaminhado ao presidente da Bhtrans pedido de providências em relação ao atendimento inadequado sofrido por usuário com deficiência física na linha de ônibus 7470, conforme denúncia apresentada na 15ª Reunião Ordinária desta comissão; seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informação sobre a redução do atendimento às pessoas com deficiência visual pelo Instituto São Rafael, especificamente sobre o fechamento de uma sala de recursos do referido instituto, conforme relatado pela mãe de um aluno na 15ª Reunião Ordinária desta comissão; seja realizada visita desta comissão ao Instituto São Rafael para conhecimento da estrutura de atendimento às pessoas com deficiência visual; seja encaminhado ao presidente do Conselho Regional de Minas Gerais do Serviço Social de Transporte - Sest - e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat - pedido de providências para que seja incluída a temática da pessoa com deficiência nas capacitações realizadas por esta instituição para trabalhadores em transporte, a fim de prepará-los para atender as especificidades dos usuários com deficiência. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2013.

Liza Prado, presidente - Glaycon Franco - Maria Tereza Lara.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/9/2013

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Tenente Lúcio. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, encaminhando convite para sessão especial a ser realizada no dia 23/9/2013, para tratar da retirada dos presos recolhidos nas delegacias de polícia, do número de casos de homicídio e dos meios para combater a impunidade; do Sr. Danilo Caldarele Dias, Vereador da Câmara Municipal de São Pedro dos Ferros, solicitando a esta Comissão a intervenção junto à PMMG e a Secretaria de Segurança Pública do Estado para retornar com o policiamento para Águas Férreas, Distrito de São Pedro dos Ferros. O presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, em turno único, da qual designou como relator o deputado Leonardo Moreira: Projeto de Lei nº 4.375/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.520, 5.534, 5.535, 5.536, 5.537, 5.538 e 5.539/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados Sargento Rodrigues (6) em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 19ª CIA TM/16º BPM pela participação em operação que culminou na apreensão de dois menores de 16 anos, após roubarem um táxi no Bairro Ipiranga, na região Nordeste de Belo Horizonte; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 62ª CIA TM/25º BPM pela participação em operação que culminou na prisão de quatro homens que explodiram um caixa eletrônico no Centro de Sete Lagoas e atiraram contra a polícia em Ribeirão das Neves; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis lotados na Delegacia Antidrogas de Juiz de Fora pela participação em operação que culminou na apreensão de dois adolescentes com 400 pedras de *crack*, e de um homem, de 33 anos, que prestou informações aos adolescentes sobre a presença da polícia civil em Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis lotados na 2ª Delegacia Regional de Betim pela operação que culminou na prisão de dois homens suspeitos de praticarem oito assaltos em menos de um mês, causando um prejuízo superior a R\$ 50.000,00 na Região Metropolitana de Belo Horizonte; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 4º PEL PM/29ª CIA PM/11º BPM pela participação em operação que culminou na prisão suspeito de manter relação sexual com as filhas em Lajinha; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 125ª CIA PM/22ª BPM pela participação em operação que culminou na apreensão de drogas e na prisão de um homem, em flagrante delito, no aglomerado do Morro das Pedras em Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2013.

João Leite, presidente.



ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/9/2013

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Inácio Franco, Sargento Rodrigues e Luiz Henrique (substituindo o deputado Leonardo Moreira, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Paulo Guedes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença do deputado Juarez Távora (substituindo o deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da liderança do BAM). A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Retiram-se da reunião os deputados Juarez Távora e Paulo Guedes. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.040/2013 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.088/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do deputado Rogério Corrêa (2) em que solicita seja realizada audiência pública conjunta da Comissão de Administração Pública e da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater os Projetos de Lei nºs 4.439/2013, que extingue o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, e 4.440/2013, que altera as Leis Delegadas nºs 179, de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura administrativa pública do Poder Executivo do Estado, e 180, de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências; e seja realizada audiência pública para debater a precarização do atendimento hospitalar e ambulatorial do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2013.

Gustavo Corrêa, presidente - Rogério Corrêa - Juarez Távora - Leonardo Moreira.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/9/2013

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Rômulo Veneroso e Fred Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as falhas de atendimento aos idosos nos transportes coletivos em Minas Gerais, em especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: ofícios do deputado Sávio Souza Cruz, líder do Bloco Minas sem Censura (4/9/2013); da Sra. Elisa Smaneoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidência da República (13/9/2013). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Odete Souto Pereira, coordenadora do Centro de Apoio Operacional, representando Ana Paula Mendes Rodrigues, promotora de justiça da Promotoria de Defesa dos Direitos do Idoso MPMG; Ivone Luiza de Macedo Moreira Silva, vice-presidente do Conselho Estadual do Idoso, representando Eliana Márcia Fialho de Sousa Bandeira, presidente do Conselho Estadual do Idoso; Vânia Conceição Ferreira, assistente social do Conselho Municipal do Idoso de Contagem; Michelle Guimarães Carvalho, assessora jurídica do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos - Sintram -, representando Rubens Lessa Carvalho, presidente do Sintram; e os Srs. Lindberg Ribeiro Garcia, assessor técnico, representando Diogo Oscar Borges Prosdocimi, subsecretário de regulação de transportes da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas; Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, coordenador especial de políticas para idosos da Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese; João Afonso Baeta Costa Machado, diretor de fiscalização, representando José Elcio Santos Monteze, diretor-geral do DER-MG; Ildeu Ribeiro dos Santos, presidente do Conselho Municipal do Idoso de Contagem; Carlos Alberto dos Passos, presidente do Movimento de Luta Pró-Idoso de Minas Gerais; Juarez Elisiário Júnior, jornalista da Rede Catedral, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. O deputado Rômulo Veneroso retira-se da reunião e passa a presidência dos trabalhos ao deputado Fred Costa. Registra-se a presença da deputada Liza Prado e do deputado Cabo Júlio. O deputado Cabo Júlio retira-se da reunião. A Presidência, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.

Rômulo Veneroso, presidente - Liza Prado.



ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/9/2013

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Arlen Santiago e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Arlen Santiago, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de *e-mails* enviados através do *Fale com a Assembleia* da Sra. Ellen Gomes, relatando as lastimáveis condições de atendimento do Hospital Unimed; do Sr. Helson Rocha Raslan, solicitando atenção das autoridades competentes para o lixo que está se formando na estrada do Barreirinho, no Município de Ibité; do Sr. Fernando Eustáquio Ferreira, solicitando instalação dos serviços de água e esgoto em seu bairro, nos arredores do zoológico de Belo Horizonte; do Sr. Marco Antônio Teixeira, coordenador de eventos e *marketing* da entidade Estudando Raras, propondo a implementação da frente parlamentar para reavaliar a política de triagem neonatal no Estado; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: da Sra. Maria Inês Santos Silvério, gerente-geral de relações institucionais substituta da Agência Nacional de Saúde Suplementar (5 e 13/9/2013). A presidência informa ainda o recebimento, no dia 14/8/2013, de mais 12.666 assinaturas da campanha Assine + Saúde. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.347 e 4.408/2013, ambos em turno único (deputado Arlen Santiago); 4.383/2013, em turno único (deputado Pompílio Canavez). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.355, 5.364, 5.461 e 5.562/2013. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.392/2011 e 3.835, 3.854, 3.931 e 4.121/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a situação dos pequenos hospitais no Estado; e do deputado Arlen Santiago em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à equipe da Casa pela informatização no *site* da ALMG para acompanhamento das ações de saúde do Estado e sugere que sejam feitos *links* com os dados do Ministério da Saúde, principalmente os de atendimentos ambulatoriais por município e os de atendimentos hospitalares; e sejam levantados pela assessoria desta comissão os 100 procedimentos ambulatoriais e os 150 procedimentos de internação mais utilizados no Estado, comparando-se o preço pago pela tabela do SUS do Ministério da Saúde, com levantamento do menor custo e comparação do valor pago com o gasto efetivo. São recebidos para posterior apreciação os requerimentos dos deputados Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a instalação de antenas de telefonia celular e seus efeitos no meio ambiente e na saúde; Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Pompílio Canavez em que solicitam seja realizada audiência pública com a presença de representantes de cada uma das regiões do Estado para debater os serviços prestados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais aos servidores públicos estaduais e seus dependentes; Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada audiência pública para debater as atuais condições de funcionamento do hospital de Caxambu que supostamente vem oferecendo atendimento precário à população; Doutor Wilson Batista em que solicita seja formulado pedido de providências ao Secretário de Estado de Saúde e à presidente da Fundação Hemominas para que sejam feitos estudos de viabilidade para implantação de um posto avançado de coleta de sangue no Município de Jaíba; Arlen Santiago em que solicita seja realizada audiência pública para debater a falta de médicos especialistas no Estado, bem como o baixo número de vagas para residência médica; Duarte Bechir em que solicita seja realizada audiência pública para debater a portaria que está sendo elaborada pelo Ministério da Saúde visando à redução do número de hospitais de pequeno porte; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública para debater a política de controle do tabagismo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2013.

Carlos Mosconi, presidente – Pompílio Canavez – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/9/2013

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Sebastião Costa e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Liza Prado e o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a política estadual de direitos humanos, a partir do monitoramento dos programas e ações do PPAG 2012-2015, exercício 2013, relativos a essa política. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Carmem Piedade Rocha, subsecretária de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -; Ana Paula Macedo de Carvalho Ribeiro, coordenadora de Orçamento da Sedese -; Iracema Santiago Neto, diretora de Planejamento, Gestão e Finanças da Defensoria Pública do Estado e gestora da Ação Acesso à Justiça; Vânia Maria de Souza Melo Pinto da Cunha, superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças de Defensoria Pública do Estado; e os Srs. Cássio Gustavo de Castro, superintendente das Políticas de Proteção de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e gestor das Ações Restauração de Direitos Humanos, de Promoção de Direitos Humanos, de Proteção de



Direitos Humanos e dos Programas de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, Abrigo/Acolhimento Provisório, de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos; Adilson Meireles Pacheco, superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e gestor da Ação Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos; Aldenir Vianna Pereira, diretor de Promoção e Defesa da Cidadania no Campo, representando a Sra. Camila Pereira Oliveira Ribeiro, diretora de Planejamento, Gestão e Finanças do Instituto de Terras de Minas Gerais e gestora da Ação Promoção e Defesa da Cidadania, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA TELEFONIA, EM 18/9/2013

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado (substituindo o deputado Romel Anízio, por indicação da Liderança do BAM) e os deputados Zé Maia, Ulysses Gomes, João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre o objeto da comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Bruno Selmi Del Falcí, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, justificando sua ausência e esta reunião. O Sr. Horácio Belfort Mattos Júnior, presidente da Associação Brasileira dos Usuários de Acesso Rápido, convidado, deixa de comparecer. O presidente comunica que, dos questionários enviados para as prefeituras e câmaras municipais com o objetivo de levantar a situação da telefonia móvel no Estado, já foram recebidos 170 preenchidos, sendo 128 de prefeituras e 42 de câmaras municipais. O presidente registra a presença dos alunos do 9º ano do ensino fundamental do Centro Educacional Roberto Porto, de João Monlevade. Os parlamentares discutem vários temas atinentes à comissão, contando com a presença do convidado permanente da CPI, Sr. Marcelo Barbosa, Gerente-Geral do Procon Assembleia, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da deputada Liza Prado em que solicita sejam anexadas as reclamações de consumidores relativas a serviços de telefonia móvel aos arquivos desta CPI para subsidiar a elaboração do relatório final; e do deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Procon desta Casa e aos presidentes das Câmaras Municipais de Almenara, Barbacena, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Janaúba, Janaúba, Janaúba, Juiz de Fora, Lavras, Manhuaçu, Montes Claros, Muriaé, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Taiobeiras, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Unaí pedido de providências para, em cooperação, instalarem postos de reclamações e sugestões quanto ao serviço de telefonia móvel nessas regiões. O presidente faz a apresentação do vídeo *Subsídios para a CPI das Telecomunicações*: diagnóstico independente dos problemas e desafios das telecomunicações brasileiras, de autoria do Sr. Ethevaldo Siqueira, recebido durante o seminário Por um Novo Marco Regulatório da Telefonia, realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 29/8/2013. Não havendo mais nada a ser tratado, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2013.

Zé Maia, presidente – João Leite – Sargento Rodrigues – Romel Anízio.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/9/2013

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Celinho do Sinttrocel e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Bosco, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Eliaquim Queiroz, Procurador do Trabalho no Município de Uberlândia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.717/2012; e de ofício da Sra. Luciana Marques Coutinho, Procuradora do Trabalho, publicado no *Diário do Legislativo*, em 13/9/2013. A presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, das quais designou como relatores a deputada e o deputado mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.898/2012 (Deputado Bosco); 4.355, 4.362 e 4.382/2013 (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.189/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Rosângela Reis). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.385/2013, com a Emenda nº 1. Votaram “sim” a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Bosco e Celinho do Sinttrocel. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.567/2013. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.013/2012, 3.771, 4.122, 4.228, 4.232, 4.236, 4.242 e 4.248/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de



proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater as condições de trabalho dos servidores da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge. São recebidos pela presidência, para serem aprovados em reunião posterior, requerimentos do deputado Rogério Correia (2) em que solicita seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências para que o Tribunal Superior do Trabalho publique o acórdão referente ao processo RR - 147300-43.2003.5.03.0004, que diz respeito à ação que o Ministério Público do Trabalho move contra a Cemig, que trata de terceirização; e seja realizada audiência pública para debater denúncias de demissões em massa promovidas pela Minas Gerais Administração e Serviços – MGS. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.

Rosângela Reis, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/9/2013

Às 15h6min, comparecem na sala das comissões a deputada Liza Prado (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da Liderança do BAM) e os deputados Antônio Carlos Arantes, Paulo Guedes e Leonídio Bouças (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a rescisão de contratos ocorrida entre a empresa Brasil Food S.A. e produtores rurais de peru no Município de Monte Carmelo e região, bem como a possível transferência dessa empresa para o Estado de Goiás. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Ricardo Albanes, superintendente de Política e Economia Agrícola, representando o Sr. Elmiro Alves do Nascimento, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Enrique Carlos Natalino e Marcos de Siqueira Nacif, assessores do governador do Estado; João Batista Chaves Filho, vice-prefeito municipal de Monte Carmelo, representando o Sr. Fausto Reis Nogueira, prefeito municipal de Monte Carmelo; Francisco Maurício Barbosa Simões, assessor jurídico, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da Faemg; Lindomar Antônio Lopes, secretário executivo do Conselho Estadual de Política Agrícola; Ricardo Pinheiro, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de Monte Carmelo; Edécio Rodrigues Pereira, presidente da Associação do Comércio e Indústria de Monte Carmelo; Fausto Ribeiro de Moura, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Carmelo; Claiton Luiz de Lima, secretário do Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Carmelo; Iran Parreira Júnior, diretor técnico da Associação dos Granjeiros Integrados do Triângulo e Alto Paranaíba; e Camilo Machado de Miranda Porto, assessor jurídico parlamentar da ALMG, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Liza Prado, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da deputada Liza Prado e do deputado Antônio Carlos Arantes (7) em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para debater a política de rescisão contratual entre a empresa Brasil Food S.A. e os produtores rurais de peru de Monte Carmelo; em que solicitam seja encaminhado ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao governador do Estado pedido de providências para enviar à empresa Brasil Food S.A. solicitação de reestudo das rescisões de contrato com os produtores rurais de peru da região de Monte Carmelo e da possível transferência da empresa para o Estado de Goiás; em que requerem seja realizada visita para a qual sejam convidados representantes de produtores rurais de peru da região de Monte Carmelo, da Faemg, da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, à empresa Brasil Food S.A., para discutir a política de rescisão contratual com produtores rurais de peru e a possível transferência da empresa para o Estado de Goiás; em que solicitam seja encaminhado ao procurador-geral do Trabalho de Minas Gerais e à secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para enviar à empresa Brasil Food S.A. solicitação de reestudo das rescisões de contrato com os produtores rurais de peru da região de Monte Carmelo e da possível transferência da empresa para o Estado de Goiás, acompanhado das notas taquigráficas da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; e em que solicitam sejam encaminhadas notas taquigráficas da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial aos presidentes da Faemg, da Associação de Granjeiros Integrados do Triângulo e Alto Paranaíba, do Sindicato Rural de Monte Carmelo, e da Associação do Comércio e Indústria de Monte Carmelo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Romel Anízio – Inácio Franco.



ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/9/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Ulysses Gomes e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Romel Anízio, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 3.687/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizado nos municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto, em tramitação nesta Casa e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir faz a leitura de correspondência do Sr. Guilherme de Melo França, presidente da Fundação Matutu, agradecendo o convite recebido para participar da reunião e justificando a impossibilidade do seu comparecimento. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Clarice Nascimento Lantelme Silva, gerente do Parque Estadual da Serra do Papagaio, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Mônica Buono, presidente da Oscip Amanhagua; e os Srs. Marcelo Faria Pereira, prefeito Municipal de Baependi; Carlos Henrique Pereira Guimarães, presidente da Câmara Municipal de Baependi; Bergson Cardoso Guimarães, coordenador Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande, que também representa Marcos Paulo de Souza Miranda, coordenador da Promotória Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais; Paulo Maciel Junior, coordenador da Nascente Ambiental, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença da vereadora Márcia Fernandes, da Câmara Municipal de Itamonte; e dos vereadores Benedito de Oliveira Reis Filho e Antônio Alves Maia Ferreira, da Câmara Municipal de Baependi. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Duarte Bechir - João Vítor - Xavier Pompílio Canavez.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/9/2013

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BTR) e Neider Moreira (substituindo o deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a debater a segurança no Município de Carmo do Cajuru e região, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Valéria Ferreira de Oliveira, secretária municipal de Administração e Recursos Humanos de Carmo do Cajuru; Denise de Menezes Mota, secretária municipal de Saúde de Carmo do Cajuru; Sirléia Moreira Tavares, secretária municipal de Promoção Social e Defesa Civil de Carmo do Cajuru; Fernanda Bechelane Maia, procuradora-geral do Município de Carmo do Cajuru; Geni de Oliveira, secretária municipal de Fazenda e Planejamento de Carmo do Cajuru; e os Srs. Domingos Sávio, deputado federal; José Clarete Pimenta, prefeito municipal de Carmo do Cajuru; Roberto de Souza Fonseca, vice-prefeito municipal de Carmo do Cajuru; Sebastião de Faria Gomes, presidente da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru; Ten. Cel. PM Marcelo Carlos da Silva, Comandante do 23º Batalhão da Polícia Militar; 1º Ten. Donisete José da Silva, Comandante do Pelotão da Polícia Militar de Carmo do Cajuru; Capitão PM Douglas Guimarães Lima, Comandante da 142ª CIA/PM de Divinópolis; Domingos Sávio Calixto, delegado de Polícia Civil de Carmo do Cajuru; Renato Alves da Fonseca, delegado de Polícia Civil de Divinópolis, representando o Sr. Fernando Vilaça, delegado regional de Polícia Civil de Divinópolis; Clovis José Rabelo de Carvalho, secretário municipal de Meio Ambiente e Turismo de Carmo do Cajuru; Anderson Duarte de Oliveira, Edmar de Oliveira Fonseca, Geraldo Luiz Barbosa, João Paulo Nogueira da Silva, José Geraldo Duarte Ângelo, Liberalino Luiz de Souza, Márcio Aparecido Gonçalves Antunes, Otacílio Magno Ferreira, Pedro José Quadros e Silvério José Silva, vereadores da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru; e Harley Pereira Gontijo, presidente do Sindicato dos Moveleiros de Carmo do Cajuru, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Dalmo Ribeiro Silva (5) em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a construção de um quartel no Município de Carmo do Cajuru; seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social e ao superintendente de Administração Prisional pedido de providências para a assunção, com a urgência possível, da cadeia pública do Município de Carmo do Cajuru, visando, especialmente, a liberação dos policiais militares e civis das funções de guarda dos presos e, conseqüentemente, a melhoria das atividades de policiamento ostensivo e investigativo na região; sejam encaminhados ao secretário de Estado de Defesa Social, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Chefe da Polícia Civil as notas taquigráficas da 20ª reunião extraordinária dessa comissão e pedido de providências para ampliação do efetivo das polícias militar e civil no Município de Carmo do Cajuru; seja encaminhado ao secretário



de Estado de Defesa Social pedido de providências para agilizar a disponibilização de viaturas para o Município de Carmo do Cajuru, inclusive de viatura específica para o policiamento rural, conforme expressiva demanda trazida a essa comissão; seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a realização de estudos sobre a possibilidade de instalação de câmeras do programa Olho Vivo e de serviço 190 específico no Município de Carmo do Cajuru, com a urgência possível, com vistas a ampliar as condições de monitoramento e prevenção à criminalidade; Dalmo Ribeiro Silva, João Leite e Neider Moreira (2) em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Segurança Pública à cadeia pública do Município de Carmo do Cajuru, para verificar as condições dos detentos e das instalações; seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a reativação do Subdestacamento do Distrito de Águas Férreas, que foi desativado em função de um acidente fatal que vitimou dois policiais militares; Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao procurador de justiça e ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam designados juiz e promotor de justiça para a Comarca de Lajinha, uma vez que esta não possui número suficiente de pessoal para a efetiva prestação do serviço jurisdicional. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.

João Leite, presidente.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/9/2013

Às 13h30min, comparece no salão comunitário de Santo Antônio do Grama o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a discutir as condições de apuração dos atentados sofridos pela prefeita municipal. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Alcione Ferreira de Albuquerque Lima, prefeita municipal de Santo Antônio do Grama; e os Srs. Júlio César Russo de Lima, vereador presidente da Câmara Municipal; Frederico Brum de Carvalho, prefeito de Urucânia; Silvério Joaquim Aparecido da Luz, prefeito de Rio Doce; Milton Ayres de Figueiredo, prefeito de Alvinópolis; Cap. PM Luiz Faustino Marinho Junior, comandante da 21ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais; Diogo Abdo Jorge, delegado de Polícia Civil da Comarca de Rio Casca; Leonardo Mouro Alves, advogado, representando Mauro Jorge de Paula Bonfim, advogado, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença do deputado Gustavo Valadares. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Rogério Correia.

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/9/2013

Às 9h15min, comparece na Câmara Municipal de Paracatu o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a discutir o assédio moral e violações a direitos humanos praticados contra Fátima Santos Ferreira e outros educadores no Município de Paracatu. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fátima Aparecida dos Santos Ferreira, ex-diretora da Escola Estadual Antônio Carlos; Maria Aparecida Pereira Leal Brito, ex-diretora da Escola Estadual Delano Brochado Adjuto; e os Srs. Glewton de Sá Guimarães, presidente da Câmara Municipal de Paracatu; e Ragos Oliveira dos Santos, vereador dessa câmara, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, os convida para uma visita da comissão à Apac, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Sebastião Costa - Sargento Rodrigues - Zé Maia - Cabo Júlio.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/9/2013

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Inácio Franco e Romel Anízio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Romel Anízio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a Política Estadual de Agropecuária, a partir do monitoramento dos programas e ações do PPAG 2012-2015, exercício 2013 e a discutir e votar



proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Igenes Botelho Figueiredo Matias, gestora da Ação Fortalecimento da Agricultura Familiar para o Abastecimento Alimentar da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e os Srs. Amarildo José Brumano Kalil, gestor da Ação Irriga Minas, representando Marcelo Rodrigues Martins, gestor da Ação Adequação Socioeconômica e Ambiental das Propriedades Rurais da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Victor Soares Lopes, gestor da Ação Desenvolvimento do Agronegócio de Minas Gerais da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fábio Henrique Franco Gonçalves, gestor da Ação Incentivo à Aquisição e Plantio de Floresta de Produção de Base Sustentável - Fomento Florestal da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Thales Fernandes, diretor técnico do IMA, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos deputados Antônio Carlos Arantes, Romel Anízio e Inácio Franco (2) em que solicitam seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Governo pedido de providências solicitando especial atenção na liberação dos recursos alocados na ação 4353 do exercício 2013 - "apoio à cadeia produtiva dos queijos artesanais de Minas", com vista a apoiar investimento na área de regularização sanitária de produção de queijo, com prioridade na construção de entrepostos de maturação de queijo e em ações para a sanidade dos rebanhos bovinos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2013.

Paulo Guedes, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/9/2013

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Marques Abreu e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscreva. A presidência informa que a reunião se destina a debater o Estatuto da Juventude, sancionado pelo governo federal e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ângela Cristina Santos Guimarães, secretária adjunta nacional e vice-presidente do Conselho Nacional de Juventude, representando a secretária Nacional de Juventude; e os Srs. Gabriel Sousa Marques de Azevedo, subsecretário de Estado da Juventude, representando o secretário; Paulo Sérgio de Oliveira, presidente da União Estadual dos Estudantes - UEE -, representando o presidente; Gilbert Rocha Diniz Torres, presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB - MG; Rafael Leal S. Pegado, vice-presidente da União da Juventude Socialista - UJS - e coordenador de Juventude da Prefeitura Municipal de Contagem, representando a presidente da UJS; Jorge Gabriel Gomes Simões, representante do Coletivo Nacional de Juventude Negra; e Frederico Eustáquio Maciel (Negro F), coordenador artístico da Graffiti BH, que são convidados a tomar assento à mesa. Nesse momento, registra-se a presença da deputada Luzia Ferreira e do deputado Adelmo Carneiro Leão. A presidência concede a palavra à deputada Luzia Ferreira e ao deputado Celinho do Sinttrocel, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2013.

Marques Abreu, presidente – Mário Henrique Caixa – Tenente Lúcio.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/9/2013

Às 15h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Rogério Correia (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura) e Duarte Bechir (substituindo a deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência dos Srs. Lucas Cruz Neves, Procurador-Geral do Município de Betim e Bruno Ferreira Cypriano, procurador Adjunto publicada no *Diário do Legislativo*, em 22/9/2013. O presidente acusa o recebimento Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, no 1º turno, e comunica que avocou para si a relatoria da proposição. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.574, 5.575, 5.576, 5.581, 5.582, 5.587, 5.591 e 5.593/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Pompílio Canavez. Retira-se o deputado Rogério Correia. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são



aprovados requerimentos dos deputados Paulo Lamac (6) em que solicita sejam realizadas audiências públicas no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, para debater as obras do Programa Vila Viva, naquela região, em especial o alargamento da Rua Vila Nossa Senhora de Fátima; na Vila Dias, Município de Belo Horizonte, para debater a operação urbana que será realizada naquela localidade pela Prefeitura de Belo Horizonte; no Município de Pouso Alegre, para debater a criação da Região Metropolitana do Sul de Minas; para debater a remoção e o reassentamento da população da Vila Artur de Sá, em Belo Horizonte; reunião com convidados para receber o professor Edésio Fernandes, com a finalidade de debater assuntos de direito urbanístico; Ulysses Gomes em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, para debater a Resolução da Secretaria de Estado da Educação - SEE - nº 2.367, de 2013, que autoriza a realização de aditamentos aos convênios pactuados com os municípios, referentes ao transporte escolar do exercício de 2013, tendo em vista a ampliação da carga horária diária nas unidades de ensino participantes do projeto “Reinventando o Ensino Médio”, criado pela Resolução SEE 2.251, de 2013; Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debater os serviços prestados pela BHTrans no Município de Belo Horizonte (emendado pelo deputado Duarte Bechir); Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater o sistema de abastecimento de água e a ampliação e operação do sistema de esgotamento sanitário do município de Divinópolis, Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização ao município de Campo Belo, em 28/9/2013, e que o autor do requerimento, deputado Duarte Bechir, represente a comissão na mencionada visita, que tem o objetivo de transmitir à população de Campo Belo, votos de congratulações pela transcurso da data comemorativa da emancipação política de Campo Belo, Paulo Lamac em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a criação da Região Metropolitana do Sul de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2013.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/9/2013

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Sebastião Costa, Zé Maia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncia de suposta violação do direito à saúde, abuso de autoridade, excesso de rigor e constrangimento ilegal que ocorreram na 88ª Companhia da Polícia Militar do 45º Batalhão, sediado no Município de Paracatu, contra militar dessa unidade e comunica o recebimento da seguinte correspondência: da Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, agradecendo o envio de informações sobre as ações do Poder Legislativo em prol do público idoso no Estado; e do Sr. Rômulo dos Santos Duarte, juiz de Direito, prestando informações acerca de suposta violação de direitos humanos que teriam ocorrido na Comarca da Espera Feliz; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, em 21/9/2013: Nívia Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário; Elisa Smanoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidente da República; e dos Srs. Jairo Nogueira Filho, coordenador-geral do Sindieletrô-MG, solicitando a intercessão desta Casa junto à Cemig em apoio aos trabalhadores concursados da Cemig Serviços; Helber Leite Lopes, assessor parlamentar do deputado federal Aelton Freitas; Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social; Rodrigo Minotto, chefe de gabinete do ministro do Trabalho e Emprego; Cássio Soares, secretário de Desenvolvimento Social. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o convidado Ten.-Cel. PM Wagner Adriano Augusto, representando o corregedor da PMMG; e os convocados Cap. PM Valmir Vital da Silva, da 88ª Companhia do 45º Batalhão da PMMG; 2º Ten. PM Adalberto Pereira Freire Lima, da 88ª Companhia do 45º Batalhão da PMMG; 3º Sgt. Edivam de Oliveira Santos, da 88ª Companhia do 45º Batalhão da PMMG, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais e concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e votação de proposições da comissão. Submetidos à votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para debater denúncias de supostas violações de direitos humanos no Colégio Tiradentes, e que sejam incluídos como convidados os representantes legais das vítimas; dos deputados Durval Ângelo e Rogério Correia (2) em que solicitam seja realizada visita ao Hospital São Judas Tadeu, localizado no Município de Ribeirão das Neves, para conhecer as condições de manutenção do imóvel, dos equipamentos e ainda averiguar a precariedade dos serviços médicos ali prestados que possam estar infringindo direitos individuais e coletivos; seja encaminhado ao governador de Estado pedido de providências para que seja realizado estudo de viabilidade de licitação para concessão de serviços de transporte público intermunicipal que atenda à população de Ribeirão das Neves, bem como seja realizado estudo para a revitalização do curso d'água denominado Ribeirão das Neves, localizado nesse município; do deputado Durval Ângelo (5) em que solicita sejam realizadas visitas ao Comando-Geral da PMMG para solicitar o aumento do efetivo policial em Santo Antônio do Gramma e entregar as notas taquigráficas da 49ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 20/9/2013; à Secretaria de Estado de Defesa Social para solicitar o aumento do efetivo policial civil em Santo Antônio do Gramma e entregar as notas taquigráficas da 49ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 20/9/2013; à chefia de Polícia Civil do Estado para solicitar o aumento do efetivo policial civil em Santo Antônio do Gramma e entregar as notas



taquigráficas da 49ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 20/9/2013; seja encaminhada à Prelazia de São Félix do Araguaia, às Irmãzinhas de Jesus da Prelazia e ao Conselho Indigenista Missionário - CIMI - manifestação de pesar pelo falecimento da Irmã de Jesus Genoveva, conhecida como Veva, religiosa francesa que morou com o povo indígena Tapirapé, na região do Rio Araguaia, por 60 anos; seja encaminhada ao deputado Doutor Wilson manifestação de aplauso por sua recente aprovação em tese de doutorado, tendo em vista a grande contribuição de seus estudos em medicina terapêutica no Estado; do deputado Rogério Correia (4) em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para que se transfiram, com a urgência que o caso requer, os presos do Presídio José Maria Alkimin para o complexo prisional público-privado, de forma a atender à reivindicações dos cidadãos de Ribeirão das Neves, acompanhado das notas taquigráficas da 50ª Reunião Extraordinária desta comissão; seja encaminhado aos secretários de Estado de Planejamento e Gestão, Saúde e Educação pedido de providências para que se ampliem os investimentos no Município de Ribeirão das Neves nas áreas de transporte metropolitano, educação e saúde conforme reivindicações apresentadas nesta comissão, acompanhado das notas taquigráficas da 50ª Reunião Extraordinária desta comissão; seja encaminhado à prefeita municipal de Ribeirão das Neves pedido de providências para que seja avaliado e adequado o serviço de coleta de lixo na Rua Mário Costa Teixeira, em frente ao nº 22, que se apresenta insuficiente, conforme denúncia apresentada nesta comissão em 23/9/2013 pelo Sr. José Apolônio de Paula, acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 50ª Reunião Extraordinária em que consta a referida denúncia; seja encaminhado ao governador de Estado pedido de providências para que seja desativado o Complexo Penitenciário José Maria Alkimin e transferidos os presos ali recolhidos, com posterior cessão do imóvel ao Município de Ribeirão das Neves, conforme solicitação apresentada pela prefeita municipal nesta comissão, acompanhado das notas taquigráficas da 50ª Reunião Extraordinária. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente – Rogério Correia – Sargento Rodrigues.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/9/2013

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Doutor Wilson Batista e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e acusa o recebimento da seguinte proposição, da qual designou como relator o deputado Luiz Humberto Carneiro: Projeto de Lei nº 3.342/2012. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.342/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2013.

Doutor Wilson Batista, presidente.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/9/2013

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Adelmo Carneiro Leão, Luiz Henrique, Leonardo Moreira, Duarte Bechir e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a contratação de médicos estrangeiros por meio de convênio com outros países, conforme proposta do Governo Federal, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Cel. Eduardo Mendes de Sousa, diretor-geral do IPSM, prestando informações sobre o Requerimento nº 5.129/2013; e-mails recebidos pelo Fale com a Assembleia: do Sr. Carlos Franco de Sá, relatando dificuldades de utilização dos banheiros do Hospital Alberto Cavalcanti pelos portadores de necessidades especiais; do Sr. Leonardo Batista Amâncio, relatando supostas irregularidades na Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Santa e solicitando providências. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Alzira de Oliveira Jorge, representando o secretário nacional de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Amélia Maria Fernandes Pessôa, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais; Roseli da Costa Oliveira, secretária municipal de Saúde de Sabará; Maria Cristina Teodoro Pereira, secretária-geral da Mesa do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representando os usuários do SUS; Ruth Borges Dias, presidente da Associação Médica de Medicina de Família e Comunidade; e os Srs. Wagner Fulgêncio, superintendente de atenção primária da SES-MG, representando o secretário de Estado de Saúde; João Batista Gomes Soares, presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Lincoln Lopes Ferreira, presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Bernardo Luiz Silva de Matosinhos, presidente da Associação Mineira dos Médicos Residentes; Gilmar de Assis, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde; Renato Barros, representante do Sind-Saúde-MG; Edwin Fialho Despinoy, diretor do Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência suspende a reunião para votação em Plenário. Retomados os trabalhos com o mesmo quórum, a presidência concede a palavra aos deputados Leonardo



Moreira, Duarte Bechir e Adelmo Carneiro Leão, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Nesse ínterim, o presidente prorroga, de ofício, a reunião nos termos do art. 125 do Regimento Interno. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2013.

Carlos Mosconi, presidente – Doutor Wilson Batista – Carlos Pimenta – Pompilio Canavez.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/9/2013

Às 9h54min, comparece na Sala das Comissões a deputada Liza Prado, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, aprova-a e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a Política Estadual de Pessoa com Deficiência, a partir do monitoramento dos programas e ações do PPAG 2012-2015, exercício 2013. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Juanita Godinho Pimenta, subsecretária de assistência social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Gestora das Ações Cofinanciamento de Serviços para Municípios na Execução de Proteção Básica e Cofinanciamento de Serviços e Benefícios para Municípios na Execução de Proteção Especial; Carmen Piedade Rocha, subsecretária de direitos humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Mônica Farina Neves Santos, coordenadora de atenção à saúde da pessoa com deficiência; e o Sr. Estevão Machado de Assis Carvalho, coordenador da Defensoria Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência, que são convidados a tomar assento à mesa. Suspensa a reunião, são reabertos os trabalhos às 9h54min com a presença da deputada Liza Prado. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada no dia 26/9/2013, às 10 horas, no Salão Nobre, com a finalidade de ouvir o consultor de inclusão laboral, professor Romeu Kazumi Sasaki, sobre o tema "2013: Ano ibero-americano de inclusão laboral da pessoa com deficiência", determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2013.

Liza Prado, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/9/2013

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os deputados Célio Moreira, Rômulo Veneroso e Fabiano Tolentino (substituindo o Deputado Duarte Bechir, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Gustavo Perrella. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a debater, em audiência pública, a degradação ambiental no Município de Divinópolis e o prejuízo à saúde da população provocados pelo exercício irregular de atividades de siderurgia da empresa Cosifer e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Waldetaro Vitorino Dias, pesquisador da Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano, publicado no *Diário do Legislativo* de 13/9/2013; comunicação do deputado Ivair Nogueira em que renuncia à vaga de membro suplente desta comissão; *folder* da Associação Mineira de Municípios, convidando esta comissão para participar do Seminário de Meio Ambiente - I Encontro Estadual de Secretários de Meio Ambiente, Obras, Agricultura e Pecuária, que será realizado nos dias 16 e 17 de outubro; e-mail do Sr. João Carlos Pires, encaminhado por meio do Fale com a Assembleia, em que denuncia os danos provocados à saúde da população de Matozinhos pela instalação de empresa siderúrgica em bairro residencial. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 57 e 75/2011 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Rômulo Veneroso, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.321/2011, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Célio Moreira). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Paula Fernandes dos Santos, superintendente Regional de Regularização Ambiental - Supram - Alto São Francisco, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Maria Aparecida de Oliveira Borges, representante dos moradores do Bairro Manoel Valinhas; e os Srs. Rodrigo Pinto Resende Costa, vice-prefeito de Divinópolis, representando o prefeito desse município; Marquinho Clementino, vice-presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, representando o presidente; Antônio Augusto Melo Marlard, gerente de produção sustentável da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM –, representando a presidente; Francisco Chaves Generoso, coordenador regional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente do Alto São Francisco, representando o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural,



Urbanístico e Habitacional; Wilson Salustiano Pereira, diretor da Cosifer; e Eduardo da Print Jr. e Careca da Água Mineral, vereadores da Câmara Municipal de Divinópolis, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Luzia Ferreira e ao deputado Fabiano Tolentino, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados Sebastião Costa em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação do Parque Nacional do Caparaó; Duarte Bechir em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.687/2013, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizado nos Municípios de Airuoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto; e Célio Moreira em que solicita seja encaminhado ao coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanístico e Habitacional pedido de providências para que seja apurada denúncia do Sr. Luiz Roberto Pereira Barbosa quanto a atividade de caça de animais silvestres na mata e no entorno da usina hidrelétrica Maurício, em Leopoldina, registrada em unidade da Polícia Militar do Meio Ambiente nesse município sob o Boletim de Ocorrência nº M.2805/2013/0000522. A presidência recebe os requerimentos dos deputados Célio Moreira, Fabiano Tolentino, Gustavo Perrella e Rômulo Veneroso em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater o pagamento pela prestação de serviços ambientais aos produtores rurais e agricultores familiares previsto no programa Bolsa Verde; e dos deputados Fabiano Tolentino e Célio Moreira e da deputada Luzia Ferreira (5) em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a instalação, em pontos críticos de Divinópolis, de estações de monitoramento de qualidade do ar, modernas e automáticas, para verificar as emissões de partículas poluentes por siderúrgicas e fundições em funcionamento nesse município; sejam encaminhadas ao coordenador regional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente do Alto São Francisco, ao secretário de Estado de Meio Ambiente, ao prefeito municipal de Divinópolis, à superintendente Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco e ao diretor de Meio Ambiente da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas desta audiência pública; seja encaminhado ao procurador-geral de Justiça pedido de providências para interceder junto às empresas siderúrgicas e fundições do Município de Divinópolis para que custeiem a instalação de estações de monitoramento da qualidade do ar modernas e automáticas, que enviem os dados apurados diretamente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Prefeitura de Divinópolis; seja encaminhado à superintendente Regional de Regularização Ambiental - Supram - do Alto São Francisco pedido de providências para suspender o termo de ajustamento de conduta firmado entre a empresa Cosifer e a Supram, com a consequente paralisação das atividades dessa empresa até o cumprimento das condicionantes ambientais e da legislação ambiental; e sejam encaminhados ao secretário de Estado de Meio Ambiente cópia da denúncia da Sra. Maria Aparecida Borges, apresentada na audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no dia 25/9/2013 e pedido de providências para que envie a esta comissão a) cópia dos documentos mencionados na referida denúncia relativos à existência de poluição sonora e ambiental provocada pela empresa Cosifer no Município de Divinópolis; b) informações sobre o termo de ajustamento de conduta que permitiu a reabertura da empresa e o reinício da emissão de poluentes, em desrespeito à Deliberação Normativa Copam nº 49/2001, especialmente aos arts. 1º e 10, e à Deliberação Normativa nº 187, de 2013; c) resposta a todos os questionamentos contidos na denúncia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2013.

Célio Moreira, presidente – Duarte Bechir – Fred Costa.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/9/2013

Às 18h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Jayro Lessa, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sebastião Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 41/2013 na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, pelo Deputado Zé Maia. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é aprovada a proposta de emenda. É dada nova redação ao parecer. Na fase de discussão do parecer do Projeto de Lei Complementar nº 23/2012, no 1º turno, o relator, deputado Lafayette de Andrada, o retira e apresenta outro parecer, que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, e pela rejeição dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 2, da Comissão de Administração Pública, e das Emendas nºs 1, 4, 7, 13 e 23 a 26, da Comissão de Segurança Pública. Na fase de discussão desse parecer, são apresentadas as Propostas de Emendas nºs 1, do Deputado Jayro Lessa, 2, do Deputado Rogério Correia e 3 a 10, do Deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo as propostas de emenda. O presidente informa que as Propostas de Emenda nºs 1, 2, 8 e 9 já estão contempladas no parecer. Submetidas a votação, são rejeitadas as Propostas de Emendas nºs 3 a 7 e 10. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 2 de outubro de 2013.

Zé Maia, presidente - Celinho do Sinttrocel - Hélio Gomes - Sebastião Costa.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/9/2013

Às 19h45min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Paulo Lamac, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os deputados Alencar da Silveira Jr. e Fred Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a construção do Centro Administrativo do Poder Público Municipal de Belo Horizonte, no Bairro Lagoinha, nesta Capital. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Teresa Vergueiro, líder comunitária do Programa Café com Prosa; Edilene do Socorro Teixeira Rodrigues, representando Humberto Rodrigues, comerciante do Bairro Lagoinha; Maria Aparecida Dantas, vice-presidente da Associação dos Moradores da Lagoinha e Adjacências - Lagoinha Viva; Selma Cândida da Silva, presidente da Arca-Bonfim e os Srs. Pier Giorgio Senesi Filho, secretário adjunto de Gestão Compartilhada, representando Marcio Araujo de Lacerda, prefeito Municipal de Belo Horizonte; Gladstone Elias de Souza, padre da Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Lagoinha; padre Milton Tavares Silva, pároco auxiliar da Paróquia Nossa Senhora da Conceição; Marcelo Álvaro Antônio, vereador de Belo Horizonte; Adriano Ventura, vereador de Belo Horizonte; Iuri Moreira, presidente do Conselho Municipal do Idoso; Leônidas José de Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte; Carlos Alberto Pinheiro de Mendonça Junior, presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial São Cristóvão – IAPI; Oscar Fernandes, presidente da Associação dos Moradores da Lagoinha e Adjacências - Lagoinha Viva; que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2013.

Paulo Lamac, presidente - Carlos Pimenta - Pompílio Canavez.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2013

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Ralph Alves, servidor público efetivo da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, sugerindo inclusão de artigo ao Projeto de Lei nº 4.443/2013 que conceda ao servidor do Cetec a opção do órgão para o qual será transferido. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.527 e 4.531/2013 (deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.526 e 4.533/2013 (deputado Luiz Henrique); 4.528 e 4.532/2013 (deputado Duílio de Castro); 4.535/2013 (deputado André Quintão); e 4.529/2013 (deputado Gustavo Perrella). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 25/2012 e os Projetos de Lei nºs 4.350, 3.008, 3.929 e 3.999 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento, o primeiro, do deputado Luiz Henrique, e os quatro últimos, do deputado André Quintão, aprovados pela comissão. São convertidos em diligência ao Comando Geral da Polícia Militar o Projeto de Lei Complementar nº 36/2013 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); à Seplag e ao autor os Projetos de Lei nºs 4.217/2013 (relator: deputado André Quintão), 4.475/2013 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição) e 4.476/2013 (relator: deputado Luiz Henrique); e à Seplag o Projeto de Lei nº 4.485/2013 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 1.356 e 2.009/2011 e 3.884/2013 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 1.872/2011 e 2.851/2012 (relator: deputado Luiz Henrique). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 3.841/2013 com a Emenda nº 1 (relator: deputado André Quintão); 4.302/2013 (relator: deputado Sebastião Costa); 4.454/2013 (relator: deputado Luiz Henrique); 4.468 e 4.470/2013, este com a Emenda nº 1 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva, o segundo em virtude de redistribuição). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.642/2011 e 3.242/2012, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Luiz Henrique e Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 2.850/2012 (relator: deputado Luiz Henrique); 4.469, 4.482 e 4.486/2013 (relator: deputado André Quintão); 4.478/2013 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.480 e 4.481/2013 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos de pedidos de informações aos



respectivos autores, nos termos do art. 301 do Regimento Interno, dos Projetos de Lei nºs 4.473, 4.477, 4.479 e 4.490/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique - Duílio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Fred Costa (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de e-mail do Sr. Pedro Franzon, enviado por meio do Fale com a Assembleia, em que encaminha a esta comissão reportagem que aponta supostas falhas na Lei Florestal mineira. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 575/2011, no 1º turno, para o qual designou como relator o deputado Duarte Bechir. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.249 e 4.290/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Célio Moreira, Fabiano Tolentino, Gustavo Perrella e Rômulo Veneroso em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater o pagamento pela prestação de serviços ambientais aos produtores rurais e agricultores familiares previsto no programa Bolsa Verde; dos deputados Fabiano Tolentino e Célio Moreira e da deputada Luzia Ferreira (5) em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para instalação, em pontos críticos de Divinópolis, de estações de monitoramento de qualidade do ar, modernas e automáticas, para verificar as emissões de partículas poluentes por siderúrgicas e fundições em funcionamento nesse município; sejam encaminhadas ao coordenador regional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente do Alto São Francisco, ao secretário de Estado de Meio Ambiente, ao prefeito municipal de Divinópolis, à superintendente Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco e ao diretor de Meio Ambiente da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da audiência pública desta comissão realizada em 25/9/2013; seja encaminhado ao procurador-geral de Justiça pedido de providências para interceder junto às empresas siderúrgicas e fundições do Município de Divinópolis para que custeiem a instalação de estações de monitoramento da qualidade do ar modernas e automáticas, que enviem os dados apurados diretamente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Prefeitura Municipal de Divinópolis; seja encaminhado à superintendente Regional de Regularização Ambiental - Supram - do Alto São Francisco pedido de providências para suspender o termo de ajustamento de conduta firmado entre a empresa Cosifer e a Supram, com a conseqüente paralisação das atividades dessa empresa até o cumprimento das condicionantes ambientais e da legislação ambiental; sejam encaminhados ao secretário de Estado de Meio Ambiente cópia da denúncia da Sra. Maria Aparecida Borges, apresentada na audiência pública realizada por esta comissão em 25/9/2013, e pedido de providências para que envie a esta comissão a) cópia dos documentos mencionados na referida denúncia relativos à existência de poluição sonora e ambiental provocada pela empresa Cosifer no Município de Divinópolis; b) informações sobre o termo de ajustamento de conduta que permitiu a reabertura da empresa e o reinício da emissão de poluentes, em desrespeito à Deliberação Normativa Copam nº 49/2001, especialmente aos arts. 1º e 10, e à Deliberação Normativa nº 187, de 2013; c) resposta a todos os questionamentos contidos na denúncia; e do deputado Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão para debater os impactos ambientais decorrentes das atividades da empresa Anglo American em Conceição do Mato Dentro. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Célio Moreira, presidente - Gustavo Córrea - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/10/2013

Às 14h10min, comparece na Câmara Municipal de Caxambu o deputado Sávio Souza Cruz, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Pompílio Canavez. Nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da produção de água mineral na cidade e sua comercialização pela Copasa e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ojandir Ubirajara Belini, prefeito Municipal de Caxambu; Marcos Antônio Leite Halfeld, presidente da Câmara Municipal de Caxambu; Ronaldo Vasconcellos, presidente da Águas Minerais de Minas S.A., representado o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, presidente da Copasa; Eduardo Otávio Moraes Raso, superintendente da Águas Minerais de Minas S.A.; Marcus Nagib Gadbem, ex-prefeito de Caxambu; e Otacilio Ribeiro Rezende, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Águas Minerais de Caxambu, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e logo após passa a palavra aos



convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2013.

Célio Moreira, presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/10/2013

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Celinho do Sinttrocel, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, aprova-a e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o programa de rádio *A Voz do Brasil* e a discutir e votar proposições da Comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Fátima Salume, vereadora da Câmara Municipal de Campo Belo; e os Srs. Wagner Dias Ferreira, advogado e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, representando o seu presidente; Joaquim Wilson Miranda, presidente da Associação Mineira de Imprensa; Agostinho de Rezende Campos, presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão; Beto Almeida, membro da Junta Diretiva da TeleSur e representante do movimento em defesa do programa *A Voz do Brasil*; Edivaldo Amorim Farias, presidente da TV Comunitária de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2013.

Adalclever Lopes, presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/10/2013

Às 14h15min, comparecem na Câmara Municipal de Pedro Leopoldo o deputado Adalclever Lopes, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada. A presidência informa que a reunião se destina a debater a extensão das obras de reforma da MG-424 até o trevo de acesso a Pedro Leopoldo, uma extensão de aproximadamente 2 km, e a debater a solução viária para o entrocamento da MG-424 e da Avenida Camilo Alves, na área urbana. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Eloísa Helena Carvalho de Freitas Pereira, prefeita municipal de Pedro Leopoldo, e os Srs. Marcos Antônio Frade, diretor de infraestrutura do DER-MG, representando os Srs. Carlos Melles, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, e José Elcio Santos Monteze, diretor-geral do DER-MG; Francisco Alberto Moreira Cardoso, gerente de projetos da Diretoria de Projetos do DER-MG; Antônio Divino de Souza, prefeito municipal de Matozinhos; Marco Túlio de Carvalho, representando o Sr. Rodrigo Vilela Mendonça, diretor da Torc Engenharia; e José Maria Soares Santos, presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Adalclever Lopes, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/10/2013

Às 9h12min, comparecem no Plenário os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antônio Carlos Arantes e Paulo Lamac. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o direito à moradia enquanto garantia de direitos humanos, em especial das famílias de baixa renda. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Júnia Márcia Bueno Neves, diretora de Habitação da Urbel, representando o Sr. Márcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte; Cleide Aparecida Nepomuceno, defensora pública do Estado, representando a Sra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral; Marta Alves Larcher, promotora de justiça coordenadora de Habitação e Urbanismo; Nivia Mônica da Silva, promotora de justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário; e os Srs. Genedempsey Bicalho Cruz, presidente da Urbel; Adriano Ventura, vereador em Belo Horizonte; padre Pier Luigi Bernareggi, coordenador da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa da Arquidiocese de Belo Horizonte; Anibal Teixeira de Souza, presidente do



Instituto JK de Estudos Políticos, Sociais e Econômicos; e frei Rodrigo de Castro Amédée Péret, coordenador a Comissão Pastoral da Terra do Triângulo Mineiro, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente e o deputado Paulo Lamac, coautores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. A presidência concede a palavra aos demais deputados presentes e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária a realizar-se no dia 7/10, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Durval Ângelo, presidente – Sargento Rodrigues – Rômulo Viegas.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/10/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.260/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.412/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 41, de 27 de maio de 2013, celebrado pelo Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.413/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 44, de 12 de junho de 2013, celebrado pelo Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.414/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 49/2013, celebrado pelo Confaz em 24 de junho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.456/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 40/2013, celebrado pelo Confaz em 27 de maio de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.457/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 38/2013, celebrado pelo Confaz em 22 de maio de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 51/2013, celebrado pelo Confaz em 8 de julho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 48/2013, celebrado pelo Confaz em 12 de junho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.259/2011, do deputado Leonardo Moreira, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. No decorrer da discussão foi apresentada ao projeto a Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.748/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/1997. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.353/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Fundo Especial do Ministério Público. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.354/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 150, de 17 de dezembro de 2012, celebrado pelo Confaz.

Proseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 23/2012, do governador do Estado, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 a 28, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Justiça, e nº 2, da Comissão de Administração Pública, e das Emendas nºs 1, 4, 7, 13 e 23 a 26, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 41/2013, do governador do Estado, que institui a gratificação de incentivo ao exercício continuado para os policiais civis do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.518, de 6 de dezembro de 2007, no âmbito das repartições públicas estaduais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.879/2013, do Tribunal de Justiça, que cria cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.040/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre o porte de armas de fogo pelo agente de segurança penitenciário de que trata a Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003. A Comissão de Justiça conclui pela



constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.189/2013, do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.214/2013, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2013, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 9/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 777/2011, do deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.698/2013, da Comissão de Participação Popular; 5.699/2013, da Comissão de Participação Popular.

Finalidade: prosseguir o debate sobre a chacina de Felisburgo, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO CPI DA TELEFONIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos a respeito do objeto da comissão.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 9/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.738/2013, do Deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 9/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.455/2012, do deputado Gilberto Abramo.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 4.189/2013, do governador do Estado, e 4.214/2013, do procurador-geral de Justiça.

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 23/2012 e 41/2013, do governador do Estado, Projetos de Lei nºs 3.879/2013, do Tribunal de Justiça, 1.968/2011, do deputado Tiago Ulisses, 2.349/2011, do deputado Sargento Rodrigues, 2.847/2012, do deputado Doutor Wilson Batista, 3.687/2013, do governador do Estado, 3.721/2013, do deputado Leonardo Moreira, 4.428/2013, do governador do Estado, 4.454/2013, do deputado Lafayette de Andrada, e 4.540/2013, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Resolução nºs 4.536 e 4.538/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Requerimentos nºs 5.755/2013, da deputada Liza Prado, e 5.834/2013, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.774/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel; 4.307/2013, do deputado Dilzon Melo; 4.326/2013, do deputado André Quintão; 4.422/2013, do deputado Leonídio Bouças; 4.445/2013, do deputado Carlos Mosconi; 4.450/2013, do deputado Carlos Pimenta; 4.452 e 4.453/2013, do deputado Fabiano Tolentino; e 4.464/2013, da deputada Rosângela Reis.

Finalidade: discutir o quadro da regulamentação dos serviços de mototáxi e motofrete no Estado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 9/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.261 e 4.263/2013, do deputado Adelmo Carneiro Leão; 4.377/2013, do deputado Fred Costa.

Requerimentos nºs 5.687/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; 5.739/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 9/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.298, 4.300 e 4.388/2013, do governador do Estado.

Requerimentos nºs 5.605/2013, do deputado Inácio Franco; 5.610/2013, do deputado Lafayette de Andrada; e 5.708, 5.709, 5.827 e 5.831/2013, do deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 9 de outubro de 2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 4.412/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 41, de 27 de maio de 2013, celebrado pelo Confaz; 4.413/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 44, de 12 de junho de 2013, celebrado pelo Confaz; 4.414/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 49/2013, celebrado pelo Confaz em 24 de junho de 2013; 4.456/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 40/2013, celebrado pelo Confaz em 27 de maio de 2013; 4.457/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 38/2013, celebrado pelo Confaz em 22 de maio de 2013; 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 51/2013, celebrado pelo Confaz em 8 de julho de 2013; 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 48/2013, celebrado pelo Confaz em 12 de junho de 2013; e 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 150, de 17 de dezembro de 2012, celebrado pelo Confaz; dos Projetos de Lei Complementar nºs 23/2012, do governador do Estado, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil; e 41/2013, do governador do Estado, que institui a gratificação de incentivo ao exercício continuado para os policiais civis do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 425/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.518, de 6 de dezembro de 2007, no âmbito das repartições públicas estaduais; 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/1997; 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências; 1.259/2011, do deputado Leonardo Moreira, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição e dá outras providências; 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado; 2.748/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas; 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica; 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica; 3.879/2013, do Tribunal de Justiça, que cria cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário; 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica; 4.040/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre o porte de armas de fogo pelo agente de segurança penitenciário de que trata a Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003; 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica; 4.189/2013, do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso; 4.214/2013, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2013, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado; 4.260/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas; 4.353/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Fundo Especial do Ministério Público; e 4.354/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Ministério Público; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de outubro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2013, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 4.375/2013, do deputado Sargento Rodrigues; de discutir e votar os pareceres para o 1º turno sobre substitutivo apresentado em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 30/2012, do governador do Estado, e sobre o Projeto de Lei nº 3.720/2013, do deputado Ivair Nogueira; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.467/2013, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 5.702, 5.703, 5.711, 5.712, 5.734, 5.735, 5.736/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 5.741, 5.742, 5.743, 5.744, 5.745, 5.746/2013, do deputado Cabo Júlio; 5.747/2013, do deputado Gustavo Corrêa; 5.748, 5.749, 5.750/2013, do deputado Cabo Júlio; 5.751/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 5.752/2013, do deputado Cabo Júlio; 5.758/2013, da Deputada Liza Prado; 5.760, 5.761, 5.762/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 5.828/2013, do deputado Bosco; 5.835, 5.836, 5.838/2013, do deputado Sargento Rodrigues, e de discutir e votar proposições da comissão.



Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.
João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2013, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 37/2013, do governador do Estado, do Projeto de Lei nº 333/2011, do deputado Elismar Prado, do Projeto de Lei nº 3.795/2013, do deputado Paulo Lamac, de votar, em turno único, o Requerimento nº 5.839/2013, da deputada Liza Prado; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.
Gustavo Corrêa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leonídio Bouças, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duílio de Castro, Gustavo Perrella e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.490/2011, do deputado Arlen Santiago, e 3.929/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.513/2011, do deputado Gustavo Valadares, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.
Sebastião Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/10/2013, às 10 horas, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, com a finalidade de ouvir os comitês de bacia, de forma regionalizada, discutir questões relacionadas ao uso da água e à gestão de recursos hídricos, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.
Almir Paraca, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Celinho do Sinttrocel, Juninho Araújo e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/10/2013, às 10 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros, com a finalidade de discutir as condições de funcionamento e as ações do Ministério do Trabalho e Emprego na região de Montes Claros e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2013.
Rosângela Reis, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

“MENSAGEM Nº 540/2013*”

Belo Horizonte, 4 de outubro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

No exercício da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, emendas ao Projeto de Lei nº 4.189, de 2013, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso.

As emendas ora encaminhadas têm como objetivo aprimorar o projeto referido e reafirmar o papel do Conselho Estadual do Idoso na indicação de prioridades em relação a programas e ações de atendimento ao idoso, bem assim no controle do Fundo.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor à elevada análise de seus Nobres Pares as emendas anexas.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

**EMENDA Nº ... AO SUBSTITUTIVO Nº 2 DO PROJETO DE LEI Nº 4.189, DE 2013**

Acrescente onde convier o seguinte artigo ao Projeto de lei nº 4.189, de 2013:

“Art. ... - Cabe ao Conselho Estadual do Idoso o controle do Fundo de que trata esta lei, sem prejuízo daquele exercido pelos demais órgãos de controle interno e externo.”.

Dê-se a seguinte redação aos §§1º, 2º e 3º do art. 8º do Projeto de lei nº 4.189, de 2013:

“Art. 8º - (...)

§ 1º - A gestão de que trata o *caput* será desenvolvida em conjunto com o Conselho Estadual do Idoso, cuja atuação consiste na definição de prioridades, sem prejuízo das competências estabelecidas pela Lei nº 13.076, de 20 de janeiro de 1999.

§ 2º - Não será destinada remuneração à SEDESE em decorrência do exercício das competências de administração do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso.

§ 3º - Será admitida a destinação de recursos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso para despesas com pessoal ou custeio dos órgãos e entidades que atuam como seus administradores, desde que as despesas sejam vinculadas às ações finalísticas de execução de programas e ações sociais por ele beneficiados, nos termos do inciso III do *caput* do art. 5º da Lei Complementar nº 91, de 2006.”.

* - Publicado de acordo com o texto original.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.002/2012**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Lar Espírita Pai Chico de Aruanda, com sede no Município de Uberlândia.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 22/3/2012 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.002/2012 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Lar Espírita Pai Chico de Aruanda, com sede no Município de Uberlândia.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição (com alterações registradas em 25/4/2013 e 13/9/2013), o art. 39 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros, assessores, benfeitores, mantenedores e associados; e o art. 40 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade legalmente constituída e registrada no Conselho Municipal de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.002/2012 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente e relator - Luiz Henrique - André Quintão - Duílio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.599/2012**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a entidade Círculo Operário de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 30/11/2012 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.599/2012 tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade Círculo Operário de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.



Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição (com alterações registradas em 27/8/2013), o art. 44 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade congênere, sediada no Município de Uberlândia e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social; e o art. 42 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.599/2012 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique, relator - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.896/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da deputada Maria Tereza Lara, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Instituto Viver e Crescer, com sede no Município de Betim.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 22/3/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.896/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Viver e Crescer, com sede no Município de Betim.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o § 2º do art. 34 veda a remuneração de seus dirigentes e conselheiros; e o parágrafo único do art. 36 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade congênere, registrada nos Conselhos Nacional ou Municipal de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.896/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - André Quintão, relator - Luiz Henrique - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.119/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Missionária Amigos da Misericórdia de Rio Pardo de Minas, com sede no Município de Rio Pardo de Minas.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 30/5/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.119/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Missionária Amigos da Misericórdia de Rio Pardo de Minas, com sede no Município de Rio Pardo de Minas.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição (com alterações registradas em 29/8/2013), o § 3º do art. 6º veda a remuneração de seus diretores, associados, benfeitores, conselheiros, colaboradores, instituidores ou equivalentes; e o art. 30 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade congênere, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei em análise, apresentamos, no final deste parecer, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º, com a finalidade de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.



Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.119/2013 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Missionária Amigos da Misericórdia – Amam –, com sede no Município de Rio Pardo de Minas.”.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique, relator - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.136/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fábio Cherem, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Perdões e Região – Aapip –, com sede no Município de Perdões.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 4/6/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.136/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Perdões e Região – Aapip –, com sede no Município de Perdões.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição (com alterações registradas em 17/9/2013), o parágrafo único do art. 30 veda a remuneração de seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes; e o § 3º do art. 59 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade congênere, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.136/2013 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Duilio de Castro - Luiz Henrique - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.366/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Rômulo Viegas, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Regional dos Produtores Associados do Campo das Vertentes, com sede no Município de São João del-Rei.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 9/8/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.366/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Regional dos Produtores Associados do Campo das Vertentes, com sede no Município de São João del-Rei.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o parágrafo único do art. 35 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade congênere, com personalidade jurídica; e o art. 37 veda a remuneração de seus diretores e associados.



Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.366/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Luiz Henrique - André Quintão - Duílio de Castro.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.396/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da deputada Ana Maria Resende, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Centro Cultural de Josenópolis, com sede no Município de Josenópolis.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 23/8/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.396/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro Cultural de Josenópolis, com sede no Município de Josenópolis.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 38 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade congênere; e o art. 40 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.396/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique, relator - Duílio de Castro - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.450/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro das Indústrias - ACMBI -, com sede no Município de Bom Sucesso.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.450/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro das Indústrias - ACMBI-, com sede no Município de Bom Sucesso, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover o bem-estar dos moradores dessa localidade, bem como a sua integração.

Com esse propósito, a instituição angaria recursos para atender os moradores mais carentes, busca parcerias com o poder público e privado na realização de obras para melhorias do bairro e fomenta campanhas assistenciais, esportivas, educacionais e de saúde, entre outras.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido em Bom Sucesso pela Associação Comunitária dos Moradores do Bairro das Indústrias, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.450/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Celinho do Sintrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.452/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural de Educação Social e Artística, com sede no Município de Divinópolis.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.452/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural de Educação Social e Artística, com sede no Município de Divinópolis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo apoiar e desenvolver ações e projetos nas áreas social, cultural e artística, com o fim de promover a inclusão social de segmentos da população que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Com esse propósito, a instituição oferta serviços, programas, projetos e benefícios às famílias ou indivíduos no âmbito da proteção social básica, favorece a inclusão de seus assistidos no mercado de trabalho, fomenta a geração de trabalho e renda por meio do fortalecimento da cadeia de produção cultural e incentiva o desenvolvimento social e cultural por meio do empreendedorismo cultural.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Cultural de Educação Social e Artística no Município de Divinópolis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.452/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.492/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Lava-Pés e Medalha Milagrosa, com sede no Município de Bambuí.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 13/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.492/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Lava-Pés e Medalha Milagrosa, com sede no Município de Bambuí.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 14, que as atividades de seus diretores não serão remuneradas; e, no art. 31, parágrafo único, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidades assistenciais.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.492/2013 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Luiz Henrique - Duílio de Castro - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.495/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 530/2013, o governador do Estado enviou a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que tem por objetivo dar denominação à Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, localizada no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Cabe a este órgão colegiado examiná-la preliminarmente quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.495/2013 tem por escopo dar a denominação de Academia de Polícia Militar do Prado Mineiro – APM – à Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, a que se refere o inciso I do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 20.010, de 5 de janeiro de 2012, localizada no Município de Belo Horizonte.



Cabe ressaltar que a Lei nº 20.010, de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, estabelece, em seu art. 2º, que o sistema de ensino dessa corporação, que tem por finalidade capacitar os militares para o adequado exercício de suas atribuições, é integrado pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e pelos Colégios Tiradentes da Polícia Militar. Ainda, em seu art. 5º, fixa que a Academia destina-se à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização dos quadros de oficiais, sargentos e subtenentes da PMMG.

No que se refere à competência normativa, as matérias que só podem ser reguladas pela União, de interesse nacional, estão elencadas no art. 22 da Constituição da República. As que cabem ao município, por sua vez, estão previstas no art. 30, que lhe assegura a prerrogativa de editar normas sobre assuntos de interesse local e complementar as legislações federal e estadual para atender às suas peculiaridades. No que diz respeito ao estado membro, a regra básica está consagrada no § 1º do art. 25, que lhe faculta tratar das matérias que não se enquadram no campo privativo da União ou do município.

À luz dos dispositivos mencionados, a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte do estado membro.

No uso dessa prerrogativa, foi editada a Lei nº 13.408, de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. Em seu art. 2º, essa norma determina que a escolha, no caso de homenagem, deve recair em nome de pessoa falecida que se tenha destacado por notórias qualidades e relevantes serviços prestados à coletividade, evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

A denominação solicitada pela Polícia Militar tem por finalidade conservar o vínculo entre a instituição e o Bairro do Prado, em razão da identidade histórica e cultural que liga ambos.

Cabe ressaltar, por fim, que o art. 66 da Constituição do Estado não inseriu o assunto no domínio da iniciativa reservada à Mesa da Assembleia ou aos titulares do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, sendo pertinente a apresentação do projeto pelo chefe do Poder Executivo, a quem cabe a organização da Polícia Militar.

Conclusão

Em vista do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.495/2013 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente e relator - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão - Luiz Henrique.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.497/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Cedro, com sede no Município de Ponte Nova.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.497/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Cedro, com sede no Município de Ponte Nova.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 10, § 1º, que as atividades de seus dirigentes, conselheiros e associados não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem; e, no art. 34, § 1º, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, sede no Município de Ponte Nova e registro no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.497/2013 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente e relator - Luiz Henrique - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.502/2013**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas Verdes, com sede no Município de Conceição do Rio Verde.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.502/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas Verdes, com sede no Município de Conceição do Rio Verde.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, nos arts. 4º e 17, parágrafo único, que as atividades de seus dirigentes não serão remuneradas; e, no art. 19, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênera de fins não econômicos.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.502/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique, relator - Duílio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.509/2013**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro JK – ACBJK –, com sede no Município de Guarda-Mor.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.509/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro JK – ACBJK –, com sede no Município de Guarda-Mor.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 28, que as atividades de seus diretores, conselheiros e associados não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem; e, no art. 32, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênera com personalidade jurídica.

Por fim, apresentamos, na parte conclusiva deste parecer, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º do projeto, para adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.509/2013 com a Emenda nº 1, redigida a seguir:

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro JK de Guarda-Mor – ACBJK –, com sede no Município de Guarda-Mor.”

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique, relator - Duílio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.511/2013**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Paulo Lamac, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Condutores Auxiliares de Táxi - Acat -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.511/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Condutores Auxiliares de Táxi - Acat -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 14, parágrafo único, que seus dirigentes e conselheiros não serão remunerados; e, no art. 20, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade filantrópica sediada no Município de Belo Horizonte.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.511/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - André Quintão, relator - Luiz Henrique - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.512/2013**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto - Feop -, com sede no Município de Ouro Preto.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.512/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto - Feop -, com sede no Município de Ouro Preto.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 31, que, na hipótese de sua extinção, o patrimônio remanescente será destinado à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; e, no art. 36, que seus dirigentes não serão remunerados.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.512/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - André Quintão, relator - Luiz Henrique - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.513/2013**Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Neilando Pimenta, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Divisa Máster, com sede no Município de Divisa Alegre.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude.



Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.513/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Divisa Máster, com sede no Município de Divisa Alegre.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 22, que as atividades de seus diretores e conselheiros não serão remuneradas; e, no parágrafo único do art. 27, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica e registro nos órgãos públicos competentes.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.513/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Duilio de Castro, relator - Luiz Henrique - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.522/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Marques Abreu, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Instituto Noisinho da Silva, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 20/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.522/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Instituto Noisinho da Silva, com sede no Município de Belo Horizonte.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que no estatuto constitutivo da instituição o § 2º do art. 15 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores, doadores ou equivalentes; e o art. 33 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, sem fins lucrativos, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.522/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente e relator - Luiz Henrique - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.524/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação do Assentamento da Fazenda Paulista - AAFP -, com sede no Município de Pompéu.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 20/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.524/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação do Assentamento da Fazenda Paulista - AAFP -, com sede no Município de Pompéu.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 23 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o parágrafo único do art. 25 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere legalmente constituída.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.524/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Duilio de Castro, relator - Luiz Henrique - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.528/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Orquidófila de Bambuí, com sede no Município de Bambuí.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 21/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.528/2013 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Orquidófila de Bambuí, com sede no Município de Bambuí.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 43, que as atividades de seus diretores, conselheiros, membros de comissões e associados não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem; e, no art. 50, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade filantrópica sediada no Município de Bambuí.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.528/2013 na forma apresentada. Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Duilio de Castro, relator - Luiz Henrique - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4.536/2013

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o projeto de resolução em epígrafe ratifica regime especial de tributação concedido ao setor fabricante de equipamentos de proteção individual, inclusive calçados de segurança, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 26/9/2013, foi a proposição encaminhada a esta comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame tem como objetivo ratificar regimes especiais de tributação em matéria do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - concedidos ao contribuinte mineiro da indústria de equipamentos de proteção individual, inclusive calçados de segurança, signatário de protocolo de intenções com o Estado, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975. Esses regimes foram comunicados pelo governador do Estado, por meio da Mensagem nº 511/2013, publicada no *Diário do Legislativo* em 30/8/2013. A mensagem encaminhou exposição de motivos, elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEF -, com o intuito de demonstrar a necessidade da adoção de medidas de fomento e de proteção do setor, sujeito a sofrer impactos negativos em decorrência de políticas econômicas instituídas por outros estados da Federação, relativamente ao ICMS.

A concessão dos regimes especiais fundamenta-se no art. 32-F da Lei nº 6.763, de 1975, que autoriza o Poder Executivo a conceder ao contribuinte que promova operação de venda de mercadoria com carga tributária superior à devida na saída imediatamente subsequente com a mesma mercadoria sistema de compensação tributária que anule a distorção financeira concorrencial provocada pelo estorno de crédito na aquisição dessa mercadoria. O mesmo artigo também autoriza a concessão, ao contribuinte distribuidor que



promova operação subsequente com mercadorias destinadas a outros contribuintes, de sistema de compensação que reduza ou neutralize a carga tributária na distribuição dessas mercadorias.

Conforme a exposição de motivos da SEF, os regimes foram precedidos da assinatura de protocolo de intenções, por meio do qual as indústrias de equipamentos de proteção individual, inclusive calçados de segurança, se comprometeram a investir no Estado aproximadamente R\$1.500.000,00 e a gerar 130 empregos diretos e 30 empregos indiretos. Em contrapartida, por meio do regime especial, foi concedido a essas empresas crédito presumido, resultando em carga tributária efetiva de 3%, relativa ao ICMS devido nas vendas dos produtos industrializados relacionados no protocolo de intenções.

Salienta-se que, nos termos do disposto no art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, nas hipóteses dos arts. 32-A a 32-I da mesma lei, caso o regulamento preveja a concessão do benefício por meio de regime especial, este deverá ser ratificado pela Assembleia Legislativa, na forma e nos prazos previstos nos parágrafos do art. 225 da citada lei. O art. 225, por sua vez, faculta ao Poder Executivo a adoção de medidas necessárias à proteção da economia do Estado, caso outra unidade da Federação conceda benefício ou incentivo fiscal ou financeiro-fiscal não previstos em lei complementar ou convênio celebrado nos termos da legislação específica. O § 1º desse artigo determina que o expediente com exposição de motivos para adoção de medida que incida sobre setor econômico deve ser enviado à Assembleia Legislativa pela SEF. Conforme o disposto no § 2º do mesmo artigo, essa medida deve ser ratificada por esta Casa no prazo de 90 dias, por meio de resolução. Nos termos do § 6º do mencionado dispositivo, cabe à SEF, ainda, o envio trimestral à Assembleia da relação das medidas adotadas e dos contribuintes sobre os quais elas incidiram. Em cumprimento a esse dispositivo, foi enviada pela SEF a esta comissão relação trimestral das medidas de proteção da economia, referente ao 1º trimestre de 2013, em que constam regimes especiais concedidos a empresas do setor.

Somos, portanto, favoráveis às medidas de proteção e de fomento à indústria de equipamentos de proteção individual, inclusive calçados de segurança, mantendo o posicionamento anteriormente declarado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4.536/2013, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Lafayette de Andrada, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4.538/2013

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o projeto de resolução em epígrafe ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de fabricação de equipamentos de proteção individual, inclusive calçados de segurança, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 26/9/2013, foi a proposição encaminhada a esta comissão para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18, combinada com o art. 103 do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame tem o objetivo de ratificar a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do setor de fabricação de equipamentos de proteção individual, inclusive calçados de segurança, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, em virtude de benefícios ou incentivos fiscais ou financeiro-fiscais concedidos por outros estados, conforme exposição de motivos da Secretaria de Estado de Fazenda, encaminhada por meio da Mensagem nº 509/2013, publicada no *Diário do Legislativo* em 30/8/2013.

Conforme o disposto no art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, é facultado ao Poder Executivo a adoção de medidas necessárias à proteção da economia do Estado, caso outra unidade da Federação conceda benefício ou incentivo fiscal ou financeiro-fiscal não previstos em lei complementar ou convênio celebrado nos termos da legislação específica. O § 1º desse artigo determina que o expediente com exposição de motivos para adoção de medida que incida sobre setor econômico deve ser enviado à Assembleia Legislativa pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEF. Essa medida, conforme o disposto no § 2º do referido artigo, deve ser ratificada por esta Casa no prazo de 90 dias, por meio de resolução. Nos termos do § 6º do mesmo dispositivo, cabe à SEF, ainda, o envio trimestral à Assembleia da relação das medidas adotadas e dos contribuintes sobre os quais elas incidiram.

Encaminhada para atender ao disposto no artigo acima referido, a exposição de motivos da SEF justifica a citada concessão do regime especial à indústria de equipamentos de proteção individual, inclusive calçados de segurança, pela concessão irregular de benefícios fiscais, principalmente crédito presumido do imposto, efetuada pelos Estados de Tocantins e Rondônia, por meio das Leis nºs 1.201, de 29 de dezembro de 2000, e 1.473, de 13 de maio de 2005, respectivamente.

O referido benefício, segundo a exposição de motivos, afronta o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, uma vez que foi concedido sem a aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz. A exposição de motivos chama atenção para o fato de que a norma constitucional visa à harmonia entre os entes federados ao evitar a chamada "guerra fiscal".

A exposição de motivos alega que a concessão unilateral de benefícios fiscais em matéria do ICMS, por determinada unidade federativa, torna as condições de concorrência dos contribuintes lá situados melhores do que as dos contribuintes localizados em outras unidades da Federação, já que provoca redução nos preços das mercadorias. Com isso, as empresas beneficiadas passam a vender mais tanto em seu território quanto no de nosso Estado, dificultando as vendas dos produtos mineiros.



Com o intuito de neutralizar os efeitos econômicos e sociais negativos da competição desleal, segundo a exposição, o governo estadual concedeu, por meio de regimes especiais de tributação, crédito presumido de forma que, nas vendas dos produtos industrializados no Estado, a carga tributária efetiva seja de 3%. Também foi concedido crédito presumido nas vendas de mercadorias importadas diretamente pelo estabelecimento e nas vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de contribuintes estabelecidos em outras unidades da Federação. Nesse caso, em operações interestaduais destinadas a contribuintes sujeitas à alíquota de 4%, o crédito presumido é de 2,5% sobre o valor da operação. Já em operações internas destinadas a contribuintes, o crédito presumido é de 5% sobre o valor da operação, para as mercadorias tributadas pela alíquota de 25%; e de 4% sobre o valor da operação, para as demais mercadorias tributadas com alíquotas inferiores a 25%.

Conforme pronunciamento anterior, consideramos necessárias as medidas de proteção do setor de equipamentos de proteção individual, inclusive calçados de segurança, tomadas pelo Poder Executivo. Cabe informar que regimes especiais concedidos às empresas do setor constam da relação trimestral das medidas de proteção da economia, referente ao 1º trimestre de 2013, enviada pela SEF a esta comissão, cumprindo ao disposto no § 6º do art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4.538/2013, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Lafayette de Andrada, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.496/2013

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 532/2013, o governador do Estado encaminhou a esta Assembleia o Projeto de Lei nº 4.496/2013, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Monte Belo o imóvel que especifica.

A proposição foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/9/2013 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a este órgão colegiado o examine preliminar da matéria, quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.496/2013 tem por escopo autorizar o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Monte Belo o imóvel constituído por uma área de 133,90m², situado na Rua VII de Maio, nº 588, Centro, nesse município, registrado sob o nº 2.227, a fls.1 do Livro 2, no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Muzambinho.

Esse bem foi doado ao Estado pelo Município de Monte Belo, em 1978, para ser utilizado, exclusivamente, como residência de juízes de direito ou promotores dessa localidade. Apesar disso, nunca foi utilizado pelo Estado e, atualmente, destina-se ao funcionamento do Conselho Tutelar da municipalidade.

É importante observar que, no registro do imóvel, não está estabelecida a reversão do bem ao patrimônio do doador no caso de descumprimento da obrigação estabelecida. Em decorrência disso, a transferência de titularidade do imóvel para o Município de Monte Belo deve ser efetivada por meio de doação, e não de reversão.

Para a adequação necessária do texto nesse sentido, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, que acrescenta à proposição cláusulas de destinação do bem, em atendimento ao interesse da comunidade; de sua reversão ao patrimônio do doador se, no prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, for desvirtuada sua utilização; de perda do direito de registrar o bem se, findo igual prazo, não for efetivada sua transferência; e de fixação da obrigação do donatário de comprovar o uso do imóvel conforme o previsto nessa autorização.

Cabe ressaltar, por fim, que a autorização legislativa para a alienação de patrimônio público é exigência do art. 18 da Constituição Mineira e, no plano infraconstitucional, do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Conclui-se que o projeto de lei em análise, na forma do Substitutivo nº 1, atende aos requisitos previstos na legislação vigente para a transferência de domínio de bens públicos e pode tramitar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.496/2013 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Belo o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Belo imóvel com área de 133,90 m² (cento e trinta e três vírgula noventa metros quadrados), situado na Rua VII de Maio, nº 588, Centro, no Município de Monte Belo, registrado sob o nº 2.227, a fls. 1 Livro 2, no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Muzambinho.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao funcionamento do Conselho Tutelar daquela municipalidade.



Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, for desvirtuada sua utilização prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – A autorização de que trata esta lei tornar-se-á sem efeito se, findo o prazo estabelecido no art. 2º, o Município de Monte Belo não houver procedido ao registro do imóvel.

Art. 4º – O Município de Monte Belo encaminhará à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, documento que comprove a destinação do imóvel prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - André Quintão, relator - Luiz Henrique - Duilio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos proferidos em 2/10/2013

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Quero cumprimentar os policiais civis de Minas Gerais que se encontram nas galerias acompanhando a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 23. Obviamente, Sr. Presidente, eles esperam que cheguemos a um consenso.

Pedi que pegassem o Projeto de Lei Complementar nº 23, que já está com três volumes de pareceres das Comissões de Justiça, de Administração Pública, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira. Estamos nos debruçando sobre esse projeto, que recebeu várias emendas do governador, depois retiradas. Ou seja, estamos tentando buscar o melhor texto para que o projeto atenda os companheiros da Polícia Civil. Queremos buscar o melhor, de forma sincera e cristalina. Queremos principalmente alertar os companheiros da Polícia Civil sobre as armadilhas que inicialmente foram colocadas no projeto, fazendo com que direitos já consagrados na Lei nº 5.406, de 1969, que trata da Lei Orgânica da Polícia Civil, fossem retirados. Essa lei também foi aperfeiçoada pela Lei Complementar nº 84, de 2005. À época, a relatoria do Projeto de Lei nº 58, que antecedeu a lei, coube a este deputado, na Comissão de Administração Pública.

Sr. Presidente, esse é um projeto de suma importância. Queremos que ele se aproxime ao máximo do que os companheiros da Polícia Civil têm solicitado ao Parlamento, especialmente ao governador do Estado. É o governador que encaminha o projeto a esta Casa e, muitas vezes, também substitutivos e emendas que, se os deputados não tomarem cuidado, pelo fato de virem do governador são imediatamente aceitos e passam a integrar o projeto sem que se meçam as consequências.

Não sei se nosso companheiro Dr. Marco Antônio Chedid, Presidente do Sindep, se encontra nas galerias...

Está doente de tanto lutar pela aprovação do projeto de lei complementar. Na última audiência realizada na Comissão de Fiscalização Financeira, talvez o Dr. Chedid tenha-me interpretado mal. Ele me disse: “Deputado, o senhor tem de tomar certo cuidado para não acirrar mais os ânimos da base da Polícia Civil com os delegados de polícia”. Quero dizer ao Dr. Chedid, e faço isso publicamente, que ele tem meu respeito, minha admiração. Não só ele como também o Dr. Edson Pereira, que também esteve à frente do sindicato. Mas uma parcela da polícia não pensa como ele, que valoriza e respeita seus companheiros da base, ainda que sejam de outras carreiras que compõem as carreiras da Polícia Civil: escrivães, peritos, médicos-legistas e investigadores.

Infelizmente, parece que o grupo de novatos ficou querendo trapacear e passar a perna na base da Polícia Civil. O nosso objetivo não é promover discórdia, ao contrário, é unificar. Na reunião realizada no Salão Nobre, com a presença de todas as entidades de classe da Polícia Civil, fiz questão de alertar os delegados: “Vocês precisam do investigador, do escrivão, do perito e do médico-legista, assim como eles precisam de vocês.” A Polícia Civil é uma corporação que comporta todos, não apenas delegados, investigadores, escrivães, peritos ou médicos-legistas. A sua engrenagem só funciona bem como polícia judiciária, para corresponder aos anseios da sociedade, se todos trabalharem em conjunto. Antes que alguém diga algo, é importante falar também dos servidores administrativos, que têm papel fundamental e cujo trabalho muitas vezes não é visto. Eles ficam ali como se fossem invisíveis, trabalhando como formiguinhas e ajudando os demais servidores.

Gostaria que o Dr. Chedid estivesse presente para dizer-lhe que o nosso posicionamento não é o de pregar a desunião. Mais que nunca, a Polícia Civil precisa estar muito unida na defesa de seus interesses no que diz respeito ao PLC nº 23. Fizemos o possível. Quero que os companheiros saibam que não trabalhamos com a hipótese de fazer jogo para a plateia. Uma lei que muda toda a estrutura da Polícia Civil deve ser tratada com seriedade, e não com jogada para a plateia, como alguns fazem às vezes. Isso é muito mais sério. Estamos mexendo na carreira dos policiais, na promoção, na expectativa e na esperança de alguns permanecerem na ativa. Eles querem continuar contribuindo com a corporação e melhorando a sua ascensão na carreira, podendo contar com uma aposentadoria mais digna. Da forma como isso ocorre hoje, esses servidores têm prejuízo. É por isso que quando fomos relator, na Comissão de Administração Pública, do PLC nº 23, que reorganiza toda a carreira dos policiais civis de Minas Gerais, tivemos zelo ao alterar artigos, mudar parágrafos, incisos ou alíneas, de mostrar aos companheiros que determinado ponto era prejudicial. Devemos retirar a remissão que o governo faz a todo momento na forma de regulamento ou de resolução, porque já conheço, estou calejado com resoluções e portarias que o comando da Polícia Militar adota às vezes para que, depois, a cúpula decida sobre direitos que já foram consagrados a outros servidores.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar claro que estamos acompanhando o caso e não ficamos a todo momento fazendo jogo para a plateia, porque esse não é o propósito. Quem quer ajudar com seriedade se debruça sobre o projeto, esquecendo-se de jogar para a plateia. Ouí do Denilson e do Toninho, Antônio Márcio Pereira, conhecido por mim antes de ser deputado, quando ainda trabalhava



na atividade policial, que nem tudo o que reluz é ouro. Muitas vezes, vemos as pessoas fazendo jogo para a plateia, mas, no fundo, talvez queiram tirar apenas dividendos. Não é esse o nosso propósito. O que procuramos é estudar o PLC e apontar as suas falhas.

Quero cumprimentar o governador, pois tomei conhecimento de que ele retirou a emenda que tratava de subsídios. Isso não é o que a base da Polícia Civil deseja. Deputado Lafayette, V. Exa. esteve lá, segurou o tranco, tomou pressão, mas teve coragem de dizer: “Não devemos.”

Imaginem, teríamos os delegados recebendo através de subsídio e o restante de toda a Polícia Civil recebendo através do vencimento básico, com sua remuneração e vantagens individuais. Isso iria acabar de matar a Polícia Civil. Ai, sim, iríamos aumentar o fosso que está separando delegados do restante da base, e não é esse o propósito. Eu disse ao Dr. Chedid: “Dr. Chedid, investigador, escrivão, perito e médico-legista têm de ser chamado de *longa manus*. São pessoas que, no seu conjunto da obra, contribuem para o produto final produzido pela Polícia Civil, especialmente o inquérito policial e o cumprimento do mandado de prisão, ou seja, as funções pertinentes e específicas da polícia judiciária em Minas Gerais.

Então, era isso que eu queria repassar ao Dr. Marco Antônio Chedid, um grande companheiro, um delegado respeitado, que quebrou pedra durante muito tempo na atividade, na ponta da linha. E aqui eu falo especialmente para o Sindpol: não são aqueles que chegaram ontem, que ainda não vivenciaram a polícia na sua essência, não conhecem e não quebraram pedras, ou melhor, como alguns falam, não conhecem o chão de fábrica e ficam querendo, por debaixo, por detrás das cortinas, tentar chegar e enfiar emenda no projeto, desestabilizando toda uma tramitação, todo o empenho que os companheiros da Polícia Civil vinham fazendo para buscar o melhor texto.

Eu iria até falar inicialmente do projeto do Tribunal de Justiça que tramita aqui - temos uma emenda nele - para extinguir o Tribunal de Justiça Militar e aplicar melhor o dinheiro do Estado. Mas resolvi priorizar e dar ênfase ao PLC nº 23, deputado Lafayette de Andrada, pois precisamos corrigir algumas questões que ainda não foram corrigidas. O texto precisa e deve ser aperfeiçoado.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Caro deputado Sargento Rodrigues, primeiramente quero agradecer a V. Exa. a oportunidade em que me dá uns minutos do seu tempo de discussão e agradecer também porque V. Exa. teve uma participação muito importante ao longo desse processo de construção do PLC nº 23.

Quero dar o meu testemunho do seu esforço, como também do esforço do deputado Cabo Júlio, do deputado João Leite, do deputado Durval Ângelo e do deputado Gustavo Corrêa, da Comissão de Administração Pública, que foram fundamentais para a construção desse projeto. Apenas quero fazer a seguinte consideração: estamos com um projeto de lei que não é a perfeição e nem o melhor dos mundos, mas é um projeto de lei que traz grandes benefícios como um todo para a Polícia Civil. Temos de reconhecer que há um caminho longo a percorrer, mas também temos de ter maturidade de reconhecer que um longo caminho também foi percorrido.

Portanto, meu caro deputado Sargento Rodrigues, apenas quero dizer neste momento que sua participação foi importante, como também a participação das entidades representativas nesse processo foram fundamentais. O texto construído - e foi até onde poderíamos chegar - teve na sua espinha dorsal o atendimento dos anseios trazidos pelas entidades. Temos de fazer esse registro, as entidades participaram, reivindicaram, trouxeram ideias, suas propostas e lutaram por elas. Isso é fundamental no processo democrático. Chegamos a esse texto porque o PLC nº 23 trata da estrutura da Polícia Civil, não é um plano de cargos e salários. Compreendemos que algumas categorias e que alguns policiais desejavam que nesse projeto inseríssemos tabela de vencimento, tabela de salário, aumento de vencimento, o que seria muito bom - e é o que todos desejávamos. Mas não é esse o escopo do projeto, e sim a organização da Polícia Civil. Nesse sentido, posso dizer com muita tranquilidade que temos um projeto moderno que fortalece a Polícia Civil e que valoriza os policiais. Eram essas as palavras que eu queria dizer. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço a V. Exa. Deputado Lafayette de Andrada, V. Exa. será muito importante. Quando da tramitação na primeira comissão, alertei alguns companheiros da Polícia Civil de que esse projeto era de quórum qualificado, que era um projeto de lei complementar e precisava do voto favorável de 39 deputados no Plenário. Não é como o projeto de lei ordinária, que é aprovado por maioria simples, ou seja, com 39 deputados em Plenário. É um projeto que precisa de quórum qualificado. Então, é necessário continuarmos.

Das 28 emendas que apresentei na Comissão de Segurança Pública, 20 foram encampadas na Comissão de Fiscalização. Mas ainda há uma preocupação quanto à proposta trazida por entidades da Polícia Civil, que precisa ser aperfeiçoada em 1º turno ou em 2º turno.

O deputado João Leite (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, serei rápido, até para que V. Exa. possa encerrar. Quero saudá-lo e saudar o deputado Lafayette de Andrada, relator. V. Exa. foi relator na Comissão de Segurança Pública e teve cuidado. Ainda falta 1 minuto, Sr. Presidente.

O presidente - V. Exa. pode usar até 2 minutos.

O deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* - V. Exa. tem prestígio, deputado João Leite. Ele não deixa outro, não.

O deputado João Leite (em aparte) - Tenho prestígio com o deputado Hely Tarquínio.

Queria também saudar todas as lideranças e todos os policiais que estão aqui, nesta tarde, os nossos líderes, que trabalharam tanto. Creio que ocorreu uma vitória de todos. Há 44 anos não se mexe na lei da Polícia Civil. Não podemos perder essa oportunidade. Creio que nossos líderes estão sabendo disso. Sabemos que não sairá um documento perfeito, mas sairá o melhor possível.

Quero parabenizar o deputado Sargento Rodrigues, que é sempre muito sério, muito atento a essa questão e conhecedor também do assunto; e o deputado Lafayette de Andrada, que teve o cuidado de conversar com todos os segmentos. Creio que os policiais que aqui se encontram devem estar aqui permanentemente mesmo para garantir as conquistas, que são grandes. Precisamos continuar. Não é possível perder tudo o que foi feito até agora, toda conversa que tivemos. É preciso aproveitar este momento.

Muito obrigado, deputados Sargento Rodrigues e Hely Tarquínio.

Posso ter mais tempo? Vou me entusiasmar. Tenho a satisfação de ver uma legislação sendo construída dessa maneira, com a participação de todos e entendendo que nem tudo é possível. Mas a verdade é que estamos avançando. Muito obrigado e parabéns.



O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço ao deputado João Leite, presidente, que me confiou a relatoria do projeto da Comissão de Segurança Pública, um projeto complexo. Os companheiros da Polícia Civil também precisam saber disso, porque muitas vezes a entidade de classe faz o melhor possível, e um companheiro diz, lá na ponta: “Vocês não conseguiram”. Aí o presidente, o vice-presidente e os diretores das entidades de classe são trucidados, porque não conseguiram tudo o que queriam.

Eu, ao longo desses 14 anos e meio de mandato exercido nesta Casa, consegui enxergar e aprender que é preferível avançar dois, três pontos, e, no próximo, tombar de novo. É preferível avançar um pouco a não avançar nada. Já travei aqui batalhas gigantescas, lutas intensas em que consegui avançar um pouco. Depois percebi que aquele pouco, num segundo momento, foi muito importante.

Há avanços no critério de promoção, que já está consolidado, há avanços no PLC nº 41 do abono permanência. Os companheiros, às vezes, ficam meio em dúvida, porque não completaram 30 anos de polícia. Têm 25 anos e mais 5 anos fora, portanto têm tempo para aposentadoria voluntária, mas desejam ficar. O abono permanência representará um terço a mais no salário, e eles ainda poderão progredir na carreira e sair com a promoção imediata. O abono permanência traz é isso. Às vezes, há a seguinte dúvida: “Será que fico ou não?” Devem ficar os que querem progredir. Muitas vezes o companheiro aposenta e vai ficar à toa em casa, ou aposenta e vai morrer de pegar bico. Então, é preferível ficar, conseguir a promoção e sair com a promoção imediata. É para isso que serve o abono permanência.

Em relação ao PLC 23 e aos pontos avançados até aqui, devemos consolidá-los em 1º turno e buscar melhoria no 2º turno. Agora, se as entidades de classe que estão aqui representando toda a Polícia Civil não conseguirem avançar num todo, é bom que os companheiros estejam na ponta do Estado. Ouçam: ninguém consegue tudo. Não serão os presidentes os grandes heróis a conseguirem tudo, porque nem o próprio deputado aqui dentro consegue tudo. Às vezes o deputado quer aprovar o projeto de um jeito, mas, quando chega à comissão, outro deputado o altera, o governo impõe outra condição, aí ele consegue ceder de um lado e ceder do outro. Então, não é o presidente da entidade de classe que pode ficar com esse peso no ombro, porque não resolveu tudo. É necessário dos companheiros que estão acompanhando - e precisam acompanhar - a participação, o exercício da democracia de vir, de participar, de cobrar, de pressionar. Isso é importante para que o projeto continue avançando e outros pontos sejam incorporados aos pontos desejados por toda a Polícia Civil.

Quero, presidente, finalizar a minha fala dizendo o seguinte: queremos a união da Polícia Civil, porque não há Polícia Civil sem delegado, sem investigador, sem escrivão, sem perito, sem médico-legista. É preciso que todos estejam unidos. Que esse projeto sirva de exemplo para que, em outras circunstâncias, haja mais união interna na defesa do que é de interesse. E que a cúpula da Polícia Civil aprenda de uma vez por todas: não adianta querer enfiar goela abaixo da base, porque a base tem de ser respeitada, porque quem vai carregar a Polícia Civil lá na ponta da linha é quem faz ela acontecer. Não é quem fica atrás da mesa que exercita o poder de polícia. O poder de polícia é exercido por aqueles que estão na rua, cumprindo diligência, prendendo bandido, subindo morro, trocando tiro com bandido. É esse que faz a Polícia Civil, de fato, acontecer. Então, nenhuma decisão que vá ser tomada pela base, mas que vá mexer em toda a estrutura da carreira, do desenvolvimento da carreira e de benefícios, pode ser tomada pela cúpula da instituição sem que se ouça seu sindicato, suas associações, mas que essa forma de ouvir seja democrática, para que se chegue ao consenso. Não é pedir ao governo que mande emendas para o projeto sem sequer dar confiança e ouvir os companheiros.

Fiquem firmes, fiquem na luta, permaneçam unidos na luta porque vamos aprovar esse projeto e vamos conseguir conquistas para a Polícia Civil.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar todos os nossos companheiros, amigas e amigos da Polícia Civil de Minas Gerais, na pessoa do meu companheiro Emerson, do Sindpol do Norte de Minas.

Vou ser breve. Manifesto também nosso apoio à luta de vocês. O governo precisa sair dessa lenga-lenga. Não estamos discutindo aqui apenas a questão salarial dos servidores. Estamos discutindo nesta Casa o resgate da Polícia Civil de Minas Gerais, que foi destruída nos últimos 10 anos por este governo.

Todos nós sabemos da real situação da segurança pública em Minas Gerais. Não se pode falar, discutir segurança pública sem antes resolver essa questão: resgatar a Polícia Civil e dar a ela condições de trabalho. Quem conhece este Estado... Falo com propriedade porque conheço as deficiências da segurança pública no Norte do Estado, a real situação das delegacias de polícia, o sucateamento, a falta de servidores, a falta de uma carreira progressiva. Enfim, está faltando tudo quando se fala em Polícia Civil. Não vamos resolver o problema da segurança pública em Minas Gerais sem antes resolver essa questão. Por isso expresso o nosso apoio, o apoio da nossa bancada à luta de vocês.

Mas quero também, nesta tarde, trazer alguns assuntos importantes. Quero fazer uma cobrança ao governador Anastasia, ao secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais e à Secretaria de Meio Ambiente em razão do calote que o Estado vem dando nos produtores rurais do Norte de Minas. E não é só do Norte de Minas, esse calote deve acontecer no Estado inteiro. Presidente, estou falando da minha região porque fui procurado por centenas de produtores rurais do Norte de Minas que estão se sentindo enganados pela Secretaria de Meio Ambiente, que lançou esse programa.

O governo foi para a televisão e gastou milhões em propaganda para anunciar o Bolsa Verde. Houve uma adesão maciça a esse programa no Norte de Minas. As pessoas assinaram convênio com o Estado, fizeram de suas propriedades reservas legais e gastaram para fazer isso. O Estado fez muita propaganda do Bolsa Verde, lançado em 2010. Nesse ano pagou a primeira parcela para um pequeno grupo de produtores e fez com que em 2011 e 2012 a adesão aumentasse. As pessoas gastaram, aderiram ao programa do governo do Estado, deixaram de produzir, transformaram suas propriedades em reserva legal, e há dois anos o governo simplesmente não paga aos produtores, que colocaram suas propriedades à disposição do Bolsa Verde.

Indago ao secretário de Meio Ambiente e ao governador Anastasia para onde está indo o dinheiro que deveria ser usado para pagar aos produtores que aderiram a esse programa. Com certeza não é por falta de dinheiro, pois no Fhidro, fundo que foi criado visando à proteção das bacias hidrográficas de Minas Gerais, conforme último balanço, apresentado há algum tempo nesta Casa, havia mais de R\$500.000.000,00 de saldo. Por que não pagam aos produtores? Por que não aprovam os projetos que estão há anos na fila e têm em



vista a recuperação das bacias hidrográficas do Norte do Estado? Na hora de arrecadar, o Estado é ágil. O Estado não tem paciência com ninguém. Na hora de multar, de perseguir produtor rural e caminhoneiro, o Estado é ágil. Na hora de cobrar as multas, o Estado é ágil, mas na hora cumprir com sua parte, ele se esquece de sua responsabilidade com a região.

O Norte de Minas Gerais vem sendo penalizado duplamente por esse governo. Primeiro, porque ele implantou lá a indústria da multa, tão denunciada nesta Casa. Até CPI já instalamos, quando derrubamos o presidente do IEF há uns dois, três anos e quando caiu também o ex-secretário de Meio Ambiente, que praticava uma política abusiva de perseguição aos agricultores do Norte de Minas, aos assentados da reforma agrária e aos integrantes do Projeto Jaíba.

Nossa região está engessada e, como não podiam mais fazer nada, os produtores, sem conseguirem licença, sem conseguirem fazer suas plantações, resolveram jogar a toalha e aderir ao programa do governo, o Bolsa Verde. Eles transformaram suas propriedades em reserva legal, a pedido do governo, que prometeu pagar uma quantia por ano.

Isso tem dois anos, e nada até agora. Mais um calote deste governo para o Norte de Minas. Por isso venho aqui cobrar do governo do Estado que dê uma resposta clara do porquê de não estar pagando aos produtores que aderiram ao programa Bolsa Verde. Mais do que isso, está nas mãos do governador, para ser sancionado, o novo código florestal de Minas Gerais. Nesse código florestal está a Emenda nº 24, de minha autoria, que redistribui o ICMS Ecológico em Minas, mais um absurdo que se comete contra nossa região. A região que mais preservou, que tem 56% de cobertura vegetal, a Amazônia de Minas, o pulmão do Estado, não recebia praticamente nada do ICMS Ecológico. Quem recebe ICMS Ecológico em Minas Gerais são os grandes poluidores, os ricos - Betim, Contagem, Uberlândia, Uberaba, Ipatinga -, e não recebia praticamente nada a região que está proibida de fazer qualquer tipo de investimento, porque o secretário à época, José Carlos Carvalho, fez um estudo que transformou a nossa mata seca em mata atlântica, apesar de estarmos a mais de 1.000km do mar. Com essa medida, ele conseguiu parar até o Projeto Jaíba, o maior projeto de irrigação da América Latina, em que o governo investiu mais de R\$2.000.000.000,00. Metade do projeto está parada, porque não se conseguem as licenças ambientais.

Então, digo: aprovamos o novo código florestal e a Emenda nº 24, que redistribui o ICMS Ecológico de forma mais justa. Os municípios que têm mata seca poderão triplicar a arrecadação de ICMS no quesito ICMS Ecológico. Por isso venho, desta tribuna, pedir ao governador Anastasia que sancione também, junto com o código, a nossa Emenda nº 24. Essa emenda garantirá justiça para o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, parte do Mucuri, que têm suas matas preservadas, mas não recebem absolutamente nada por isso. Essa é a forma de fazer justiça aqui no Estado: mexendo na redistribuição do ICMS Ecológico, com uma emenda já aprovada por unanimidade nesta Casa. Por isso venho, mais uma vez, apelar ao governador Anastasia para que não ceda às pressões de um grupo minoritário que está advogando pela derrubada da nossa emenda, que melhora a arrecadação dos municípios mais pobres do Estado. Espero que o governador não entre na conversa desse pequeno grupo e sancione o código florestal, juntamente com a nossa Emenda nº 24, que melhorará a arrecadação de todos os municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha que possuem mata seca.

Voltamos à questão da segurança pública, não é, Emerson? Iniciei falando sobre a segurança pública, mas eu tinha esse assunto a ser tratado, muito importante para nossa região. No entanto, antes de encerrar meu tempo, volto a esse tema tão determinante para nosso Estado. Sabemos, e já falei no início, das condições em que a Polícia Civil se encontra hoje, totalmente sucateada em todos os sentidos. Em Januária, por exemplo, uma delegacia regional cuida de 17 municípios da região, sendo um dos maiores municípios em extensão territorial do Estado, com quase 10.000km². A maioria das cidades da região faz divisa com o Estado da Bahia e até com o Estado de Goiás. Há sete anos a regional de lá não recebe nem sequer uma viatura, e patrulha rural é coisa que já não existe na Polícia Civil da região.

A questão da segurança virou um caos completo na falta de estrutura dentro das delegacias. Há delegacia em que falta até papel higiênico, como denunciou o companheiro Emerson na audiência pública que realizamos em Rio Pardo de Minas, onde, por sinal, até hoje o caso da Emily não foi solucionado.

Estão vendo? Estou falando do Norte, e as pessoas estão dizendo que no Sul também está assim; no Triângulo também está assim; na Zona da Mata também está assim; no Jequitinhonha também está assim. Isso mostra o total sucateamento que o governo do Estado impôs à Polícia Civil. E aí o Estado ainda vai à televisão gastar milhões e milhões com propaganda, para dizer que agora há delegado em todas as cidades, o que é uma mentira. Não há delegado em todas as comarcas, há comarcas sem delegado.

Faltam investigadores, faltam peritos. Como diz o ditado popular no interior: “Está uma fartura”, porque “farta” tudo no governo do Estado no quesito de segurança pública.

Quero dizer ao governador que resolva de vez essa questão para que a gente possa avançar, para que a gente possa atender aos anseios dessa categoria tão importante, para que essas pessoas voltem a ter entusiasmo com o trabalho. Ninguém se entusiasma para trabalhar de graça e, mais do que isso, trabalhar sem condição alguma, que é a situação em que vivem hoje as delegacias pelo Estado afora.

Então, governador, está na hora de acabar com a propaganda enganosa do “choque de enganação”. É choque de gestão para lá, “choque de enganação” para cá, e a situação do Estado é isso, e a Polícia Civil nessa situação. A educação, nem se fala. Vamos novamente ter greve dos professores porque o Estado também não cumpre o piso nacional.

Eles pegaram, 10 anos atrás, este Estado com uma dívida de R\$14.000.000.000,00 e vão entregá-lo com uma dívida de quase R\$100.000.000.000,00. Esse é o vergonhoso choque de gestão que Aécio Neves implantou em Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Continuemos firmes no apoio e na luta dos nossos companheiros da Polícia Civil.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputadas e deputados. Nesta tarde, quero mais uma vez externar algumas preocupações no âmbito do municipalismo, mas pela experiência política que temos. Precisamos ter muita cautela em fazer afirmações contra governantes, seja de que partido forem. Já fui prefeito há muitos anos, fui co-reitor de universidade, fui presidente da Câmara, tive oportunidade de lidar com muito dinheiro público e, graças a Deus, não tenho nenhuma condenação nem processo. Entendo que todo homem público que se dispõe a exercer algum cargo, seja de prefeito, seja de governador, seja até mesmo



de presidente da República, enfim, ninguém no mundo vai se eleger com intenção de prejudicar servidor público. Sou servidor público federal há muitos anos, da Universidade Federal de São João del-Rei e não acredito que alguém que seja eleito prefeito tenha o objetivo de prejudicar os funcionários da prefeitura, nem como governador nem como presidente.

As dificuldades vão continuar esbarrando sempre na problemática do modelo de distribuição de recursos que temos instalado há vários anos no Brasil. Não adianta continuar com essa arrecadação tributária altíssima concentrada no governo central da ordem de 70%, repassando apenas 30% para os estados e municípios gerenciarem as questões públicas e todos os seus segmentos sociais, como educação e saúde.

É muito interessante quando se está na oposição ao governo do estado, é fácil apontar os defeitos e dizer que os servidores devem ser mais bem pagos; quando se está na oposição ao governo federal, o discurso é o mesmo, de se pagar melhor ao servidor federal. Mas o problema é um só: essa concentração de recursos na União. Se repassarem mais recurso para os estados e os municípios, tenho certeza de que vão melhorar os salários dos servidores públicos municipais e estaduais e o atendimento de segurança pública, saúde e educação.

Enfim, é muito interessante. Aqui, somos situação do governo do Estado, e os deputados da oposição que defendem, com razão, os servidores públicos do Estado, terão aplauso. Em Brasília, quando a discussão é para pagar melhor aos servidores públicos federais, acontece a mesma coisa. Então, meu raciocínio é sempre como municipalista, e o que se precisa fazer é uma nova redistribuição dos recursos públicos.

O deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, deputado Rômulo Viegas. V. Exa. aborda o ponto principal. Seria muito bom e um direito se Minas Gerais tivesse mais recurso, se o dinheiro que arrecadasse de impostos permanecesse no Estado ao invés de ir para Brasília. Imaginem que hoje o governo federal gasta com os servidores apenas 30%, enquanto o governo de Minas gasta cerca de 50% e tem pouca margem de aumentar. Mas, mesmo assim, o governo federal impõe a Minas Gerais e aos outros estados guardar os presos. As polícias civis e militares têm de combater o tráfico de drogas e o contrabando de armas, que é um crime federal e deveria ser combatido pelas Polícias Federal e Rodoviária Federal. Deveríamos ter em Minas Gerais um presídio federal, mas não temos.

É muito fácil fazer um discurso como esse: "Tem de pagar melhor!" Mas por que o governo federal não transfere o recurso para os estados? Em Mato Grosso do Sul, a reclamação era esta: o governo tem 15 mil presos bolivianos e paraguaios que entram no Brasil por tráfico de drogas, e é o governo do Mato Grosso do Sul que tem de pagar tudo, até aos policiais civis e militares. O governo do Paraná criou um batalhão de fronteira porque o governo federal não cuida das fronteiras. Por que a Polícia Civil daqui tem de enfrentar traficante de drogas e contrabandistas de armas? Porque as fronteiras não estão guardadas. Está pesando tudo sobre os estados. É muito fácil conseguir aplausos aqui, mas quero, como V. Exa. abordou, a coisa séria, os números, a verdade.

Eu mostrei aqui o que é o Estado. Fui, por quatro anos, líder da oposição nesta Casa, junto ao deputado Hely Tarquínio. Durante quatro anos do governo do PMDB e do PT, eu era líder da oposição. Vi meus pais receberem na sétima chamada. Ninguém me contou não, eu vi a dificuldade deles para sobreviver. Já idosos, tomavam remédios. Agora vêm dizer que choque de gestão é enganação. O problema foi a dívida que ficou. Estão aqui na Casa ainda os líderes daquele governo. Estão aqui aqueles líderes.

É importante dizer isso. Quero ouvi-lo mais, pois V. Exa. está expondo tudo de maneira correta. Onde estão os policiais rodoviários federais? Onde está a estrutura? Por que tudo está caindo no colo da Polícia Civil e da Polícia Militar?

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Rômulo Viegas, senhores deputados, saúdo a Polícia Civil e todos que estão participando, direta ou indiretamente, desta reunião.

Deputado Rômulo Viegas, ao participarmos dos trabalhos da Casa, ouvimos atentamente tudo aquilo que é dito, tudo que aqui é discutido. Muitas vezes o subconsciente fica nos atçando para nos manifestarmos diante de algumas situações, que, se não forem rebatidas, serão aceitas como verdadeiras.

Estamos aqui recebendo servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Vou me reportar ao mês de dezembro de 2002, quando houve um esforço tremendo para que o então presidente Fernando Henrique Cardoso pagasse ao governo de Minas, do nosso ex-governador Itamar Franco, o que Minas havia gasto com as BRs, a título de indenização por recapeamento e melhoria das rodovias federais no Estado. Quando esse dinheiro aqui chegou, deputado Rômulo Viegas, ele foi utilizado imediatamente para o pagamento do 13º salário dos servidores do Estado de Minas Gerais. Era o ano de 2002 e o mês de dezembro, fim do mandato daquele governo.

Entrou um governo novo naquele momento. O retrato, tirado em 31 de dezembro, mostrava o que o Estado arrecadava e gastava aqui. Era preciso haver gasto adequado com aquilo considerado despesas normais e corte das que precisavam ser cortadas, além de ser necessário fazer crescer a receita. Era preciso dar ao Estado um oxigênio novo; era preciso oferecer uma nova dinâmica aos mineiros - obras e serviços. O Estado precisava continuar crescendo e equilibrando suas finanças.

Daí surgiu, deputado Rômulo Viegas, o choque de gestão, que realmente deu a Minas Gerais as inúmeras obras que o Estado possui hoje. Pergunto a V. Exa.: O Estado de Minas está completo? Está pronto? Não está. Qual estado do Brasil está pronto hoje? Os avanços obtidos em Minas Gerais ocorreram, deputado Rômulo Viegas e Srs. Deputados, por meio do choque de gestão.

Isso incomoda algumas pessoas e alguns setores políticos que não aceitam essa realidade. O Brasil inteiro reconhece os avanços ocorridos em Minas. A administração séria de Minas se deve à implementação do choque de gestão. A oposição e alguns setores não admitem isso. Por quê? Porque sabem que isso tem de ser dito, tem de ser sempre lembrado. Eles dizem não conhecer. O pior cego, deputado Rômulo Viegas, como se diz em minha região, Campo Belo, é aquele que não quer enxergar. Esse é o pior dos cegos.

Eu disse aqui, não sei se fui ouvido por todos, que temos problemas. Não afirmei que tudo está uma maravilha. Falei também que queria ser ouvido. Eu disse que o Estado de Minas, de 2003 para cá, é outro. A responsabilidade e as ações do governo são outras.

Ao terminar minhas palavras, quero dizer a V. Exa., a toda Minas Gerais, aos telespectadores da TV Assembleia e aos membros desta Casa que, com certeza, Minas Gerais é outra hoje, graças à atuação dos governos recentes e do choque de gestão. Muito obrigado.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte) - Deputado Rômulo Viegas, agradeço-lhe a oportunidade.



Falarei apenas o tempo a mim reservado, Sr. Presidente. Respeito todas as manifestações por melhorias. Na Comissão de Fiscalização Financeira, participei de toda a luta da Polícia Civil. Fui procurado por diversos líderes do segmento e, na ocasião, posicionei-me quanto ao possível a ser feito e aos pleitos que tinham de ser respeitados, principalmente quando se trabalha com a carreira de uma pessoa, com sua vida, com seu salário. Temos de ter grande responsabilidade e seriedade na questão.

Então, em primeiro lugar, ressalto que sou membro da base do governo, mas acredito que temos de identificar, mesmo sendo do governo, os problemas para tentar melhorar. Não podemos tapar o sol com a peneira, nem quando é bom, nem quando é ruim. Temos de ter na vida coerência com o que falamos e escutamos. Ouvi um deputado que me antecedeu há pouco cometer uma aberração histórica aqui, neste Plenário. Deputado Rômulo Viegas, esse deputado disse que o governo do Itamar Franco era um governo tucano. O PSDB fazia oposição nesta Casa. O governo era do PMDB, com o apoio do PT. O líder do governo era do PMDB, e o vice-líder, do PT. Temos de ter coerência com o que é dito. Querer negar a história é das piores coisas do mundo para se construir o futuro.

Tenho enorme respeito pela memória do ex-presidente Itamar Franco. Para mim, ele foi um homem de bem, um homem público honesto, probo, honrado. Não consigo entender um deputado dizer que aquele governo era tucano. O PSDB fazia oposição àquele governo. Repito, o governo era do PMDB com o PT na base. Temos de ter coerência nesta Casa porque o ministério da propaganda enganosa tem feito muito mal ao Brasil. A mentira é dita e repetida várias vezes, até que vira verdade. Até o que fizeram de ruim no passado querem colocar no colo de outras pessoas; até o que deixaram de fazer no passado querem reputar a outras pessoas. Precisamos ter coerência.

Só um dado: o governo de Minas investe 13% do seu orçamento em segurança pública; o governo federal investe 0,4%. Não estou falando 4%, falo 0,4%. Não há explicação para essa questão. Eles preferem atacar e até desprezitar a memória de quem já se foi, sem assumir o que fizeram no passado e sem prestar contas do que não estão fazendo no presente. Muito obrigado, deputado.

O Deputado Rômulo Viegas* - Agradeço ao Deputado João Vítor Xavier. Minhas palavras também seguem esse raciocínio. O governo anterior a 2003 era composto pelo PMDB e PT, não se pode apagar a história. Houve erros e acertos, como no nosso há erros e acertos. Mas a nossa lógica vai no sentido de melhorar a distribuição de recursos. Todos se inteiram pela televisão de que em vários estados há greves de professores e policiais, porque há necessidade de recursos. Quando se alega a disponibilidade de caixa por parte do governo federal, nessa arrecadação predatória de mais de R\$1.000.000.000,00, é para que governadores e prefeitos tenham condições de remunerar melhor os servidores. Mas, para que isso seja feito, há necessidade de receita; para isso, há necessidade de se melhorar a legislação.

Então, quero que vocês que nos acompanham pensem bem nisso. Acredito que o próximo governo tem de repensar a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, parlamentares, companheiros da Polícia Civil, é um prazer estar novamente com vocês, que estão dando uma aula de civismo no nosso estado e lutando por seus direitos. Quero resgatar o motivo da nossa reunião e da presença dos policiais. Não tentamos desviar o assunto. Esse argumento é bom, mas não resolve o problema. Vamos encará-lo de frente.

Em nome do passado, faço uma saudação ao querido governador e ex-presidente Itamar Franco, que teve muito valor. Se como governador ele não foi capaz de resolver os problemas públicos, pelo menos tratou os servidores com respeito. Não me lembro da Polícia Civil ficar em greve como agora, desde junho, e seus servidores acampados desde agosto, para fazer uma lei orgânica, e o Itamar Franco fingir que nada acontecia. Nunca ocorreu algo assim. Pode ser comum o governo não ter recurso, mas é sua obrigação tratar com respeito os servidores. A polícia está de greve há quantos dias? Há 111 dias. Há quanto tempo os policiais estão acampados na Assembleia Legislativa? Desde o dia 6 de agosto. Ora, o governo tem obrigação de negociar e tratar os servidores públicos com o respeito que merecem. Isso precisa ser dito aqui. Deixar esses servidores sem concurso? Estão faltando escrivães. Deixá-los sem lei orgânica, que foi prometida há muito tempo? Deixar as professoras acampadas ao relento em frente à casa do governador e proibir a imprensa de divulgar esse fato para que o senador não seja exposto nacionalmente pela aberração do choque de gestão? Isso não é política. Desviar o assunto, como se segurança pública não fosse responsabilidade do governador Anastasia, e dizer que esse problema é do governo federal não resolve. A segurança pública é, sim, um problema especial do governo do Estado relativamente a salário e lei orgânica. A Dilma precisará vir aqui para resolver a lei orgânica da Polícia Civil?

O governo deve se situar, então. Se Anastasia precisa que a presidenta Dilma venha aqui para resolver lei orgânica da Polícia Civil, para que governador no Estado de Minas Gerais? Peça para sair, nem falta fará.

Não é verdade que os índices de Minas Gerais sejam bons. Realmente, não são, pessoal. Não adianta. Eles só são bons nas propagandas da televisão. Parece que alguns deputados não enxergam a realidade. Isso não é possível. A Polícia Civil está em péssimas condições, assim como as prefeituras, a Emater, as escolas. Somente o governo de Minas é que faz propaganda para que quem não o conhece ou seja de outro estado ache que a situação está boa aqui. Essa propaganda só serve para isso, pois não engana mais ninguém. Vocês conhecem alguma professora feliz da vida na escola que saia abraçando os atores globais?

Eu não conheço. Outro dia perguntei a elas se conheciam policial civil satisfeito da vida, recebendo bem, e a resposta também foi negativa.

Não entendo como podem querer desviar um assunto em vez de tratar dele. É por isso que o Estado de Minas Gerais está dessa forma, com servidores acampados em frente à casa do governador e à Assembleia Legislativa. Na semana que vem, servidores públicos de todo o Estado virão à Assembleia Legislativa porque a Dra. Renata Vilhena anunciou reajuste zero mais uma vez.

Não adianta dizer que o reajuste é zero e que a culpa é da presidenta Dilma. O problema é de Minas Gerais. O governo do Estado tem de assumir os seus problemas e não tentar escondê-los. Essa é a questão.

Minas Gerais é o 22º Estado em Produto Interno Bruto. Portanto, um dos piores PIBs do Brasil está em Minas Gerais, porque o Estado virou exportador de minério e café. Baixou o preço das *commodities* de minério e café, por isso Minas vai para o buraco. Ai



não tem mais PIB da China, choque de gestão, déficit zero! É mentira. Cai Minas Gerais, e o castelo de areia tucano se desmancha, como o governo está se desmanchando. Esse é o problema do Estado de Minas Gerais. Não adianta jogar a culpa nos outros.

O Lula pegou o Brasil arrasado, e todos sabem disso. Fernando Henrique deixou o País endividado com o Fundo Monetário Internacional. O Brasil devia a todos, não tinha política pública, as estradas estavam acabando. Vocês se lembram do apagão? O Lula pegou o País arrasado, mas se ele ficasse jogando a culpa nos Estados Unidos e no FMI, se não trabalhasse, não teríamos começado a resolver os problemas do Brasil. O Lula arregaçou as mangas e foi trabalhar.

Agora, os tucanos dizem: “A culpa não é nossa. A culpa é dos outros”. Assim, o Estado vai se desmilinguindo, vai se acabando, que é o que está acontecendo com Minas Gerais. E ainda há pessoas com coragem de falar de Itamar Franco. Perto de Azeredo, Aécio e Anastasia, Itamar Franco era rei. Itamar não deixou venderem Furnas, Itamar não deixou entregarem a Cemig, Itamar pagou 15 décimos terceiros salários em um ano, por que o Azeredo deixou atrasado. Lembram-se disso? Azeredo não tinha dinheiro para pagar o décimo terceiro. O deputado João Leite falou de prestação atrasada. Azeredo pagava uma prestação no dia 1º, no dia 5, ou no dia 7 e a outra era no dia 30. Atrasava o pagamento e assim ia. Itamar teve de resolver isso com as dificuldades do governo federal, que era o governo neoliberal de Fernando Henrique. Azeredo vendeu tudo. Ele vendeu o Bemge e o Credireal, entregou a Cemig e deixou o Estado falido.

Deixem-me dar um outro dado a vocês: o Brasil diminuiu a desigualdade de renda - isso é um dado; Minas Gerais aumentou a desigualdade. Aumentou a desigualdade social em Minas, São Paulo e Paraná. Não é implicância com os tucanos, mas será coincidência? É uma política pública dos tucanos desvalorizar o serviço público e achar que o mercado resolve. Não resolve. O Estado tem de colocar para funcionar a economia e também os seus deveres sociais. Segurança pública está na Constituição, é obrigação do Estado. Não adianta dizer que o Estado não tem responsabilidade nisso.

A lei orgânica da Polícia Civil não é problema da Dilma. Ela pode até ajudar, mas esse é um problema do Anastasia. É ele que tem de resolver esses problemas da lei orgânica, aliás, estão aqui os policiais. Não é possível que ficaremos até o final do ano olhando esses policiais ali nas barracas e fingindo não vê-los. Ora, é preciso que os deputados do PSDB pressionem o governo para resolver isso. Realmente nos irrita essa política do PSDB de fingir que o problema não é dele. Esse problema aqui da lei orgânica é do governo, é o governo do Estado que tem de resolver.

O deputado Tadeu Martins Leite (em aparte)* - Claro. Preciso apenas de 1 a 2 minutos, presidente.

Caro deputado Rogério Correia, quero lhe parabenizar e corroborar o seu discurso. Acredito que, em algum outro momento, possamos fazer a análise de governos passados. Não adianta agora falar do Azeredo e do Itamar, por mais que eu ache que o Itamar tenha sido extremamente inteligente e bom para o funcionalismo. Tanto é assim, que - discordando do que falaram aqui neste Plenário - o PSDB era oposição a Itamar, mas reconheceu o bom trabalho que ele fez quando o apoiou para senador nas eleições. Então, eles reconhecem isso também, pelo que estou percebendo aqui. Mas não adianta discutirmos governos passados. Sabemos que o problema agora é do atual governador Anastasia. Isso é igual àquela música que diz “cada um no seu quadrado”. Neste momento, o quadrado está para o governador atual, o Anastasia, resolver, ou pelo menos tentar amenizar o problema da Polícia Civil, que é um problema grave aqui em Minas Gerais.

Não adianta ouvir aqui várias pessoas dizerem que temos poucos problemas ou quase nenhum na Polícia Civil em Minas Gerais. Será que não temos? Se não tivéssemos, eles não estariam há 107 dias acampados na porta da Assembleia, reivindicando o mínimo de direitos que têm. Se não tivéssemos problemas, deputado Cabo Júlio, nós, quando rodamos pelo interior de Minas, não veríamos, por exemplo, a situação que vi em Mirabela: a própria população retirando dinheiro do bolso para construir uma delegacia para a Polícia Civil, porque a delegacia de lá estava caindo aos pedaços. Se não tivéssemos problemas, não estaríamos vendo aqui tantos delegados chegar às comarcas, mas sem nenhum tipo de estrutura para fazer um trabalho necessário para a população, correndo risco de vida.

Esse discurso aqui agora dos governos passados pode, em algum momento, ser analisado, sim. Mas neste momento devemos parar de discutir os governos passados, mas pelo menos tentar amenizar o problema das guerreiras e dos guerreiros que estão neste Plenário hoje.

O deputado Rogério Correia - Muito obrigado, deputado Tadeu Martins Leite.

Concederei aparte ao deputado Cabo Júlio, mas quero apenas dizer que, se o choque de gestão fosse bom, não estaria todo o mundo contra ele e Minas Gerais não estaria em situação financeira de quebradeira como está. Hoje o pessoal da Cidade Administrativa me procurou e disse que até papel higiênico está faltando lá. Como esse choque de gestão pode ter sido tão bom?

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Serei breve, até porque desci do meu gabinete para fazer um reparo. Acho que para políticos brasileiros falarem do Itamar Franco precisam lavar a boca com muito sabão. Não quero entrar no mérito da discussão, mas da memória do governador Itamar. Eu, 187 pessoas e três policiais civis fomos expulsos da polícia. Sabe por que voltamos? Porque o Itamar teve coragem de nos fazer voltar contra tudo e contra todos. Eu, particularmente - e não estou falando como o deputado Cabo Júlio, mas como o policial Cabo Júlio -, sou grato.

O deputado Rogério Correia* - E tive a honra de votar favoravelmente, junto com os deputados do Itamar Franco.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - V. Exa. esteve conosco. O presidente Itamar Franco era uma pessoa séria, decente, honesta. Façam a guerra que quiserem, mas respeitem a memória de um dos maiores homens que Minas Gerais já teve, que foi o presidente Itamar Franco.

O deputado Rogério Correia* - Obrigado, deputado Cabo Júlio. E tive a honra de ser vice-líder do governador Itamar Franco aqui. Ele convidou todo o mundo para ir a Furnas, para não deixar o Fernando Henrique vendê-la para o FMI, como o Aécio entregou o Mineirão, doou o Mineirão. O Itamar não deixou doar Furnas, foi lá, colocou a Polícia Militar e disse: “Aqui não, se mexerem em Furnas vou destruir esse dique e vai sair água por São Paulo afora”. Aí o Fernando Henrique ficou com medo. Fui lá com Itamar na época. Ele não deixou colocarem a mão em Furnas. Agora, nesse governo entreguista do PSDB, o Mineirão é doado, tudo é doado, a Vale do Rio Doce foi doada, iriam doar a Petrobras, o Banco do Brasil, doaram a Cemig, que o Itamar precisou resgatar. Memória é coisa boa para guardarmos mesmo, para vermos o que foi um e o que foi outro.



Mas queria apenas dizer, para terminar, que apresentei, a pedido do Sindpol, 26 emendas, que estão assinadas por mim, mas são do Bloco Minas sem Censura. Foram consultadas nossas lideranças, os deputados Paulo Guedes, que é o líder da Minoria, e Sávio Souza Cruz, líder do bloco. As 26 emendas que estão apresentadas à lei orgânica são para forçar o entendimento mais uma vez. Não dá para votarmos um projeto de lei aqui se não há consenso. Isso foi feito “na marra” e na força contra os professores, não resolveu o problema. As professoras continuam insatisfeitas e retomarão, em pouco tempo, uma greve maior do que a última que fizeram, de 112 dias, porque impuseram a elas o tal subsídio. Então, aprendam, fiquem atentos, enquanto não for aprovado o projeto de lei, não se desmobilizem.

As professoras confiaram na palavra do governador Anastasia e do secretário Danilo de Castro e terminaram a greve diante do compromisso de que não haveria subsídio e sim piso salarial. Até hoje elas amargam esse subsídio, pois foi o fim da carreira do magistério. Acabaram com a carreira das professoras. Esse projeto foi aprovado aqui pela Maioria, que é do governo. Esse é um grande problema, é um drama vivido pelas professoras. Elas ensinam isso a vocês: fiquem mobilizados, esperem a lei orgânica ser aprovada, não se desmobilizem, não saiam daqui enquanto a lei orgânica não for aprovada, verifiquem direitinho o que está na lei, pois se virarem as costas, sabe-se lá o que acontecerá nesta Casa, com esse governo.

Quero terminar dizendo o seguinte: o choque de gestão é uma política, é um pensamento. Ele equivale ao pensamento neoliberal - que aliás está dando errado na Europa, com crise, desemprego e miséria - das elites que querem lucro, do chamado capitalismo, do capital. Esse neoliberalismo, expressão mundial da exploração, acha que estado não serve para nada, e portanto é preciso acabar com o papel do estado naquilo que ele é essencial. Por isso, eles atacam tanto o servidor público. O problema é que quem sofre com isso é exatamente quem precisa do serviço público. Assim, a educação pública, a saúde pública e a segurança pública vão, cada vez mais, tendo seu papel diminuído com a diminuição do estado. Não queremos que esse modelo retorne ao Brasil. Infelizmente, não conseguimos tirar esse modelo de Minas Gerais e de São Paulo. São estados onde, ao contrário do Brasil, a desigualdade social vem aumentando. A desigualdade social diminuiu em todo o Brasil, mas, nos estados governados pelo PSDB, ela continua existindo por causa do famigerado choque de gestão, que, tomara, nunca mais volte ao nosso País. Parabéns pela luta de vocês.

* - Sem revisão do orador.

68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos proferidos em 3/10/2013

O deputado André Quintão* - Presidente, deputado Ivair Nogueira, senhores deputados, senhoras deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, faço questão de ocupar esta tribuna, nesta semana, em função de uma data muito importante, que significa uma página muito relevante para a democracia brasileira. Refiro-me aos 25 anos da nossa Constituição Federal, a Constituição Cidadã de 1988. A Constituição Federal, que completa 25 anos, significou a materialização jurídica, legal e política da transição do regime civil-militar para o regime democrático. No próximo ano, com a triste lembrança de 50 anos do golpe civil-militar, estaremos também relembando as lutas, as conquistas e toda mobilização da sociedade brasileira para por fim à ditadura militar.

A Constituição de 1988 foi o marco institucional que possibilitou toda a arquitetura das políticas públicas hoje em vigor no País, as nossas inovações democráticas e essa página nova, que estamos construindo em nosso país. A Constituição de 1988 apontou para a construção de um estado de bem-estar social. Não foi a Constituição dos sonhos. Quem é daquela época se lembra da constituição de um bloco político, denominado Centrão, que era responsável por inibir as conquistas sociais. Fato é que a sociedade brasileira se mobilizou, apresentou propostas de emenda popular e pressionou.

O Brasil “enfervencia”. O novo sindicalismo, as comunidades eclesiais de base, o pluripartidarismo, o movimento estudantil, os intelectuais de esquerda, os movimentos do campo e da cidade, os trabalhadores rurais, todos se mobilizaram para termos uma Carta Magna à altura do sentimento do povo brasileiro.

A Constituição trouxe inovações fundamentais. Descentralizou as políticas públicas, e os municípios adquiriram maior autonomia na coordenação das políticas públicas com a previsão de terem suas constituições municipais, as chamadas leis orgânicas, e os seus planos diretores, para organizarem a vida urbana de um país que se adensava e criava regiões metropolitanas.

Essa Constituição trouxe para as políticas públicas o conceito da universalização, que é muito importante. Até aquele momento, o Brasil tinha políticas públicas contributivas. Cito o exemplo da saúde. Recebia atendimento de saúde quem pagava o INPS. Os mais antigos que aqui nos acompanham vão se lembrar disso. Tinha-se o desconto de 10% na folha de pagamento e recebia a carteirinha do INPS para ser atendido na saúde. Era só apresentar a carteirinha do INPS. Quem não contribuía era o chamado indigente. A saúde abriu as portas para a universalização com o atendimento do Sistema Único de Saúde a quem precisasse ser atendido.

No âmbito da assistência social, os arts. 203 e 204 da Constituição colocaram a assistência como política de direitos. A assistência saiu do patamar da filantropia, do assistencialismo, para o direito reclamável. Os direitos geracionais estão no art. 230, que estabelece o direito ao amparo ao idoso, e no art. 227, que rompe com a concepção menorista na visão da criança e do adolescente e a traduz no conceito de política de proteção integral. Um artigo da Constituição trouxe a obrigatoriedade de renda à pessoa idosa e à pessoa com deficiência que não tenha condições de cuidar da sua própria subsistência.

Portanto, a Constituição inovou a ampliar, alargar o campo dos direitos sociais. Descentralizou e universalizou direitos. Talvez uma das inovações mais importantes já esteja consagrada no parágrafo único do art. 1º. Ele aponta, com muita clareza, a combinação da democracia representativa, essa em que elegemos governadores, prefeitos e senadores, com a democracia direta, participativa. A Constituição já diz, no seu art. 1º, que o poder será exercido pelo povo, por meio de representantes eleitos ou diretamente. No discorrer da Constituição, são apontados mecanismos muito objetivos, como plebiscitos, referendos e iniciativa popular de projetos de lei. Ela também induz à participação da população na formulação de políticas públicas que hoje se materializam nos chamados conselhos de direitos, alguns deliberativos, como é o caso das áreas da saúde, da criança e da assistência social.



Portanto, ao completarmos 25 anos da nossa Constituição Federal, temos de reconhecer que ela é a arquitetura das políticas públicas hoje em vigor no Brasil. Mas também temos consciência de que muitos dos seus dispositivos, dos seus princípios, dos seus objetivos e das suas diretrizes ainda não foram plenamente assumidos pelo poder público, ou no plural, pelos poderes públicos no nosso país.

A criança ainda não é integralmente protegida, o idoso ainda não é integralmente amparado, a nossa democracia ainda precisa, com muito vigor, de uma reforma política que diminua a influência do poder econômico sobre os processos de representação nos parlamentos. Precisamos ainda expandir os mecanismos de participação direta adequados às novas realidades tecnológicas; precisamos de mais consultas virtuais para instruir melhor o processo de tomada de decisão.

A Prefeitura de Belo Horizonte quer agora privatizar o Mercado Distrital de Santa Teresa, transferindo-o para a Fiemg, quando a comunidade quer que esse seja um espaço destinado à cultura, à gastronomia, às melhores vocações da cidade. A Constituição precisa aproximar-se das regiões mais distantes. Alguns direitos fundamentais consagrados em lei ainda não estão devidamente atendidos. Posso mencionar o direito à água para consumo humano nas regiões mais distantes, no semiárido mineiro.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, temos de reconhecer o esforço dos constituintes, principalmente daqueles que tiveram nota 10, que representaram a transformação democrática, que enfrentaram o Centrão, uma hegemonia conservadora que quis frear os avanços sociais. Com justiça, devemos fazer reverência ao Dr. Ulysses Guimarães, do antigo MDB, que foi o grande condutor desse processo. Hoje, passados 25 anos, sabemos que muitas das conquistas atuais decorrem desse esforço. Quero registrar, com muita satisfação, que a minha militância política e estudantil ocorreu exatamente naquele período. Com uma ponta de saudosismo, mas também de orgulho, quero dizer que ajudei muito a coletar assinaturas para a proposta popular que originou os arts. 203, 204, 227 e 230 da Constituição Federal, que trataram da atenção à criança, ao adolescente, ao idoso, à pessoa com deficiência, enfim, da assistência social como política pública.

Hoje, temos o desenho, o desafio, a perspectiva de construir um estado de bem-estar social, ainda que sob o manto do capitalismo, sistema que abominamos. Espero que ele não seja, como querem alguns, a última página da história. O capitalismo é a barbárie, é o dinheiro como bem maior, é o mercado sobrepondo-se às pessoas. Com essa realidade histórica que vivemos sob a égide do capitalismo, temos de, no mínimo, erigir um estado de bem-estar social que promova processos redistributivos que aproximem mais as pessoas, reduzam a diferença entre as regiões, considerem o ser humano e a dignidade como prioridades, e não o dinheiro como bezerro de ouro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, este pronunciamento é para dizer que, como legisladores estaduais, como militantes partidários, ainda temos de tirar muitos artigos da Constituição Federal do papel, com a consciência de que, ao fazermos isso, estaremos construindo uma sociedade mais justa, uma sociedade mais igualitária, uma sociedade mais fraterna. Que esses 25 anos de Constituição Cidadã sirva para nós, legisladores. Ano que vem comemoraremos também os 25 anos da Constituição Estadual. Temos a responsabilidade de transformar o Estado de Minas Gerais em modelo e exemplo de dignidade para o ser humano. Como já disse, é o nosso papel lutarmos para que cada artigo, principalmente aqueles vinculados à questão social, traduza-se na vida de cada cidadão mineiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Percebemos que neste momento não há quórum, mas, em função da existência de outros oradores, não pedirei o encerramento, de plano, da reunião, até porque esta é a Casa democrática e a todos queremos ouvir. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* - Deputado Ivair Nogueira, é um prazer tê-lo aqui presidindo a nossa reunião. Também cumprimento V. Exa. que estava recentemente acolhendo Josué Gomes, filho do nosso falecido e querido ex-vice-presidente, o senador José Alencar. Quero parabenizar o PMDB pela acolhida desse jovem, agora homem público, ingressando nas fileiras do PMDB. Cumprimento o deputado Ivair Nogueira, os deputados e as deputadas.

Sr. Presidente, novamente quero aqui, da tribuna da Assembleia, falar sobre o assunto da educação pública. Hoje, na parte da manhã, tivemos uma audiência da Câmara dos Deputados, aqui na Assembleia Legislativa, a pedido do deputado Reginaldo Lopes. Além dele, estiveram presentes conosco a Secretaria de Estado de Educação, através da secretária adjunta; os estudantes, através da representação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; os professores, através do Sind-UTE, pela Profa. Beatriz Cerqueira; e vários convidados da comissão, para discutir a questão do ensino médio no Brasil: alterações e sugestões para a mudança do ensino médio no Brasil. Foi uma reunião muito produtiva. Pudemos avançar em propostas, mas principalmente na análise da questão educacional no Brasil e também em Minas Gerais.

Queria retratar um pouco esse debate, até porque já sugeri nesta Casa - e espero podermos ainda neste ano conduzir - um debate mais aprofundado sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Esse programa é um dos principais da presidenta Dilma. Diria que é um dos principais não apenas quanto à prioridade que o governo lhe confere, mas também quanto ao grau de importância.

O ensino profissionalizante no Brasil ficou ao largo da política educacional durante muito tempo, ele não era prioritário. Ele chegou praticamente a acabar no Brasil. Em Minas Gerais, por exemplo, tínhamos o Cefet, o Coltec e algumas poucas escolas estaduais, que foram retirando o ensino técnico profissionalizante. Lembro que existiam algumas escolas em Belo Horizonte e algumas no interior que ainda tinham esse ensino. Isso depois foi finalizando, e chegamos quase à extinção de um programa real desse ensino no Brasil.

O presidente Lula restaurou a ideia do ensino profissionalizante mais massificado no Brasil, e o fez através dos reforços das escolas federais, que foram muito ampliadas. Além dos Cefets, criamos Ifets, IFs, e hoje há proliferação dessas escolas. O Pronatec veio reforçar essa vontade de discutir a profissionalização do ensino e também reforçar contratos que foram feitos com o Sistema F. Hoje bolsas são oferecidas até em escolas particulares. Mas fundamentalmente houve reforço na escola pública, através de IFs, Ifets e Cefets. Portanto, o ensino médio passou novamente a ter também essa vertente.

Ouvi muito atentamente, em especial o que nos disse a Manuela, diretora da Ubes e estudante que veio aqui – ela é de Pernambuco –, expondo um pouco a visão dos estudantes em relação ao ensino médio. Ela falou sobre questões muito interessantes. O Brasil



precisa de uma revolução no sistema educacional. Os movimentos que vimos em junho instaram a juventude do País inteiro a colocar na pauta várias reivindicações. Sem sombra de dúvida, colocou-se na pauta do Brasil, como prioridade, a educação.

A educação no País avançou muito, eu dizia isso numa reunião hoje. Em 1988, o movimento social, em especial, naquela ocasião, de professores, de trabalhadores da educação, conseguiu a vitória de incluir na Constituição Federal, nas Constituições dos estados e na lei orgânica dos municípios a obrigatoriedade de mínimo percentual na educação. Tivemos um avanço e até hoje precisamos relembrar aquele momento como momento de vitória. Não houvesse o mínimo constitucional para a educação e para a saúde, provavelmente a educação pública no Brasil teria um perfil muito mais privatizado do que tem hoje. A garantia de recurso público no sistema educacional deu condições para massificarmos a educação pública para uma parcela da população brasileira que não tinha acesso ao sistema educacional.

Na verdade, o Brasil foi, durante muito tempo, até a entrada do presidente Lula e agora da presidenta Dilma, governado para 1/3 da população. A massificação de políticas sociais teve fortalecimento nesses governos. Mas no período de 1988, implementar o mínimo constitucional da educação deu a garantia da continuidade da educação pública, e a Constituição cravou isso como obrigação do Estado, ou seja, o Estado deve fornecer educação pública para todos. É importante ressaltar esse avanço porque as coisas são como são porque houve uma opção. Nesse caso, em 1988 houve uma opção clara pela educação pública como dever do Estado.

Havia na época outras propostas: colocar a educação pública não como prioridade do Estado, mas um dever apenas da família. Isso significava dizer que caberia ao mercado o oferecimento de vagas e a quem conseguisse, evidentemente, pagar às escolas privadas. Venceu a ideia da escola pública.

Hoje, deputado Ivair Nogueira, deputado João Leite, assistimos, após os movimentos de junho, a também um tento que essa juventude alcançou, a inclusão pelo Congresso Nacional, a partir de uma proposta da presidenta Dilma, dos *royalties* do pré-sal do petróleo, de 75% para a educação e 25% para a saúde pública. Isso foi um grande ganho. Eu disse hoje na reunião que essa vitória não seria possível, não fossem os movimentos sociais de junho. Muita gente vê essas manifestações com maus olhos, eu as vejo com bons olhos. Talvez o fruto principal delas - esse recurso destinado à educação pública no Brasil - a gente vá perceber daqui a 5, 10 anos ou até mais. Para se ter ideia do montante, o governo federal espera investir em torno de R\$130.000.000.000,00 a mais na educação pública em 10 anos. Se fizermos um planejamento desse recurso, conseguiremos equipar todas as escolas do Brasil e dar a elas condições para atender, em especial, aos ensinos médio e fundamental em tempo integral. Escola em tempo integral não é simplesmente deixar o aluno dois turnos na escola, com professores mal-remunerados e achar que isso resolve o problema da escola integral. A escola integral é um conjunto, uma ideia. Ela precisa ter estrutura para esporte, para cultura, para informática. Essas escolas também precisam de uma relação com a comunidade, os alunos precisam se relacionar com a parte externa. Então, é uma concepção de escola a escola de tempo integral.

Pois bem. Com esses R\$130.000.000.000,00 que vão vir em 10 anos, se bem planejados, teremos escolas de qualidade e a capacidade de dar um salto muito grande na evolução da escola pública brasileira. E repito isso sempre: não fossem esses movimentos, não teríamos aprovado isso no Congresso Nacional. A presidenta Dilma já tinha remetido esse projeto ao Congresso, ele tinha sido rejeitado, ela emitiu uma nova medida provisória que tinha caminho certo para a derrota. O discurso majoritário dos deputados federais e dos senadores era que seria melhor deixar aos prefeitos a escolha do que fazer com o recurso que viria do pré-sal - V. Exa. se lembra disso. Certamente, com a pressão que a maioria dos prefeitos estava fazendo, teríamos a aprovação não do recurso carimbado para a educação, mas do recurso para as prefeituras, e não teríamos o carimbo na educação pública. Julgo que essa vitória - e chamava a atenção para isso - foi muito importante para a educação pública no Brasil.

Fica agora um desafio para Minas Gerais: como serão utilizados esses novos recursos colocados para a educação? Quero falar um pouco da situação em que nos encontramos. A situação não é boa para as escolas públicas mineiras. Hoje também vimos isso no debate que foi feito com calma, com paciência, mas com dados. A Prof^a. Beatriz me mostrou um quadro, que eu diria alarmante, das escolas públicas, não somente do ponto de vista salarial - deste não quero falar hoje. Vamos ter uma audiência pública terça-feira que vem para discutir a situação do servidor público de maneira geral e a política salarial. Há também o compromisso do deputado Duarte Bechir, da Comissão de Educação, de fazer uma audiência sobre a questão salarial e a carreira dos professores. Então, vamos tratar desse assunto em outra reunião, mas falo do avanço da escola pública, em especial do ensino médio: ausência de biblioteca, ausência de quadra de esporte coberta, ausência de condições de ensino tanto econômicas do professor quanto de formação do profissional. Tudo isso nos dá a dimensão de que a demanda pela escola pública de qualidade em Minas Gerais é, de fato, muito grande. Isso hoje foi bastante demonstrado. Não é à toa que professoras e professores continuam acampados em frente à residência oficial do governador Anastasia. Já estão lá há mais de 20 dias; já está completando quase um mês que as professoras estão lá protestando, embora isso não seja divulgado pela imprensa, porque em Minas Gerais existe a lei da mordaza.

A "Goebbels das Alterosas", Andrea Neves, cuida muito bem para que esse assunto não apareça na mídia com a força que tem, pois há um acampamento de professores e professoras há quase um mês em frente à residência do governador, fazendo reuniões, debates, protestando.

Aproveito esse final para dizer que esse problema que retratei da educação pública - repito, brasileira, mas com as especificidades de Minas Gerais, e que tornam trágica a nossa situação na educação - também se encontra na saúde pública. E nessa reunião foi dado um exemplo. O Ipsemg está com uma professora acidentada há quase um mês, com recomendação de uma cirurgia que custa R\$6.000,00, mas nesse caso o Ipsemg só cobre até R\$1.600,00. Assim, se não houver o complemento, o Ipsemg não poderá fazer a cirurgia. Então estamos fazendo um apelo ao Ipsemg para que, se isso for regra, reveja-a, porque o servidor público não pode, além da sua contribuição, ter essa quantia determinada. Não é possível você semiprivatizar um hospital da qualidade do Ipsemg, do seu serviço de saúde e dos nossos servidores públicos. Portanto na saúde também há um quadro problemático. Os servidores da saúde, assim como os da educação, estarão, na semana que vem, na Assembleia Legislativa. Eles vêm nos visitar. Aliás, estávamos sentindo a falta deles, mas os protestos não pararam, estavam protestando em outras áreas.



Também o problema da segurança pública, em Minas Gerais, é tão grave - esse quadro é sabido por nós - que a Polícia Civil está acampada aqui há um tempão, e isso não é resolvido. O deputado João Leite chegou a apresentar um projeto de lei até para que menores não possam andar pelas ruas, tal é o caos da segurança pública em Minas Gerais. Isso é um atestado do que está acontecendo, as questões são de intensa gravidade.

Deputado Ivair Nogueira, estamos precisando de um choque de estado em Minas Gerais. Estamos precisando de um toque de acolher; acolher as pessoas na saúde pública, na educação pública e na segurança pública. Precisamos trocar de choque, porque o choque estabelecido fez muito mal para Minas Gerais, o chamado choque de gestão. Mais uma vez, quero chamar a atenção para esse quadro, para aquilo que é obrigação do Estado: educação, segurança e saúde pública. Mas não temos tido a atenção necessária nessas áreas. É claro que isso não é uma perspectiva apenas mineira, mas, em Minas Gerais, há um agravamento dessas condições, expresso pelos nossos cidadãos e pelo serviço público. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite - Presidente, deputado Ivair Nogueira, grande companheiro e amigo de muitas lutas, desde a relatoria da CPI Carcerária, eu, como presidente, e V. Exa., como relator - e um relatório histórico, inclusive reconhecido por organismos internacionais -, é sempre um prazer estar com V. Exa., reconhecer o seu importante papel para a Assembleia Legislativa e para a organização da segurança. Foi falado aqui sobre a segurança, que tem dois momentos em Minas Gerais. Temos aquele momento de antes do relatório de V. Exa. e o de depois do relatório, que trouxe as orientações para a organização carcerária e da segurança pública no Estado. Lembro-me especialmente da determinação legal que V. Exa. construiu e que aprovamos, que foi a transferência de todos os presos que estavam com a Polícia Civil para a guarda dos agentes penitenciários. E estamos cumprindo essa determinação. Noutro dia estive contando essa história em Fortaleza, no fórum nacional das Comissões de Segurança Pública. Ali havia promotores de varas criminais de 20 estados, bem como procuradores federais, e eu relatei o esforço que Minas Gerais construiu a partir de uma CPI, a partir do relatório de V. Exa.

Eu queria tratar de segurança e verificar como muitas vezes é fácil deturpar uma proposta. Vimos agora que o deputado Rogério Correia tem a ideia de que a proposta que fiz à Assembleia Legislativa é para impedir adolescentes de andarem nas ruas. Vimos como as pessoas desconhecem, não leem, mas têm opinião sobre o que não leram. Nem conhecem o texto da proposta, que na verdade não é uma lei, mas uma proposta, que tem de ser discutida e melhorada. A proposta nasce porque a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa está recebendo denúncias gravíssimas de crianças em baile *funk*. Antes de apresentar uma legislação, reuni-me com o Comando da Polícia Militar, a Chefia da Polícia Civil e a Dra. Valéria, juíza da Vara da Infância e da Juventude. Já indiquei os lugares onde crianças estão em baile *funk*; onde adolescentes estão indo em festa *rave*; os locais em que adolescentes estão dentro de boates, em bailes, em horas dançantes. A Justiça já sabe, e a Defesa Social de Minas Gerais também. Já passei a informação de onde isso está acontecendo. A legislação que estou propondo trata da proteção da criança e do adolescente. Sei muito bem como é importante dar liberdade às nossas crianças e aos nossos adolescentes. Como secretário, fechei as últimas duas unidades da Febem em Minas Gerais. O deputado André Quintão falou aqui sobre a visão antiga da lei do menor, que era terrível, e pudemos encerrar essa página no Estado de Minas Gerais, uma página que construiu fazendas para abrigar adolescentes que não tinham cometido nenhum crime.

Deputado Ivair Nogueira, parece que a torcida toda está aguardando que V. Exa. olhe para lá. Estou até incomodado. Há uma galera daquele lado querendo que o deputado Ivair Nogueira olhe para lá, e ele está prestando atenção à minha fala. Está sendo ovacionado pelas galerias. Já chamei a atenção do presidente, então continuarei a minha fala.

O deputado André Quintão tratava justamente daquela visão anterior. Quando fechamos a última Febem em Minas Gerais, em Bom Despacho, deputado André Quintão, encontrei lá dois homens de mais de 50 anos. Um deles, aos 7 anos, disparou uma arma contra o primo. Naquele tempo a legislação determinava sua internação. Então, 40 anos depois, eu me encontrei com ele lá, já usando remédio para controle, com muitos problemas mentais. E ainda me encontrei com um outro, que, aos 8 anos, surdo e mudo, estava numa das nossas cidades. Ele não sabia ler nem escrever, e a lei do menor dizia que ele deveria ser internado na Febem. Permaneceu por mais 40 anos na fazenda em Bom Despacho, também tomando remédio controlado. Tive a oportunidade de buscar a referência familiar, a referência das cidades daqueles homens e devolvê-los ao convívio da sociedade. Mas o que estamos vendo hoje, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente, é um novo momento. Temos as nossas crianças e adolescentes hoje em risco permanente. Eles estão usando bebida alcoólica fornecida por adultos, drogas. Estão nas cracolândias, em bailes *funk*, em festas *rave*, dentro de boates, sem nenhum acompanhamento.

“Deputado João Leite, o Estatuto da Criança e do Adolescente já fala sobre isso.” Fico pensando que, se a minha proposta for inconstitucional, se não avançar ou avançar e for derrotada ou não tiver a sanção do governador, de alguma forma já vejo o mérito de levantarmos essa questão. O nosso secretário-geral José Geraldo Prado está aqui.

Temos uma solicitação de comissão especial para tratarmos da idade penal na Assembleia Legislativa. Seria idade penal? Outro dia uma criança de 13 anos entrou num consultório dentário, amarrou a dentista, jogou querosene e ateou fogo nela. Uma criança de 13 anos. Qual é a idade mínima que será proposta para que alguém seja processado?

Reuni-me, há duas semanas, com psiquiatras e psicólogos forenses. Estou preocupado com essa situação. A nossa proposta não nasceu de um pesadelo ou algo assim. Minha proposta, Deputado Rogério Correia, nasce dos dados da Comissão de Segurança Pública, de criança em baile *funk*, em festa *rave*. Não sonhei essa proposta. Nossas crianças e nossos adolescentes estão em risco, assim como pondo em risco a vida das outras pessoas.

No mês passado, em Belo Horizonte houve o sequestro de uma dentista. Quando lhe tomaram o carro, a primeira coisa que lhe disseram foi o seguinte: “Vá para determinado lugar. Lá nós vamos pegar um menino de 16 anos, porque é ele que vai te matar”. Nossas crianças, nossos adolescentes estão sendo usados por adultos criminosos. É muito fácil chegar aqui e dizer: “É uma lei para impedir menor de andar na rua”. Não é. É uma lei para proteger nossas crianças; é uma proposta para proteger nossos adolescentes. Adultos criminosos estão usando adolescentes para cometerem homicídios e crimes. O presidente da associação de pais das escolas



me liguem para dizer que adultos estão dando armas a adolescentes, estes estão indo para as escolas armados. É isso o que está acontecendo. Nós estamos dormindo em berço esplêndido.

O ECA é bom? É ótimo, mas precisamos discutir melhor a proteção dessa criança e desse adolescente, que hoje é refém do adulto criminoso, é usado pelo adulto criminoso. Perguntem aos juizes da infância e aos promotores e verão que alguns desses adolescentes, quando pegos, dizem: “Não acontecerá nada comigo”. É claro que acontece: ele fica internado. Mas esse adolescente está sendo usado.

Imaginem, essa dentista foi levada, pegaram o adolescente de 16 anos e a primeira coisa que fizeram foi dar-lhe a condução do veículo. Ele saiu dirigindo por Belo Horizonte, com os adultos e a dentista sequestrada também dentro do carro; entraram no condomínio da dentista; o adolescente de 16 anos meteu o revólver na testa do marido da dentista, que estava dormindo; as crianças acordaram no apartamento. Crianças acordadas, o marido em pânico. Foi tudo roubado, levado do apartamento da dentista. Ela foi colocada no porta-malas do carro, e disseram a ela: “Se chegarmos lá com o produto do roubo e a polícia for avisada, esse adolescente vai ficar com você e vai te matar”.

É isso o que está acontecendo. E nós aqui achando que não está acontecendo nada. Acham que estou preocupado porque alguém disse que estou impedindo menor, adolescente de ir e vir? Não estou preocupado com isso. Estou preocupado com as denúncias que estão chegando à Comissão de Segurança Pública, é responsabilidade da Assembleia Legislativa responder a essas perguntas. Os pais já não têm controle. As crianças estão dentro de baile *funk*. O que nós vamos fazer? Vamos ficar calados? Adolescentes estão sendo usados por adultos criminosos para cometer homicídios, nós não vamos fazer nada? “Ah, o ECA é uma maravilha!”. Concordo, nós melhoramos muito, mas o que vamos fazer agora para fiscalizar o que está acontecendo com nossas crianças?

Como vamos cobrar isso? Está ruim a minha proposta? Então, modifique-a, faça outra proposta. O que não pode acontecer é ficarmos aqui dormindo em berço esplêndido, vendo a nossa população ser morta por adolescentes usados por adultos criminosos, por quadrilhas que hoje usam crianças e adolescentes para cometimento de crimes. Não podemos ficar calados. Tenho levado esse debate ao Fórum Nacional das Comissões de Segurança Pública, e ninguém quer conversar sobre isso. Achamos que o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - é um conjunto de legislações acabado, está pronto e ninguém pode falar sobre isso. Mas eu quero falar, quero discutir o que está acontecendo. Vou trazer ao Plenário da Assembleia as denúncias da Comissão de Segurança Pública e vou citar os lugares, as boates onde crianças e adolescentes estão entrando, e os pais já não conseguem ter controle. Vou citar o nome do lugar onde crianças frequentam baile *funk* e festa *rave*, que duram dois dias, com adolescentes usando *ecstasy*, passando de um dia para outro.

É muito simples dizer que não vale nada, que é inconstitucional. Mas o que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais vai fazer, representando a população de Minas? Vamos acompanhar essa situação calados? Vejam os números dos homicídios nos finais de semana, com adolescentes com revólver na mão matando pessoas, instigados por adultos que formam quadrilhas. O executor, o matador é um adolescente, é uma criança. Ele é que tem a arma na mão e vai matar uma pessoa, vai executar uma pessoa.

Está falha a discussão sobre maioridade penal. Há crianças de 12, 13 anos cometendo homicídios. Está errado. Vamos assumir, vamos enfrentar. É uma chaga, é uma situação que estamos vivenciando em Minas Gerais e no Brasil, e ninguém quer enfrentar, ninguém discute, ninguém fala, todo o mundo tem medo porque não pode, é inconstitucional, porque é criança, é adolescente. Enquanto isso, os adultos criminosos, os quadrilheiros, os milicianos estão buscando crianças e usando-as para matar, executar pessoas, e estamos calados. Os juizes da Infância e da Juventude dizem que o que o deputado João Leite está propondo é inconstitucional, não pode. Tem de deixar ir e vir, tem de deixar uma criança entrar em baile *funk*, em festa *rave*, tem de deixar uma criança andar armada para ir à escola e executar pessoas? O que a Justiça tem feito? Onde está a fiscalização desses lugares?

Levei à Justiça, ao comando da Polícia Militar e à chefia da Polícia Civil e mostrei onde as crianças estão entrando, já mostrei quem está armando as crianças. Agora queremos mudar a legislação, vamos fazer isso. Quem usar crianças para cometer crimes tem de ter punição maior. Temos de proteger nossas crianças, elas não são criminosas, mas estão sendo usadas por criminosos. Muito obrigado, Sr. Presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 7/10/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista

exonerando José Geraldo Bitencourt Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando Marcelo Amorim Moreno do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando José Geraldo Bitencourt Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Marcelo Amorim Moreno para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Áurea de Jesus dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.



TERMO DE ADITAMENTO ADT/161/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elite Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de atendimento telefônico e *telemarketing* receptivo e ativo. Objeto do aditamento: repactuação de preços decorrentes da redução das tarifas de ônibus pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e da BHTrans. Vigência: a partir de 10/7/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/162/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: L3A Divisórias e Forros Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de forro acartonado. Objeto do aditamento: prorrogação da vigência por 12 meses, sem alteração do valor contratual. Vigência: a partir de 26/11/2013.